



Caroline Araújo Bordalo

**“A luta das mulheres é levada nos
ossos do peito”: Mulheres
camponesas em Santa Catarina e o
caminho da luta por direitos**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutora pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais do
Departamento de Ciências Sociais do Centro de
Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Ângela Randolpho Paiva

Rio de Janeiro
Setembro de 2017



Caroline Araújo Bordalo

"A luta das mulheres é levada nos ossos do peito": Mulheres Camponesas em Santa Catarina e o caminho da luta por direitos

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a Ângela Maria de Randolpho Paiva

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Prof^a. Adélia Maria Miglievich Ribeiro

UFES

Prof. Moacir Gracindo Soares Palmeira

UFRJ

Prof.^a Maria Sarah da Silva Telles

PUC-Rio

Prof. João Roberto Lopes Pinto

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Coordenador Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Caroline Araújo Bordalo

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2005) e é mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011). Atualmente, é professora de Sociologia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

Ficha Catalográfica

Bordalo, Caroline Araújo.

"A luta das mulheres é levada nos ossos do peito": mulheres camponesas em Santa Catarina e o caminho da luta por direitos / Caroline Araújo Bordalo; orientadora: Ângela Maria de Randolpho Paiva. – 2017.

185 f.: il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Movimentos de mulheres rurais. 3. Movimento de mulheres camponesas. 4. Socialização política. 5. Oeste de Santa Catarina. I. Paiva, Ângela Maria de Randolpho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

*Para os meus filhos Miguel e
Mercedes, os melhores
companheiros que a vida poderia
me dar.*

*Às mulheres que resistem e lutam
todos os dias por liberdade.*

Agradecimentos

Nesta tese existe um universo. Em cada página estão as pessoas que me tornaram capaz de escrevê-la. Sou um pouco de cada uma e as levarei para toda a vida. Minha família, companheiros de luta, amigos que em algum momento me mostraram o que é ser querida, que devemos confiar e amar a vida com intensidade e paixão. A todos serei para sempre grata.

Aos meus professores da UFF, sem os quais meu encanto pelos estudos rurais não seria o mesmo. À professora Ana Maria Motta Ribeiro, por ter me fascinado durante as suas aulas, me ensinado que a academia deve derrubar os muros que a isolam e tornar-se uma aliada na luta por um mundo justo. Por ter me feito ver toda riqueza das áreas rurais e modificado definitivamente o meu olhar sobre o mundo. Ao professor Marcelo Rosa, meu orientador na graduação e amigo, por ter me colocado tantas interrogações e me incentivado a seguir com as pesquisas sobre movimentos sociais. Às professoras Leonilde Sérvo de Medeiros e Regina Bruno do CPDA/UFRRJ, por me ensinarem tanto sobre a importância da sensibilidade e como nunca perder a dimensão humana que envolve qualquer processo de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-RJ e, especialmente à professora Sarah Telles, por ter contribuído quando da qualificação do projeto de tese. Seu entusiasmo e postura acadêmica são um convite à prática vibrante da pesquisa sociológica. Agradeço também a todos que formam o Grupo de Pesquisa Direitos, Reconhecimento e Desigualdade (GEDRED) pelas reuniões generosas, instigantes e repleta de trocas. Ao professor Moacir Palmeira, uma referência para mim desde os anos de graduação, pelo acolhimento de minhas inquietações durante a qualificação. Cada comentário e sugestão foram preciosos. À professora Adélia Miglievich por ser sempre tão inspiradora, ter contribuído com a leitura de parte da pesquisa apresentada no grupo de trabalho que coordenou na Anpocs de 2016 e aceitado avaliar o resultado final dessa caminhada. Aos demais membros da banca, João Roberto

Lopes Pinto, Carmem Silvia Adriolli e Fernando Cardoso Lima Neto por aceitarem o convite tão prontamente e de forma tão generosa.

À PUC-RJ pelo auxílio concedido para a participação em congressos. Cada apresentação da pesquisa foi de suma importância para o seu desenvolvimento. Ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais por proporcionar um ambiente acolhedor e estimulante aos alunos. Aos funcionários do Departamento, em especial, à Ana Roxo pelo enorme afeto com que sempre nos recebe. Seu carinho e atenção são inesquecíveis.

No dia da entrevista de seleção para o doutorado conheci a Beatriz Brandão. Ainda não sabia que ela se tornaria além de uma amiga tão amada, uma inspiração “da vida!”. A essa moça brilhante e de sorriso fácil devo a leveza e a alegria de muitos momentos que vivemos juntas enquanto escrevíamos nossas teses e, atentas uma à outra, descobrimos existir caminhos que só o afeto, a empatia, a escuta e o querer bem é capaz de abrir.

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RJ) pela liberação de um ano para que me dedicasse à tese. E também por ser o lugar onde encontrei mais do que companheiros de trabalho. Aos meus amigos Felipe Gonçalves, Thiago Rodrigues, Carol Ferraz, Andreza Nora, Fabiana Cordeiro, Gilberto Gil, Márcia Menezes, Pedro Manso, Alberto Boscarino e Rebeca Coelho, agradeço pelo carinho e amizade. Marisa Brandão, Keila Lúcio, Valena Ribeiro e Rômulo Castro, meus amigos, juntos somos mais que uma seção da burocracia (a Coordenação de Sociologia do Maracanã). Obrigada por dividir comigo sonhos, alegrias, angústias e projetos! A Diego Casais, companheiro que encontrei há pouco e já devo tanto!

Que meus amigos saibam o quanto foram e são importantes. Aline Magalhães, minha lindeza, obrigada pelo amor e parceria desde a época do Estágio de Vivência na UFF. À Roberta Brandão, Sabrina Trica, Camille Ribeiro e Marília Márcia por me acompanharem nessa e outras tantas jornadas há quinze anos. À Camila Daniel pelo apoio e amizade. Amo vocês, meninas!

Uma irmã nasceu longe, lá pelas bandas do Rio Grande do Sul, mas nos encontramos no Rio de Janeiro. À Cassia Scherer por ter se tornado imprescindível. Há dez anos é uma das pessoas mais importantes para mim com seu carinho, amizade e lucidez tão rara. Devo muito do que sou a você e, se hoje estou de pé, é porque sempre pude contar contigo.

Aos companheiros Selmo Nascimento e Joana Moroni pelo carinho, generosidade e cada palavra de apoio e acolhida. Vocês foram imprescindíveis. Aos meus queridos amigos Janderson Bax e Guilherme Neves, companheiros da mesma turma do doutorado e, desde então, parceiros para a vida toda. Obrigada pela leveza das nossas conversas sempre tão repleta de sorrisos e novos planos.

Agradeço especialmente à minha orientadora Ângela Paiva pelos anos de incentivo e apoio. A cada encontro nosso saía com a certeza de que tudo daria certo. E daria porque sempre pude contar com a sua generosidade, atenção, compreensão e entusiasmo. Você será sempre uma referência por ser tão comprometida e tão humana.

Às mulheres camponesas do oeste catarinense por ter me permitido conhecê-las, acompanhado suas vidas tão cheias de lutas e esperança. São mulheres que carregam o que há de belo e forte nesse mundo. Enfrentam com “os ossos do peito” as agruras de quem insiste em se manter de pé no campo brasileiro. Agradeço especialmente à Noeli Taborda Welter, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas, por ter confiado neste trabalho e viabilizado minhas idas a campo.

À minha mãe Rosa por ser a pessoa mais doce que conheço e meu alicerce. Por ter sido uma companheira sem igual quando precisei me dividir entre estudos, trabalhos e o cuidado com meus filhos. Sem ela nada teria acontecido. Aos meus irmãos Robson e Adriana por serem pessoas tão incríveis, tão amorosos e presentes na minha vida.

Ao Sérgio Muniz, meu parceiro de vida, por ter acompanhado toda a minha trajetória e compartilhado tantos revezes, receios e realizações. A ele sou grata

pela vida que dividimos e por tudo que aprendi ao seu lado. É impossível pensar a finalização deste trabalho sem esse seu amor, que sempre “transborda”, e sem o seu companheirismo, que veio junto com sorriso mais bonito que existe. Na verdade, como já dissemos certa vez, é urgente criar outro nome que dê conta desse vínculo e desse desejo. Por ora, enquanto permanecemos com a tarefa de criar, que ele saiba: é dele o meu amor.

Há quatorze anos tudo adquiria outro sentido. Era o início de uma transformação profunda e maravilhosa. Desde então, o meu olhar foi melhorado pelo do Miguel que ao me mostrar como é o seu mundo, me ensina todos os dias como é simples ser feliz. Meu parceirinho, meu filho, meu amor, a sua presença é um presente. Demorou e você teve uma paciência que eu só espero ter merecido. Agora, o tempo é só nosso! Mercedes, minha *negrita*, teus olhos e sorrisos são um farol para a mamãe. Você cresceu enquanto me dedicava ao doutorado. Me fiz em mil para não perder um segundo do privilégio que é ter você como filha. Nossas danças pela sala, os abraços tão apertados de fazer faltar o ar, nossos “ataques de beijo”, teu carinho. Cada momento junto com você me enche de uma alegria sem limites. Amo vocês, crianças.

Esta tese trata desse universo composto por tantas pessoas que fazem viver valer à pena por estarem dispostas a dividir “seus mundos” umas com as outras. Que os meus e os outros milhares de filhos e filhas mundo afora possam encontrar os caminhos da resistência, do afeto e da empatia. Esses elementos tão poderosos capazes de nos fazer seguir e manter em movimento.

Resumo

Bordalo, Caroline Araújo; Paiva, Ângela Randolpho. **“A luta das mulheres é levada nos ossos do peito”: Mulheres Camponesas em Santa Catarina e o caminho da luta por direitos.** Rio de Janeiro, 2017. 185p. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A organização de movimentos de mulheres rurais durante a década de 1980 trouxe à tona um processo que articulou distintas formas de resistência e mobilização na luta por direitos e pelo reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres no meio rural brasileiro. Ao reivindicar o seu reconhecimento como *trabalhadora rural* e, por conseguinte, denunciar a sua exclusão dos espaços de representação política, tais movimentos mobilizam elementos fundamentais para a compreensão da divisão sexual do trabalho nas áreas rurais bem como dos itinerários que definem trajetórias e formas de *socialização política* destas mulheres. A partir do estudo do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste do estado de Santa Catarina (MMC-SC) organizado há mais de três décadas, a tese aponta como se dá nesse contexto a conformação de uma luta compreendida como “de mulheres rurais” e a noção de *autonomia* como justificativa para a existência de movimentos formados exclusivamente por mulheres surge como um aspecto crucial na luta por direitos. A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa explora estas relações que envolvem o histórico de ocupação e colonização da região, a divisão sexual do trabalho, as formas de organização e socialização política com o objetivo de compreender como estas são traduzidas em termos de reivindicações para o MMC-SC. Vistas por esse prisma, não privilegiamos a observância de um conflito específico, e sim do tecido social que permitiu a emergência do movimento analisado e do engajamento destas mulheres ao longo dos anos. Tal perspectiva outorga ainda um olhar menos normativo sobre estas experiências do *fazer política*, distanciando-se de classificações ou tipologias definidas *a priori*.

Palavras-Chave

Movimentos de mulheres rurais; Movimento de Mulheres Camponesas; socialização política; Oeste de Santa Catarina.

Abstract

Bordalo, Caroline Araújo; Paiva, Ângela Randolpho.”(Advisor) **The struggle of women is taken in the breast bone”: Peasant Women in Santa Catarina and the path of struggle for rights**. Rio de Janeiro, 2017. 185 p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The organization of rural women's movements during the 1980s brought to the fore a process that articulated different forms of resistance and mobilization in the struggle for rights and recognition of the work performed by women in rural Brazil. By claiming their recognition as a rural worker and, therefore, denouncing their exclusion from spaces of political representation, these movements mobilize fundamental elements for understanding the sexual division of labor in rural areas as well as the itineraries that define trajectories and forms of *political socialization* of these women. Based on the study of the Movement of Peasant Women in the West of the State of Santa Catarina (MMC-SC), organized more than three decades ago, the thesis shows how in this context the formation of a struggle understood as "rural women" and notion of *autonomy* as justification for the existence of movements formed exclusively by women emerges as a crucial aspect in the struggle for rights. From a qualitative approach, the research explores these relationships that involve the history of occupation and colonization of the region, the sexual division of work, the forms of organization and political socialization in order to understand how these are translated in terms of demands for The MMC-SC. Viewed from this perspective, we do not privilege the observance of a specific conflict, but rather of the social fabric that allowed the emergence of the movement and the engagement of these women over the years. This perspective also gives a less normative view of these experiences of *political making*, distancing itself from classifications or typologies defined *a priori*.

Keywords

Rural women's movements; Peasant Women's Movement; Socialization politics; West of Santa Catarina

Sumário

Introdução	16
Capítulo I. A luta por direitos	24
1.1 Considerações a partir do rural.	28
1.2. Mulheres rurais e os caminhos da política	34
Capítulo II. Lutas sociais, movimentos de mulheres e feminismos .	55
2.1. Desenvolvimento capitalista, processos de resistência e organização: “o grande segredo” ou a ocultação do trabalho reprodutivo	56
2.2. Os novos movimentos sociais e as pautas identitárias	66
2.3. Feminismos, colonialismo e novos aportes teóricos	69
Capítulo III. Os movimentos de mulheres rurais no Brasil: processos sociais e transformações recentes no campo brasileiro .	85
3.1 Relações sociais de sexo no campo: divisão sexual do trabalho, invisibilidade e representação política.....	85
3.2. Ser reconhecida como trabalhadora rural	99
3.3. Sindicatos, movimentos e a disputa pela representação política das mulheres rurais	105
Capítulo IV. Os caminhos da representação política e a luta por direitos no campo: Mobilização, organização e representação política das camponesas na região sul do país	112
4.1. Estrutura agrária, relações de trabalho e reprodução social na área rural de Santa Catarina	113
4.2. <i>Relações sociais de sexo</i> no campo	125
4.3 O surgimento do movimento de mulheres rurais no oeste de catarinense.....	132
Capítulo V. MMC-SC: a construção de um movimento autônomo de mulheres	140
5.1. Os lugares do <i>político</i>	140
5.2. Os <i>sentidos</i> da autonomia.....	143
5.3. Os <i>significados</i> da autonomia	147
Considerações finais	160
Referências bibliográficas.....	165
Anexo	173

Lista de figuras

Figura 1. Cartilha do 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil	41
Figura 2. Documento de divulgação e formação da ANMTR	42
Figura 3. Documento de divulgação do MMC-SC com referência à nova nomenclatura.....	42
Figura 4. Publicação do MMC (2004)	149
Figura 5. Publicação do MMC (2015)	149
Figura 6. Cartilha - Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas	156
Figura 7. Cartilha – Economia (in) visível das mulheres camponesas ...	156

Lista de mapas

Mapa 1. Região Oeste do Estado de Santa Catarina e município de Chapecó.....	118
Mapa 2. Municípios do Oeste Catarinense	121

Lista de abreviaturas

ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
AIMTR-Sul - Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul
AMUTRES - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
CEM/FETAGRO - Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia
CAMUTRA - Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre
CEMTR/Fetape - Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetape
CNMTR/Contag - Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag
CNMTR/CUT - Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT
CMTR-PI - Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí
CMTR-BA - Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
MIQCB - Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu
MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMA-SP - Movimento das Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MMT - Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo
MMTR-AL - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alagoas
MMTR-BA - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia
MMTR-CE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ceará
MMTR-NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-RN - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Norte
MMTR-RS - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR-PB - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba
MMTR-PE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
MMTR-Sertão Central - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
MMTR-SE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Valor de um Movimento

Viver com dignidade
Com direitos iguais
Ter vez e ter voz.
E o respeito da sociedade
Organizar as mulheres
E exercitar na solidariedade.
Ser mulher trabalhadora
Ter um movimento que avance,
Ser camponesa e lutadora
Construir a liberdade
E de forma organizada
Fortalecer a esperança.
Ter sua própria identidade
Seus direitos previdenciários
Mantendo sua simplicidade
Com terra, comida e trabalho
Fortalecendo a luta
Porque se faz necessário.
Como camponesas defendemos
A missão de produzir
Acabar com o veneno
e os transgênicos destruir
Promover a saúde e uma vida mais feliz
No MMC aprendemos a luta de
Gênero e classe
Respeitar as diferenças e
Construir a igualdade
Sermos firmes nas propostas
Naquilo que queremos
Levantar os oprimidos
E viver em Fraternidade
Agradeço ao Movimento
E a todas as companheiras
Porque aprendi com elas
Que a luta não tem fronteiras.
E se organizar vale à pena
Buscando cada dia mais
Pois precisamos engrossar nossas fileiras.

(Justina Cima – Líder do MMC-SC)

Introdução

É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, essa vontade foi por muito tempo inexistente.

(Michele Perrot, 1998)

Esta tese nasce de uma trajetória de mais de uma década de interesse acerca dos processos sociais que estruturam o meio rural brasileiro. É curioso perceber como na Sociologia brasileira a realidade das áreas rurais tornou-se mais um tema entre tantos outros. Antes um componente dos estudos considerados clássicos, fundadores que são de debates seminais das Ciências Sociais, acabou por tornar-se um tema pouco valorizado, obedecendo a dinâmicas flutuantes de interesse. A despeito da imensa produção de pesquisas oriundas de diversas áreas de conhecimento, ainda reproduzimos sistematicamente uma relação de desconhecimento sobre o meio rural.

Desde os primeiros anos da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense minha atenção se voltou para os elementos que conformam a realidade das áreas rurais em todas as suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Em meados dos anos 2000, pesquisei a formação do Movimento de Mulheres Camponesas ocorrido em 2004 que resultou em minha monografia de conclusão de curso e gerou uma série de questões posteriormente desenvolvidas em minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) acerca de outro movimento – o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Destas duas pesquisas surge a questão de trabalho desta tese que trata dos processos de *socialização política* inscritos em momentos de mobilização e

organização de um movimento social legitimamente reconhecido como interlocutor ante o Estado. Isto é, nossa análise se debruça, dentro da realidade agrária brasileira e da nossa estrutura política, sobre os processos que conectam experiências locais às disputas mais gerais em torno da representação política do campesinato e, mais especificamente, das mulheres camponesas.

Foge ao escopo da tese esmiuçar a complexidade de atores políticos que ao longo das últimas décadas tem se apresentado como porta-vozes dos trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores, agricultores familiares, etc. Nossa questão refere-se às conexões específicas entre os impulsos organizativos de mulheres rurais, tornados movimentos autônomos, e o processo político que historicamente o antecede e estruturam um tecido social que não pode ser compreendido simplesmente pela efervescência da década de 1980. Portanto, esta tese trata dos elementos referentes aos processos que conformam o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, sua conexão com a vida cotidiana e com os processos sociais mais amplos da sociedade em que está inscrito.

A experiência com as duas pesquisas anteriores foi fundamental para chegar até aqui. A partir dela, pude perceber a necessidade de outra perspectiva analítica tanto para compreender o surgimento dos movimentos de mulheres quanto a sua forma e permanência ao longo de mais de três décadas como interlocutor legítimo. Nesse diapasão, o “retorno” ao Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina busca ampliar o quadro analítico, trazendo elementos que possibilitem um olhar comparativo e alinhe estas experiências de organização que não foram isoladas e, ao contrário, são parte de um contexto político e de um processo de mudança social que envolve diversos atores.

Em todo esse período de pesquisas sobre os movimentos de mulheres lidamos com a permanência de dois aspectos e aqui busco contribuir para superá-los: a fragmentação em estudos de caso e a reprodução de certos preconceitos sobre o meio rural, sobretudo, no que se refere às mulheres rurais. Ambos estão relacionados e o caminho construído neste trabalho objetiva romper com qualquer interpretação que os corrobore. Temos em conta que se convencionou chamar

como *mundo rural* algo que parece referir-se a um universo cerrado em sua dinâmica própria. Muitas vezes foi e permanece sendo identificado como bucólico, como lugar da tradição e do conservadorismo, ou mesmo do atraso, quase um resquício de uma sociedade que caminha a passos largos para a completa urbanização. Evidentemente, este é um olhar urbano sobre uma realidade que está muito além de estereótipos e caricaturas. E mais, carrega uma concepção sobre a dinâmica das mudanças sociais. Como oportunamente nos lembra Maria Ignez Paulilo (2004), o ‘rural’ não foi algo preexistente, mas algo construído no mesmo momento em que se separou campo e cidade. Ele é tão fruto da modernidade quanto as chaminés das fábricas.

Sobre a metodologia de pesquisa e os períodos de trabalho de campo

Apesar do tempo escasso em que tive que conciliar o desenvolvimento da pesquisa com o trabalho como docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonesca (CEFET-RJ), adaptei meu planejamento para períodos curtos de trabalho de campo que contemplassem a realização das entrevistas, a participação em atividades de formação, o acesso a materiais produzidos pelo movimento (informativos, cartilhas e relatórios), à possibilidade de conhecer de perto o trabalho das mulheres em suas propriedades, assim como ter a oportunidade de estabelecer uma relação de confiança e apresentar um pouco sobre a pesquisa que desenvolvia. Apesar de, no início, julgar necessário períodos longos de imersão no campo (o que seria inviável), os quatro períodos em que estive com o movimento me permitiu alcançar todo meu propósito.

O primeiro período de trabalho de campo foi realizado em setembro de 2014 durante o Seminário IV Conexões – Feminismo, Campesinato e Luta de classes na UNB de Planaltina. O evento reuniu pesquisadores e representantes de diversos movimentos sociais (MST, MAB, MMC, etc) com o objetivo de retomar o debate sobre classe e gênero. Essa primeira experiência de pesquisa de campo indicou tensões que já vinha observando ao longo dos últimos anos, uma vez que estas se agudizavam. Quando me aproximei pela primeira vez dos movimentos de

mulheres rurais, em 2004, me chamou atenção o fato de que ainda que houvesse clara diferença entre “feminismos”, havia também uma forte intenção de aproximação no âmbito de um movimento feminista mais amplo ou, poderíamos dizer, num campo específico de ativismo político que se consolidava e ganhava cada vez mais visibilidade.

Nesse momento, uma década depois, encontro as mesmas tensões sem que pudessem ser pormenorizadas. Ao contrário, tornou-se o eixo de todo Seminário. Mais uma vez se colocava a necessidade de considerar aquilo que diferencia concretamente as mulheres em termos de dominação e resistência, define suas experiências individuais e coletivas bem como suas perspectivas de luta ¹. Nesta oportunidade realizei entrevista no formato de grupo focal com quatro lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas: Catiane Cinelle (Santa Catarina), Noeli Welter Taborda (Santa Catarina), Letícia (Santa Catarina) e Isaura Isabel Conte (Rio Grande do Sul). A partir de então, Noeli Taborda tornou-se minha principal interlocutora e a ela devo minha “entrada” junto às mulheres em Santa Catarina. Correspondemos-nos com certa frequência e, assim, tinha conhecimento das atividades de formação e publicações do movimento. O que foi fundamental em todo o processo.

Ir para Chapecó (SC) era o próximo passo e em maio de 2015 realizei o segundo período de campo. Nesse momento, pude conhecer alguns sítios onde me hospedei e compartilhei um pouco do cotidiano daquelas mulheres, dividido entre o trabalho com ervas e plantas medicinais, com as sementes crioulas, oferecendo cursos sobre fitoterapia, participando de cursos de formação política, administrando a rotina doméstica e tecendo articulações com partidos e movimentos. Foi um momento de extrema riqueza quando pude conhecer outras cidades como, por exemplo, Xanxerê, Marema e Palmital. Durante as entrevistas pude notar a importância do tipo de colonização do oeste catarinense no que se refere às formas de herança e distribuição de terras.

¹ Cabe aqui uma observação de suma importância. No início da pesquisa, quando das primeiras entrevistas, tinha a intenção de criar nomes fictícios para as entrevistadas preservando assim suas identidades. Contudo, dividi com cada entrevistada e expus a questão em todos os momentos de trabalho de campo perguntando se me autorizariam utilizar o nome real. Todas me autorizaram a utilizar seus nomes. Portanto, nesta tese, são citados os nomes verdadeiros de cada entrevistada.

O terceiro período de trabalho de campo foi realizado em novembro na cidade satélite de Luziânia/DF durante um seminário internacional composto por representantes de todos os estados e de outros países (Bolívia, Paraguai e Chile) que estão na Via Campesina. Neste momento, foi importante perceber as principais questões apontadas como norteadoras das ações do movimento em suas bases e, novamente, evidenciou-se a centralidade da região sul para o movimento. Optei por não realizar entrevistas dado que as atividades de formação ocupavam o dia inteiro e lançar mão da observação participante pareceu-me mais adequado para esta ocasião.

O quarto e último período de trabalho de campo foi realizado em maio de 2016, novamente em Chapecó, durante um seminário de formação com militantes de outros estados da região Sul onde novamente realizei entrevistas e pude falar mais sobre a pesquisa. Tanto esta quanto a atividade de Luiziânia eram eventos restritos e eu a única pesquisadora. Logo, senti-me constantemente desconfortável apesar da extrema cordialidade de todas as mulheres e da abertura que me propiciaram. Neste último período de campo, sinto que pude deixar mais claro o que buscava em cada estada minha junto ao movimento. Em uma das reuniões, ouvi a frase que aparece como título desta tese. Ela foi dita por Adriana Mesadri, liderança do MMC, ao tratar sobre dificuldade que é obter o reconhecimento da luta das mulheres camponesas. Esta fala não apenas é representativa da luta das mulheres e, mais do que isso, expressa a dimensão dessa desigualdade que ainda permanece abissal entre homens e mulheres.

Sobre a estrutura da tese

A estruturação da tese reflete os caminhos que percorri até a formulação da questão de trabalho acerca dos movimentos de mulheres em Santa Catarina. Partir de um “caso específico” – a organização de mulheres em Santa Catarina – nos possibilitou apontar uma perspectiva que retomasse a relação entre *experiência*, *socialização política* e *formas de resistência*. A intersecção entre estes três

“eixos” orientou nossas escolhas teórico-metodológicas e, ainda que esta tese não se aproxime de uma pesquisa de tipo etnográfico, seu objetivo é indicar como estes elementos são centrais para a compreensão das distinções entre os movimentos de mulheres rurais não apenas como expressão de contextos locais e evidência de uma condição subordinada. Nesse sentido, a relação não se dá por meio da condição abstrata de “mulher”, mas do seu itinerário político e inserção numa dimensão mais ampla de transformações sociais.

O primeiro capítulo versa sobre os caminhos da construção do objeto desta tese. A explicitação desta trajetória nos conduz à articulação de diversas “frentes” ou questões de pesquisa sugerindo, portanto, um nexos capaz de indicar outra perspectiva de análise. O segundo capítulo trata dos aportes teóricos que se dedicam à relação entre dominação e formas históricas de resistência. Aqui buscamos justificar nossas escolhas considerando que as chamadas “questões de gênero”² tem, de modo muito veloz, trazido constantes contribuições à Sociologia, sobretudo, os trabalhos de autoras que constroem um olhar a partir da “periferia”.

O terceiro capítulo é dedicado à contextualização do objeto desta pesquisa. A relação entre *trabalho*, *formas de resistência* e a *organização em movimentos* e sindicatos é o eixo condutor da análise acerca da luta pelo reconhecimento como *trabalhadora rural*. O quarto capítulo dedica-se a pesquisa empírica em Santa Catarina junto ao Movimento de Mulheres Camponesas. A partir das entrevistas com mulheres que ocuparam e ocupam posições de liderança no movimento, análise de relatórios de encontros e materiais de formação política, apontamos para a construção da trajetória de engajamento como um processo pedagógico que confere sentido e constrói a *socialização política* e, ao mesmo tempo, define o que é “fazer política” para estas mulheres que traduzem conflitos cotidianos em elementos organizativos e pautas para a continuidade do movimento. Nesse sentido, permanecemos atentos ao risco de tomar a “produção de si”, isto é, o sentido que o sujeito atribui à própria vida como explicação última. (BOURDIEU,

² A respeito da categoria “gênero”, referimo-nos aqui ao debate mais amplo. Contudo, nesta pesquisa seguimos o caminho que aponta necessidade de sua revisão e/ou articulação com outras categorias de análise.

1998) A adoção deste recurso vai ao encontro dos nossos objetivos em compreender o itinerário político sem atribuir previamente esquemas e categorias para tratar da emergência do movimento de mulheres no oeste catarinense e a relação com a sua condição historicamente delineada.

Por fim, o quinto capítulo analisa os sentidos da *autonomia* e do *político* para as mulheres camponesas. A *autonomia*, categoria de enorme significado na teoria social, assume nesse momento um lugar de destaque nos processos organizativos e seu desdobramento será a formação de movimentos compostos exclusivamente por mulheres. Não obstante, demonstramos como tal fato não se relaciona apenas com o compartilhamento de um tipo específico de conflito, mas da coextensão com outros conflitos constituintes do cotidiano destas mulheres, suas formas de resistência e com os expedientes utilizados na luta pela conquista de direitos pelos movimentos sociais e pelo sindicalismo rural, sobretudo, o chamado novo sindicalismo. Os “caminhos da política” não estão previamente definidos de modo que não é suficiente situar determinado fenômeno como parte de uma tradição. Ao contrário, a afirmação de uma tradição ou sua transformação em certos termos depende tanto da referência às formas históricas de se conceber o *político* como da agência dos sujeitos capazes que são de criar, mobilizar e dotar de distintos significados estas categorias.

*...você perguntará por que cantamos
cantamos porque o rio esta soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino
cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos
cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota...*

(Porque cantamos, Mário Benedetti)

*Mulher Agricultora, mostra a tua cara.
Entra nessa luta, com a tua garra.
Vamos construindo a nova sociedade
Brigando por direitos, justiça e igualdade.
Mulher Agricultora, desperta vem lutar
Unidas e conscientes iremos caminhar.
Sabemos que o futuro está em nossas mãos,
Mostramos nossa força e organização.*

(Música: Movimento de Mulheres Camponesas)

Capítulo I

A luta por direitos

Pensar estes processos de mobilização no campo sempre nos coloca a necessidade de romper com dicotomias e identificar os processos sociais que, inclusive, engendram estas classificações. A análise sobre a ação coletiva no campo carrega, por vezes, uma visão dicotômica na qual os movimentos sociais figuram como agentes modernizadores diante do arcaísmo da nossa estrutura agrária. Não seriam somente “sujeitos políticos”, mas sujeitos que tem sua ação direcionada para uma sociedade moderna, rompendo com relações políticas marcadas por laços pessoais. De uma forma geral, trata-se de uma concepção específica de política que, por vezes, não é problematizada sendo apenas assumida como positiva e desejável.

Esta observação preliminar nos parece importante na medida em que buscamos superar a visão em que o campo ou o mundo rural tem como característica fundamental o conservadorismo e também para compreendermos a construção de sua ação política em torno da conquista de *direitos*. A ideia de “dois Brasis”, de ambiguidades ou hibridismo, de uma combinação entre relações modernas e atrasadas, sempre reserva ao rural um lugar secundário. Ainda que o debate clássico sobre a natureza das relações sociais no campo tenha sido objeto de intensa análise na Sociologia Brasileira, a literatura que parte dos *movimentos sociais* como objeto acaba por retornar a tais dicotomias. Nesse sentido, pesquisar a resistência levada a cabo na área rural nos impõe a necessidade de revisões e construção de novos questionamentos.

Disso decorre uma série de possíveis reflexões, mas para os objetivos deste trabalho, nos interessa apontar que uma de suas consequências é o desconhecimento sobre o Brasil profundo que se reflete na produção acadêmica acerca dos processos de mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que pendula entre a fragmentação de inúmeros estudos de caso e as estatísticas frias mais gerais sobre desenvolvimento econômico, índices

de analfabetismo e tudo aquilo que falta às áreas rurais. Sobre o que existe de fato, com suas devidas conexões no tempo e no espaço, há ainda uma carência. Ou mesmo análises generalistas que apenas enquadram seus casos em contextos específicos em uma relação em que as conexões entre uma dimensão e outra são pouco observadas.

Consideramos aqui que as formas de resistência e de organização configuram-se como uma entrada privilegiada para se pensar processos de mudança social a partir das franjas e de um ator considerado periférico. Não para enquadrá-los em esquemas gerais, e sim por propiciar a observância de conflitos que estruturam as relações sociais e os impulsos de ruptura e transformação sem, de antemão, definir a direção de tais mudanças e tampouco o terreno privilegiado para tal. Estas considerações apontam para a permanência de uma perspectiva que enfatiza a cidade enquanto lócus da mudança social reservando ao campesinato um lugar secundário na conformação da modernidade. Sua ação política é sempre “fora do lugar”. Mesmo com a visibilidade alcançada por movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ainda permanece como aspecto comum a sua compreensão a partir de um paradigma que foca a relação Estado/movimento revelando uma concepção de “mudança social”. Contudo, os processos que historicamente subjazem esta relação raramente são considerados com o mesmo interesse.

O antropólogo James Scott (2002) nos aponta como aquilo que denominou como *formas cotidianas de resistência camponesa* são fundamentais para se compreender os momentos menos “evidentes” da luta política. Segundo Scott, “em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada no Estado”. Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o “Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos.” Ainda que a noção de formas cotidianas de resistência camponesas esteja, na concepção do autor, associada a boicotes, dissimulações, ao “fazer corpo mole”, a sabotagem ou saques, sua crítica

é de extrema importância na medida em que nos impõe a observância da diversidade de condições e situações a que está submetido o *campesinato*³.

No caso das mulheres camponesas, estas formas assumem uma maior importância dado que conformam o substrato político de sujeitos que, até então, não estavam presentes em partidos e sindicatos rurais. Nesse sentido, perguntamos: quais elementos conformam a resistência dessas mulheres? Qual a forma historicamente assumida por esta resistência? Como ela se produz e reproduz ao longo do tempo? Quais sentidos essa luta assume no contexto da política brasileira? Ao longo desta tese buscamos expor elementos que apontem uma relação de sentido entre conflitos que, por vezes, são analisados de forma fragmentada: luta por maior igualdade entre mulheres e homens, a luta por terra, por formas mais autônomas de produção de alimentos, pelo seu reconhecimento como trabalhadora rural, pela visibilidade e valorização da sua produção, por fazer-se representar politicamente.

Assim, chegamos aos “caminhos da luta por direitos”, forma historicamente situada das lutas dos movimentos de mulheres rurais no Brasil. Sua continuidade ao longo de mais de três décadas também contou com momentos de grande destaque como, por exemplo, em 2006 a destruição do laboratório de manipulação genética da empresa Aracruz Celulose na cidade de Barra do Ribeira, pequeno município no sudeste do Rio Grande do Sul⁴ como podemos observar na foto que se segue.

³Nesta tese o conceito de *campesinato* é abordado enquanto *identidade política*, isto é, como categoria forjada num campo de disputas por reconhecimento, legitimidade e capacidade de representação. (PRADO, 2002) A opção por essa abordagem se justifica na medida em que tratamos de um movimento político que, contudo, mobiliza elementos do que Woortmann (1990) denominou como *campesinidade* ao buscar o afastamento de uma visão meramente economicista do *campesinato*. Segundo o autor, trata-se de compreender a constituição de uma *moral camponesa* formada por um conjunto de valores que envolvem terra, trabalho, família e liberdade. Tais valores são constituintes dos discursos e justificam tanto a existência de tais movimentos não apenas como referência aos processos históricos e às formas assumidas pelo tipo de colonização da região sul, mas também como projeção de uma sociedade futura pensada a partir desses valores éticos, ou seja, como fatores de mudanças sociais.

⁴ Em quarenta ônibus, cerca de duas mil mulheres de movimentos vinculados à Via Campesina (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação Brasileira dos Estudantes de Agronomia (Feab), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) empreenderam a ação que tinha como objetivo denunciar os impactos da monocultura.

Foto 1.



Fonte: www.cartamaior.com.br
Acessado em 10 de maio de 2016

Neste ano o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ganhou imensa visibilidade tanto pela condenação da ação por parte dos setores vinculados ao agronegócio quanto pela radicalização vista como necessária e positiva pelas organizações políticas vinculadas aos movimentos sociais rurais. Contudo, consideramos aqui fundamental compreender estas ações dentro do contexto social em que se estrutura tal concepção política e de que forma os vínculos com os demais movimentos a consolidam e mobilizam elementos históricos do período de sua “gênese” (fins de 1970 e a década de 1980), os atualizam constantemente - e habilmente, na luta política mais ampla por representa-se politicamente - e, portanto, no reconhecimento da legitimidade da sua ação política ao longo de toda uma trajetória de luta por direitos.

Interessa-nos dar tratamento sociológico à conquista destes direitos pelas mulheres rurais organizadas em sindicatos e movimentos. A forma historicamente assumida – luta pelo direito de sindicalização e pelo reconhecimento como *trabalhadora* – é uma dimensão desse processo mais amplo inscrito no cotidiano dessas mulheres e na disputa política histórica pela representação do campesinato. Por essa razão, investimos na conexão entre o percurso/socialização política das mulheres camponesas e a construção permanente do movimento. Isto é, sem partir

a priori de uma definição do político, conectando formas de resistência cotidiana, onde se expressa necessariamente o reconhecimento do conflito e de relações de poder, aos processos historicamente delineados de engajamento e de participação política visando a conquista de direitos. Em acordo com Paiva (2011), consideramos que “tanto o processo democrático quanto a noção de direitos são em si mesmos embrionários de reivindicações”.

Ângela Paiva (2014) defende que os movimentos sociais têm “caráter educativo e apresentam uma pedagogia no processo de ação coletiva”. Mobilizando o conceito de *liberação cognitiva* de McAdam (1982) – referente ao momento em que os indivíduos se engajam em movimentos – e a noção de *solidariedade social* de Tarrow (2009) – referente ao momento em que há a liberação dos mais profundos sentimentos de solidariedade e identidade – a autora chama a atenção para a capacidade criativa das ações coletivas ao, num contexto específico, criar aproximações entre dimensões distintas da vida social em torno de uma linguagem específica ou, de outra forma, de uma visão de mundo a partir da luta por direitos e pelo reconhecimento da legitimidade desta mesma luta.

1.1. Considerações a partir do rural

Há de se considerar ainda outro aspecto no que se refere ao estudo do meio rural. De acordo com Lygia Sigaud (1992), o Brasil “rural”, a “agricultura”. A “estrutura agrária”, “o campo” e “a questão agrária” sempre foram definidos por critérios de exclusão, significando o que não é “urbano” e o que não é “industrial”. A depender do período de estudos e debates sobre tais temas, o que a autora ressalta é a importância em se observar a conexão entre o momento de produção de conhecimento e o modo de construção de objetos e procedimentos de análise⁵. Quando eclodem mobilizações de trabalhadores rurais e camponeses ainda na década de 1970 e que se desdobram com enorme vigor na década

⁵A autora chama a atenção para a relação nem sempre resolvida entre os problemas teóricos e a análise de uma situação concreta, ou seja, de que não se trata de projetar a teoria e preenchê-la com evidências empíricas. (SIGAUD, 1992)

seguinte, a produção de estudos sobre as organizações, sindicatos e movimentos sociais acompanharam tal ebulição. Contudo, os apontamentos feitos por Bourdieu (1999) acerca da naturalização dos processos sociais e daquilo que se apresenta como problema social em determinado momento do tempo são fundamentais.

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos. (BOURDIEU, 1999: p. 417)

Superar estas dificuldades é fundamental para compreendermos os movimentos de mulheres rurais. Moacir Palmeira ao prefaciар “O vapor do Diabo” de José Sérgio Leite Lopes (1978) apresenta a obra como uma monografia que se nutre de problemas: “De problemas teóricos. Não de problemas em abstrato. De problemas teóricos que se impõem quando da análise de uma situação concreta”. Seguindo esta orientação, esta pesquisa compreendeu a trajetória das mulheres rurais e dos movimentos aos quais pertencem como parte de processos sociais concretos e diversos, aos quais não cabe supor conexões de causa e efeito no tocante às *relações sociais de sexo* (KERGOAT, 2010) e às formas socialmente legitimadas de representação política num dado momento.

Este conceito, o qual lançaremos mão nesta tese, se distingue de outro largamente utilizado nas Ciências Sociais, o conceito de *gênero*. Ao longo deste trabalho esclareceremos as razões de nossa escolha. Por ora, cabe dizer que o conceito de gênero atualmente tem sido alvo de críticas as quais corroboramos tal como, por exemplo, a da autora Heleieth Saffioti: “Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão”. (SAFFIOTI, 2004)

Meu argumento pode ser sintetizado da seguinte forma: os movimentos de mulheres rurais ou camponesas se inscrevem numa longa trajetória de luta por direitos e num campo específico de disputa política marcado pela sistemática tentativa de tutela do campesinato, sempre tomado como ator secundário. Tais direitos referem-se à luta pela legitimidade de sua representação política e protagonismo, ao seu reconhecimento como trabalhadora e à sua luta por igualdade. Logo, a ação política dessas mulheres é marcada por estes elementos sendo impossível apartá-los de sua análise. Evidentemente, estes não são os únicos elementos. O que queremos demonstrar é o fato de que a ação política destas mulheres não deve ser compreendida em conexão direta e simples com as lutas das mulheres em geral, mas a partir de sua posição inscrita num processo específico de lutas travadas nas áreas rurais.

Suas formas, possibilidades e limites dialogam com esse histórico e dele não deve ser apartado a favor de um enquadramento generalizante e abstrato que, ao fim e ao cabo, escamoteia as ações que pretendem visibilizar. Esta ressalva se faz importante por outro motivo: devemos diferenciar a ação política da condição social subordinada das mulheres. Tal conexão é produto da análise e não uma mera relação de causa e efeito. Logo, estamos tratando de um movimento já organizado em forma e conteúdo e, por esta razão, trazemos à análise os elementos expostos. Corroboramos aqui o argumento de Paiva (2014):

“Se alguns movimentos sociais guardam enorme semelhança com os movimentos sociais europeus e americanos, modelos para a ação coletiva nacional, guardando as tradições de protesto de cada país, outros se organizam em torno de demandas redistributivas antigas, como o acesso à terra e direito à moradia, na chave, portanto, da classe social.” (PAIVA, 2014: 118)

Nesse sentido, para situar o objeto desta pesquisa e delinear os caminhos trilhados, é de extrema importância a afirmação de José de Souza Martins (1981), quando diz que “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o

entendimento da sua ação política”. O autor chama a atenção para os fatores que escamoteiam a ação política dos camponeses assim como para o fato de que não se trata de uma mera exclusão política. Segundo Martins, a história política do campesinato não pode ser analisada dissociada da história das lutas pela “tutela política do campesinato”. O olhar sobre o campesinato traz consigo uma leitura específica sobre o seu lugar no processo histórico e na disputa pela sua representação. De acordo com o autor, o protagonismo político do campesinato nunca foi observado, dado que não é dele que se espera qualquer protagonismo. Mário Grynszpan argumenta que as décadas de 1950 e 1960 representaram um marco fundamental, pois surgem novas categorias de percepção do mundo rural e dos seus atores uma vez que se constitui uma questão agrária. E, mais que isso, anuncia como sua solução a reforma agrária. Nesse momento, ressalta o autor, o nexos entre a concentração fundiária e a existência de uma “questão agrária” começa a se estabelecer, tornando-se a pauta mais importante para a organização de trabalhadores rurais e camponeses.

Por outro lado, o processo de modernização conservadora da agricultura levado a cabo ao final da década de 1960 acabou por imprimir características fundamentais para a compreensão do novo pilar de acumulação e de novas formas de dominação a partir da alteração na base técnica e produtiva e da articulação dos complexos agroindustriais. A mudança na arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro e uma transformação relativa do papel do estado e das políticas públicas conformou uma virada no meio rural⁶. (FAVARETO, 2006)

No que se refere à representação dos trabalhadores rurais, ocorre uma transformação também fundamental. Como sinaliza Grynszpan (2004), nas décadas anteriores eram os grandes senhores, as elites agrárias, os porta-vozes do mundo rural. Ademais, os trabalhadores urbanos já eram significativamente presentes na cena política com sindicatos e centrais atuantes bem como contavam com partidos que propunham representá-los. É na década de 1950 que se começa a atribuir ao homem do campo um caráter político a partir do surgimento de

⁶ A esse respeito, Favareto chama a atenção para o fato que o Estado tornara-se, a um só tempo, “repressor dos conflitos, indutor e regulador do processo de modernização”. (2006)

organizações como as Ligas Camponesas e associações e, já na década de 1960, com a criação dos sindicatos, federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Contudo, é importante ter em conta que a consolidação do sindicalismo rural, enquanto instrumento de representação política dos trabalhadores rurais, ocorre durante os anos do regime militar⁷.

Nesse sentido, Leonilde Medeiros (2005) afirma que a constituição do sindicalismo rural e dos trabalhadores rurais como categoria política surge num contexto de intensos conflitos e resistência aos processos de expulsão da terra⁸. Nesse processo de mobilização e organização foram forjadas categorias muitas vezes alheias aos contextos locais, mas que buscavam transformar demandas pontuais em uma luta unificada e politicamente articulada. Sobre este aspecto, Moacir Palmeira e Sérgio Leite (1997) apontam para uma questão crucial, qual seja, a presença do Estado no campo e que essa “simples” presença possui muitos significados. Se, ao analisar esse processo, sociólogos e cientistas políticos apontam questões como “quem fez?” ou “a quem serviu?” ou mesmo “foi ou não cumprida?”, e apesar da aparente coerência destas interrogações, os autores colocam que um fato sociológico novo acabou por passar despercebido: o de que a partir desse momento passou a existir uma legislação destinada a uma categoria profissional que abarcava uma diversidade de relações sociais do meio rural. Os autores apontam para a complexidade desse período:

⁷Schmitt (1996) ao analisar esse processo, nos dá a dimensão dessa mudança advinda da fundação dos sindicatos: “o período que vai de 1961 a 1980 registra o surgimento de 2.243 sindicatos de trabalhadores rurais. Nesses vinte anos, foram fundados, aproximadamente, 80% dos 2.732 STRs existentes no País até o ano de 1989”. (p. 190) A autora pontua ainda que a institucionalização desse sindicalismo ocorreu nos marcos impostos pela legislação herdada do período getulista. O sindicato único, de base municipal, passou a congregar em seu quadro de associados um conjunto heterogêneo de categorias sociais, reunidas em uma única entidade, que foi instituída enquanto porta-voz de uma entidade sócio-profissional específica: o trabalhador rural. (SCHMITT, 1996)

⁸De acordo com Grynspan (2004) a expulsão de camponeses de grandes propriedades teve motivações distintas em cada região do país. Cabe ressaltar também a importância que setores progressistas da Igreja Católica e das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – desempenharam ao associar miséria e concentração fundiária fomentando a organização política.

Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra e seus desdobramentos foram resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas. Longe de representarem a imposição unilateral da vontade de um grupo, refletiram um jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que expressaram as alterações nas “composições de poder e estilos de populismo” que desembocaram no golpe militar de 1964. (...) Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. (...) Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades. (PALMEIRA e LEITE, 1997: p. 23)

A partir deste período, os camponeses passaram a identificar-se e, sobretudo, a ser identificados como atores políticos importantes e, assim, “também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes” (Grynszpan, 1998). Esse processo que traduz a inserção dos trabalhadores rurais nos debates políticos nacionais possui diversas dimensões e desdobramentos, tendo como consequência fundamental o avanço em sua organização. Não obstante, esse impulso organizativo se deu cercado de limites. José de Souza Martins (1981) nos mostra que, mais do que a exclusão no processo político, as disputas que surgiram em torno da representação política dos camponeses acabaram por prolongar sua “ausência” na história política, diminuindo sua relevância⁹. A percepção do campesinato como alheio à política nacional levou, por consequência, à conclusão da necessidade de subordinação a outros setores da sociedade, ignorando ou mesmo conferindo pouca importância histórica às lutas e conflitos no campo.

⁹ Dessa análise decorre a conhecida expressão de Martins: “o camponês nos projetos dos outros”. (MARTINS, 1981, p. 81).

1.2. Mulheres rurais e os caminhos da política

Quando, em 2005, comecei a examinar a literatura sobre os movimentos de mulheres rurais me deparei com os mesmos obstáculos e me surpreendi com a repetição de algumas teses que agora versam sobre as *trabalhadoras rurais* ou *camponesas*. Embora haja atualmente uma significativa produção acerca dessas iniciativas, esta tese procura ser um passo para a superação tanto da fragmentação presente em muitos dos estudos de caso quanto da articulação generalista destes estudos a determinados contextos políticos como, por exemplo, a década de 1980. Ainda que nossa análise parta de um movimento específico, a partir de nossas escolhas teóricas e metodológicas buscamos apontar conexões menos abstratas com o ambiente político em que atuam e com os processos de longa duração em que se inscrevem considerando que estes conformam elementos fundamentais de sua ação política e não podem ser negligenciados em favor de uma categoria abstrata e generalista - *mulher* – e subtrai a análise das categorias *trabalhadora rural* e *camponesa*. Tal fragmentação pode ser compreendida como resultado do recurso às teorias dos “novos movimentos sociais” onde o centro da análise é deslocado das relações sociais de produção e seus antagonismos para a dimensão da cultura e seus conflitos. Em outras palavras, esvazia-se de sentido o conceito *classe social* a favor de uma nova apreensão do fenômeno social, o qual deveria ser apreendido por um novo paradigma analítico.

Alain Touraine, umas das principais referências teóricas dos Novos Movimentos Sociais, os valoriza na medida em que estes não são expressão apenas dos conflitos de classe, mas de diversas formas de opressão e dominação. De modo que a noção de movimentos sociais deve tomar o lugar da noção de classe social porque não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, tais como a educação, os cuidados médicos e a informação de massa bem como a defesa dos direitos do homem, o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio. O centro de sua análise, a ação coletiva, deve ser entendida por meio dos atores sociais, suas formas de luta ao redor do potencial institucional de um modelo cultural. Assim, o locus de análise seria a construção de novas identidades, novas sociabilidades,

novas práticas democráticas e participativas, valores, diversidade. Não se trata da exclusão dos conflitos de classe, mas da natureza do conflito. Mais recentemente, Touraine (2006) se dedicou a realizar uma reflexão abrangente sobre os impactos das transformações relacionadas à vida das mulheres. Nela, expõe a forma como analisa os elementos classe, raça e gênero:

“As mulheres submetidas a uma dominação específica não são apenas mulheres e, conseqüentemente, são submetidas a outras formas de dominação. Uma mulher é igualmente uma operária ou uma enfermeira e, na maioria dos casos, ela é uma assalariada (...) Qual é o fator mais decisivo: o gênero ou o *status* econômico? Mais radical ainda é o enfrentamento entre as feministas “brancas”, geralmente advindas das classes médias escolarizadas, e as feministas afro-americanas. Aqui, igualmente, qual é a dimensão mais importante da experiência: o gênero ou a pertença étnica? Quem vence: o preconceito contra as mulheres ou o preconceito contra os negros?” (TOURAINÉ, 2006: 126)

Para Touraine, estas questões diminuiriam de importância se considerarmos as três formas de dominação como variantes de uma mesma dominação geral. Porém, defende uma posição distinta. A de que são naturezas diferentes e, assim, quando tratamos da dominação sobre as mulheres estamos lidando com a construção de uma cultura e não das relações inscritas numa cultura como, por exemplo, a cultura dos que vieram da industrialização e que explicaria a ação dos assalariados orientada para mudanças econômicas, políticas e jurídicas. As mulheres, ao contrário, agiriam diretamente sobre um modelo global de sociedade e de cultura. Suas ações seriam simultaneamente mais direta e mais consciente da extensão dos desafios.

Ainda que a condução do problema encontre no autor um caminho distinto e em consonância com a problemática desenvolvida em toda sua obra, encontramos aqui novamente a separação entre o que seriam questões específicas (ainda que se manifestem na dimensão da “cultura” tal como aborda o autor) e uma forma de dominação geral. No mais, os conceitos de “classe”, “raça” e “gênero” são trazidos na medida em que permitem a observância da relação entre

ação social e mudanças sociais e, não necessariamente, foram revistas por Touraine¹⁰.

Segundo Domingues (2004), os movimentos sociais do período contemporâneo evidenciam exemplarmente a articulação entre a vida cotidiana e mudanças sociais em larga escala. De acordo com o autor, trata-se de uma dupla direção que torna viável o movimento: “manter seus círculos locais permanentes na vida cotidiana, na qual emergem e atuam seus militantes, e construir pontes com outros contextos”. (p.229). Tal articulação - entre vida cotidiana e macro processos sociais – tem sido observada, sobretudo, em referência ao movimento feminista (entendido aqui como um movimento histórico, amplo e heterogêneo). Contudo, aqui chamamos atenção que, se esta é uma vinculação presente, outras também compõem a experiência cotidiana das mulheres que vivem, se mobilizam e se organizam em movimentos sociais na área rural do Brasil. Dito isto, invertamos o sentido da análise. Ao invés de “encaixarmos” o movimento de mulheres camponesas no turbilhão organizativo que representou a década de 1980, nesta tese intento alinhar pontos que por vezes fogem nas análises que já partem de uma classificação prévia ou de uma tipologia dos movimentos sociais.

Pode-se dizer que temos uma reprodução de abordagem em relação ao campo e aos que nele vivem na medida em que sua ação política é evidenciada, sobretudo, em momentos em que rompe com a expectativa de passividade e conservadorismo num contexto percebido como mais favorável. Quando somamos a problematização sobre as relações de dominação, reprodutora da desigualdade entre homens e mulheres no campo, é ainda mais comum a noção de um conservadorismo arraigado nas mulheres rurais, mesmo que no Brasil este seja uma dos maiores movimentos organizados de mulheres, que tenha conquistado direitos fundamentais e não encontre qualquer correspondente no meio urbano. Essa constatação nos levou a observar se o que está em jogo, novamente, é a visão do campesinato como ator secundário dos processos de mudança social.

¹⁰ Em “*O mundo das mulheres*”, Touraine busca compreender a formação do sujeito criador e consciente dele mesmo e seus efeitos sobre o meio social, sobre as instituições e sobre as representações. Dado que tal formação pode seguir “tantos caminhos quanto existem nos processos de modernização”, as diferenças devem ser compreendidas a partir da forma como se ligam aos princípios fundamentais da modernidade. Ver Touraine (2006).

Para tal fim, nossa pesquisa se desenvolveu junto ao Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC-SC), mais especificamente na região oeste do estado, e que já conta com mais de trinta anos de atuação. A formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004 é visto como a confluência dos inúmeros movimentos de mulheres rurais que surgiram na década de 1980¹¹. Em Chapecó (SC) surgiu o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) que, em 2004, passou a denominar-se MMC. Em entrevista, Dona Carmem, liderança do movimento, pontua que:

Foi no ano dois mil e quatro né, então nós fizemo um congresso das mulheres lá em Brasília e daí a gente viu, assim, naquele momento que pra nós, nós queria fazer um movimento a nível nacional, pra nós fazer um movimento a nível nacional nós tinha que observar que não era em todo país que tinha agricultoras, em outros estados tinha mulheres que trabalhavam no campo, mas que não eram agricultora, não lidavam com a terra, sabe? Tinha as pescadora artesanal, tinha as quebradeira de coco, no caso das cana, ne, tinha as bóia fria que cortavam cana, as cortadora de cana que também trabalhavam no campo mas não trabalhavam com a terra, assim, pra produzir, né, o alimento como aqui em Santa Catarina. Aqui no Sul mais né, que tinha mais essa questão da agricultura, então pra abranger todas essas outras categorias das mulheres foi aonde que acharam melhor mudar o nome então. Um nome mais abrangente, foi por esse motivo que colocaram de Camponesa

A nova denominação do movimento implicava, portanto, em decisão tomada a partir de articulações que extrapolavam o campo dos movimentos de mulheres rurais. Como assinalamos, se é possível dizer que a emergência dessas organizações compartilham alguns aspectos que relacionam a *autonomia* com as situações concretas vivenciadas pelas mulheres, a construção em torno de uma identidade política enunciada aponta para um espectro mais amplo, composto por outras entidades. Em outras palavras, tal construção precisa ser capaz de traduzir

¹¹ Barbosa (2016) coloca que, “naquele momento uma discussão em torno do aprofundamento do conceito de camponês, o qual estava perdendo espaço diante do conceito de “agricultura familiar”. A valorização do conceito, no âmbito da disputa política, estava associada às ações da Via Campesina.

para o campo da disputa pela representação política desses sujeitos uma diversidade de categorias. Em Santa Catarina, passar a ser identificada como *camponesa* não foi um processo isento de tensões como evidencia o relato de Dona Carmem:

Eu me lembro que foi uma assembleia que nós fizemos em Itapiranga no ano dois mil e quatro. Eu sei que nessa assembleia foi tirada a decisão de nós mudar o nome mas não foi fácil pra nós convencer as mulheres que o nome camponesa era melhor. Teve muito discussão, teve muitas mulheres que não aceitavam porque: - "Nós somos agricultora! Por que nós vamo mudar o nome?" e tal, então foi bem difícil mas foi possível fazer a discussão, fazer a assembleia, aprovar em assembleia porque nós tinha que aprovar né, e foi aprovado em assembleia aqui pra depois levar, né, pra ser construído a nível nacional, a nível nacional então foi em dois mil e quatro, daí a partir desse momento a gente começou a chamar, até hoje tem gente que não chama mais de camponesa, que chama de campesina.

Catiane, também liderança do MMC em Santa Catarina, ressalta ainda que:

E eu acho que essa discussão ela também se deu no sentido da importância da unificação a nível nacional, né, porque é uma questão do ser camponesa, do produzir alimento, do cuidado com a natureza, dessa questão mais do campo mesmo. Não é algo que surge do nada o Movimento de Mulheres Camponesas, e também é um termo que vem sendo discutido nesse período dos anos dois mil, ele vem sendo muito mais discutido que, por exemplo, na década de oitenta que surgiu os Movimentos que o camponês tava muito escondido, tava muito difícil de lidar por ser considerado atraso e tudo isso, então é nos anos dois mil essa discussão ela vai acontecendo também. Também com o surgimento da Via Campesina, que aí também trabalha o termo camponês, e aí essa questão de ir construindo com as mulheres da base também foi nesse sentido, por exemplo, a agricultora não ia significar as mulheres ribeirinhas, não caracteriza as mulheres ribeirinhas, mas camponesa caracteriza, então camponesa também é um termo muito mais abrangente, e nesse sentido da unificação nacional também foi se dando, claro, como a Noely falou, não foi tranquilo, em algumas regiões isso foi mais fácil, outras menos fácil.

Este é um processo complexo e não linear. Por ora, cabe pontuar que, ao observarmos de forma mais detida o processo de consolidação destes movimentos percebemos que ao mesmo tempo em que é relevante considerar os aspectos em comum e que tornaram possível a construção compartilhada de bandeiras de lutas específicas das mulheres rurais ao longo da década de 1980, é a partir de suas principais distinções que podemos encontrar uma chave de explicação sociológica acerca dos posicionamentos tomados nas três últimas décadas. Se as primeiras iniciativas de organização estadual dessas mulheres nos permitiram tratar de forma mais genérica estes movimentos - os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) - o decorrer da década de 1980 e os anos seguintes trariam à tona diferenciações mais profundas entre estes, alertando para a necessidade de se abdicar de uma abordagem mais abstrata dessa experiência que surgiu concomitantemente em quase todos os estados do país. Considerar a existência e importância da construção de um novo ator político na relação com o Estado não deve significar a inobservância da forte presença de tradições e concepções políticas específicas advindas de confluências de outros elementos que somente a análise sociológica é capaz de apontar.

Esse processo tem sido observado de uma forma um tanto linear em que o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no início daquela década teria levado à formação de articulações regionais – o AIMTR-Sul em 1985 (Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul) e o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) em 1986 - e posteriormente, em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Como desdobramento das *etapas* anteriores, a formação em 2004 do Movimento de Mulheres Camponesas é percebida como um processo de amadurecimento político das trabalhadoras e a mudança da nomenclatura uma estratégia importante na medida em que *camponesa* nesse contexto engloba uma gama diversificada de situações, e como coloca a definição do próprio movimento¹²:

¹²Assim como a categoria *trabalhador rural* em outro momento (PALMEIRA, 1997), a afirmação da categoria camponesa representaria uma estratégia importante em termos de disputa nas bases e de negociação com o Estado. Como nos aponta Paulilo (2009), a resignificação do “ser camponês” nos diz que existe um processo em construção. Considerando-se que o termo “camponês” não é uma categoria nativa de muitos grupos que formam o campesinato nacional,

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. (MMC, 2004: p.1)

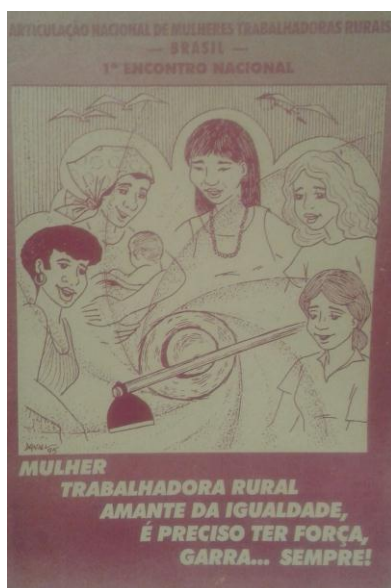
No entanto, este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros¹³. Nos Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram visivelmente. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido o de constituir um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, as avaliações dos movimentos presentes apontam para uma clara divisão¹⁴. (BORDALO, 2011)

deve-se recordar que o termo apareceu sempre em situações de luta, como foi o caso das Ligas Camponesas. Isto é, estão referenciados em um contexto de acirramento de disputas e não em um modelo analítico fechado. A autora, citando Joan Scott, afirma que não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. Portanto, a “identidade” é um terreno de contestação, local de exigências múltiplas e conflitantes que perdem sentido se não forem historicizadas. Assim, não se trata de buscar a essência do que seria o camponês tal qual o que pode ser localizado na Europa feudal. Seria um esforço vão. (PAULILO, 2009)

¹³Ver Bordalo (2011). Neste trabalho analisamos o surgimento dos movimentos de mulheres no sertão Pernambucano e a sua relação com a tradição sindical naquele estado.

¹⁴As organizações presentes foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetaagro- RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE).

Figura 1. Cartilha do 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil ocorrido em 1995

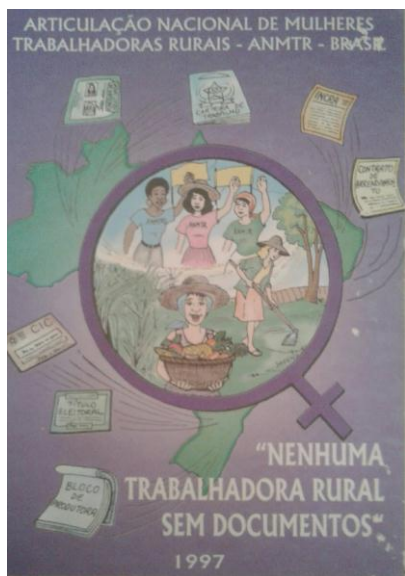


Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. Apesar de apresentarem suas críticas no que se refere às *relações sociais de sexo*, ambos são colocados como os interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e a luta das mulheres. Logo, a criação da ANMTR não representou a dissolução do MMTR-NE ou ainda a sua vinculação enquanto parte integrante da proposta de articulação nacional que açambarcaria diversos movimentos de mulheres autônomos.

Ao contrário, embora tenha surgido a ANMTR, esta representou de fato a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul. Os demais movimentos adotaram neste momento a posição de estabelecer elo entre as lutas que são unificadoras, tais como desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: Previdência, Saúde; desenvolver ações para que sejam garantidos às trabalhadoras rurais os benefícios já conquistados em lei; realizar ações no dia 8

de março e intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Figuras 2 e 3. Documento de divulgação e formação da ANMTR e Documento do MMC-SC com referência à nova nomenclatura



Durante as minhas pesquisas anteriores, tais distinções apareceram de forma contundente¹⁵. O MMC, de abrangência nacional, possui sua sede em Passo Fundo, Rio Grande do Sul e no ano de 2005 lá estive para realizar entrevistas com suas lideranças e compreender mais a respeito da atuação do movimento e dos motivos da sua localização ser no sul do país¹⁶. Quando perguntava sobre a atuação do MMC em outros estados, as respostas seguiam uma mesma narrativa: a região sul ainda era a “base do movimento”¹⁷. Outra dirigente me explicava que a unificação havia sido um importante passo, mas que “o movimento tem que ficar perto da sua base, uma vez que o Sul é, sem dúvida, a região mais ‘avançada’ no sentido da luta, do que nas outras regiões”, sendo esse o principal motivo da

¹⁵ Bordalo (2011, 2005)

¹⁶ O Movimento de Mulheres Camponesas se organiza por regionais. Estas são formadas por grupos de base de mulheres. As direções regionais são compostas por duas dirigentes de cada município e as direções estaduais por duas lideranças de cada regional e a coordenação nacional possui duas dirigentes de cada estado.

¹⁷ Como veremos ao longo desta tese, a despeito das iniciativas bem sucedidas de construção do MMC em outras regiões, Santa Catarina e Rio Grande do Sul permanecem com maior “peso” na condução da política que chega nas “bases”.

secretaria ser em Passo Fundo. Outra liderança me dizia que “não tem nenhum movimento no Brasil que não tenha virado MMC - só em Pernambuco que não tem, lá as mulheres são viciadas em sindicato” - e que, ao contrário, o momento era o de fortalecer “o movimento” como meio de conquistas de direitos sociais¹⁸.

Ao resgatarmos essa distinção entre o MMTR-NE e o MMC, queremos apontar que as relações políticas bem como as concepções que ambos possuem de *se fazer política* são relevantes para compreender o processo em que estes movimentos estão imersos. Uma vez que essa articulação nacional entre os movimentos de mulheres rurais não ocorreu com a formação da ANMTR e, posteriormente do MMC e, ao contrário, acabaram por reforçar distinções presentes desde os primeiros momentos quando da formação dos movimentos estaduais, é necessário lançar luz não apenas nas *questões específicas* relativas às mulheres, mas como tais questões são apropriadas e incorporadas às disputas políticas.

O fato de ambos os movimentos lutarem por um processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres não se traduziu em possibilidade de se articular politicamente, unificando esforços nesse sentido. Sem aprofundar a análise sobre este aspecto, Paulilo (2004) expõe essa diferenciação entre os movimentos da região sul e os movimentos da região nordeste, os quais seriam atrelados à estrutura do sindicalismo rural. Na perspectiva da autora, esse seria um aspecto emblemático da subordinação e da pouca autonomia construída por estes movimentos.

¹⁸ Em minha dissertação de mestrado me dediquei a analisar a relação entre a forte tradição sindical de Pernambuco e a relação com os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais me distanciando da concepção de tutela por parte dos sindicatos e compreendendo a concepção política do movimento a partir da socialização política daquelas que o compunha. (BORDALO, 2011)

Foto 2. As bandeiras do MMTR-Ne (de cor rosa) se misturam com as bandeiras da Contag durante a Marcha das Margaridas de 2003. (Acervo MMTR-Ne)



Foto 3. O Movimento de Mulheres Camponesas em Brasília, onde foi realizado seu primeiro congresso nacional em 2013. Fonte: <http://www.mmcbrasil.com.br/>



De acordo com o que foi citado, o que se depreende é que tais movimentos de mulheres ainda se encontram atrelados ao espectro das grandes disputas entre os movimentos sociais e o movimento sindical como que, de forma irrefletida (ou por falta de clareza em relação à sua luta enquanto mulher e trabalhadora), transpusesse para as lutas das mulheres as articulações políticas já realizadas por ambos. Neste sentido, caberia ao pesquisador analisar o “maior” ou “menor” grau de *autonomia* em relação às formas tradicionais de representação política - partidos e sindicatos - para, então, apontar quais movimentos representariam de fato uma mudança significativa nas relações de gênero na medida em que outros seriam tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equivocada porque dependente. A acusação de “tutela” é comum nos discursos dos movimentos (como vimos na fala de uma liderança do MMC) e também em análises acadêmicas, como veremos adiante. Sob esta ótica, os movimentos de mulheres rurais organizados na região nordeste seriam classificados de acordo com a última definição¹⁹.

Tal perspectiva normativa, ao hierarquizar estes movimentos acaba por obscurecer o fenômeno e o processo social que, inclusive, nos permite estabelecer a comparação entre eles e melhor diagnosticar em qual dinâmica social se inscrevem. Sobre estas distinções, Paulilo (2004) argumenta que se fundamentam no diferente peso que os movimentos dão às questões de classe ou gênero, ou seja, para a autora o que distancia um movimento de outro é a sua compreensão acerca destes aspectos:

O medo de dividir a luta, derivado da ideia de que existe uma única luta que vale a pena e de que ela tem dono, leva a desencontros entre os diferentes movimentos de mulheres dependendo da ênfase que dão a questões de classe ou gênero. Esses desencontros, porém, são minimizados através de um conceito amplo de “igualdade de gênero” em que cabem muitas desigualdades. O diálogo, então, torna-se mais difícil porque na prática, a aparente

¹⁹ Em minha pesquisa de mestrado, procuramos demonstrar o equívoco de se destinar novamente ao nordeste – e suas mulheres – o lugar do atraso e apontamos a necessidade de se construir novos olhares sobre estas experiências sem pressupor parâmetros ou graus de modernidade política. (BORDALO, 2011)

homogeneidade dos chavões se desfaz, e o que era diferença aparece como dissidência, dando lugar a recriminações e ressentimentos. (PAULILO, 2004: p. 17)

As pesquisas que antecederam esta tese foram fundamentais para delinear meus objetivos e redirecionar a questão de trabalho. Diante do exposto, os motivos de nossa escolha pelo MMC em Santa Catarina foram: *i)* a sua longa trajetória e por ser uma das primeiras iniciativas de organização das mulheres rurais na região Sul; *ii)* por ter surgido no contexto de questionamento da estrutura sindical, o novo sindicalismo, e movimentos de luta pela terra como o MST; *iii)* por nos permitir observar as conexões entre as formas de organização levadas a cabo nessa região em distintos períodos, sua longa trajetória evidencia permanências e transformações em seus expedientes e pautas, as articulações tecidas e como esse processo local se relaciona com as dinâmicas políticas mais gerais; *iv)* e, por fim, por nos possibilitar compreender a construção das lutas em torno dos *conflitos de classe* e das *relações sociais de sexo*, não como mera soma de opressões, mas a partir da identificação de processos concretos. (KERGOAT, 2010)

Nossa hipótese acerca das Mulheres Camponesas se estrutura a partir do debate clássico sobre a relação estrutura/agência e dos processos de transformação social. E como parte dessa dinâmica, a partir de meados do século passado a força dos movimentos feministas tem como um dos seus desdobramentos a “imposição” de uma agenda científica (sobretudo nas Ciências Humanas) que se debruçou sobre a desigualdade entre homens e mulheres e as múltiplas facetas da dominação masculina. Desde então, temos uma intensa articulação entre academia, agências governamentais e não governamentais e movimentos de mulheres. O feminismo em geral é lido pela chave analítica dos *novos movimentos sociais*, fruto das lutas por direitos civis durante a década de 1960 e foi constantemente entendido como parte de novas formas de luta fora do eixo classista tais como, por exemplo, o movimento negro e o ambientalista. Contudo, para os objetivos desta tese, interessa expandir o campo analítico para

compreender as reivindicações das mulheres recolocando a discussão a partir da teoria crítica recente²⁰.

Sobre esta discussão, cabe apenas pontuar aqui como a circulação da produção teórica influenciou a natureza dos debates acadêmicos em determinados períodos no Brasil. A utilização do conceito de *gênero* se deu na proporção inversa à utilização do conceito de *classe social* vinculada à forte tradição marxista. Tal descolamento representou o isolamento e um recorte muito específico do fenômeno da desigualdade de diversas ordens entre homens e mulheres. De forma geral, podemos dizer que até meados dos anos 2000 tal separação se tornou consistente e não raro, poderíamos falar de gênero sem qualquer menção à classe social. Ainda que autoras como Elizabeth Souza Lobo (2011) buscasse conexões entre gênero e trabalho, a utilização do conceito de gênero grassou como se referisse a um conflito universal. É interessante perceber que no final da década de 1970 e início dos anos 80, a Sociologia do Trabalho teve importantes contribuições acerca da relação entre classe e gênero (abordando temas como a feminização de determinados setores e também a questão da representação sindical) as quais nunca obtiveram a mesma visibilidade que os chamados ‘estudos de gênero’²¹.

Sem pressupor este movimento simplesmente como “produto” da década de 1980, nos interessou perceber como se estabelece a relação entre os caminhos para o engajamento, mobilização, organização e a conformação de uma forma específica de ação política e diálogo com o Estado que se expressa, nesse momento, por estes movimentos sociais. Não tratamos de buscar uma “história das mulheres rurais”, como se representasse um capítulo à parte, mas de trazer à

²⁰ Mais recentemente, as teorias que propõe uma perspectiva interseccional (entre classe, raça e gênero), as teorias decoloniais (críticas ao eurocentrismo) e o feminismo negro tem reconfigurado profundamente as análises em torno da desigualdade de gênero. Neste trabalho não realizaremos uma revisão de tais teorias. Aqui nos interessa a contribuição que esse intenso debate tem trazido para compreender os movimentos considerando a relação entre os principais centros produtores de teorias e as iniciativas inscritas na “periferia”. Para o objeto desta tese, é imprescindível salientar a importância deste debate de como ele abre importantes perspectivas de análise e o surgimento de novas questões sobre temas caros à sociologia brasileira. A esse respeito ver Piscitelli (2008).

²¹ Sobre este ponto me refiro às importantíssimas pesquisas que, mesmo com destaque em suas áreas específicas, não obtiveram a mesmo alcance que os “estudos de gênero”. Os trabalhos de Neuma Aguiar, Paola Cappellin, Elizabeth Souza-Lobo, para citar apenas algumas pesquisadoras, indicam uma fértil agenda de pesquisa.

tona um processo onde estas mulheres estão presentes. E cada vez mais presentes. Parte-se aqui, portanto, da diferenciação entre o que, grosso modo, poderíamos chamar de “a condição social da mulher no campo”, ou seja, tratando de características mais gerais tais como o não acesso ou a dificuldade de acesso à terra²² dos processos de mobilização e organização articulados às transformações políticas mais amplas.

A luta pelo direito de ser reconhecida como *trabalhadora* é um ponto importante, dado que em torno dela se erigem os movimentos de mulheres no Brasil. Autoras como Anita Brumer (2004) e Maria Ignez Paulilo (1987) têm demonstrado como se constroem as classificações e a hierarquia nas relações de trabalho no campo brasileiro onde a distinção entre trabalho “leve” e trabalho “pesado” incide diretamente na conformação da desigualdade social, política e econômica. O trabalho “leve” relacionado às atividades desempenhadas por mulheres e crianças e o “pesado”, pelos homens. Apontam as autoras que, a distinção entre o trabalho considerado “pesado” e produtivo e o trabalho “leve” realizado pelas mulheres, meramente reprodutivo, não se deve à qualidade do esforço despendido por quem o executa, mas sim pelo sexo.

Tal distinção sexual e social é deflagradora da invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres rurais, tornando-se um duro obstáculo a ser quebrado na luta pelo seu reconhecimento como *trabalhadora*. Ou seja, tanto o caráter irregular e sazonal da sua inserção bem como esta distinção hierarquizada das práticas laborais no meio rural, conformam parte significativa da experiência das mulheres rurais. Ambas ressaltam que esta distinção varia de acordo com o sexo do trabalhador e com as condições de exploração da terra em cada região do país, mas é invariável a convicção de que o trabalho feminino (percebido muitas vezes como *ajuda*) é de menor importância e, portanto, não deve ser remunerado da mesma forma. Nesses termos, consideramos que a divisão sexual do trabalho é um elemento importante para nossa análise.

²² Ainda que estes aspectos componham a análise.

Porém, tal importância não se dá pelo esquadrinhamento das relações de trabalho na região estudada, mas a partir da análise da forma como esse elemento se apresenta nos processos de organização e de construção da legitimidade das pautas apresentadas pelas próprias mulheres rurais. Esta distinção traduz a adoção de uma perspectiva teórica que busca se afastar da identificação direta entre demanda e constituição de movimentos sociais. O oeste catarinense é marcado pela colonização de imigrantes alemães e italianos e, por essa razão, possui características específicas acerca da utilização da terra, das formas tradicionais de herança e de titulação. Não obstante, nos interessa abordar como estes aspectos se transformam em pauta reivindicatória aglutinadora das mulheres daquela região.

A ideia de latência que muitas vezes permeia a literatura sobre os movimentos de mulheres de forma geral obscurece as relações, conflitos e projetos compartilhados no campo político onde estes se inserem. Os conflitos entre movimentos de mulheres e organizações mistas são trazidos somente para justificar a autonomia destes e, em seguida, estabelece-se uma relação imediata com uma opressão e dominação masculina em termos históricos, porém genéricos. Ou seja, traçar a diferenciação entre a condição subordinada da mulher e o impulso organizativo nos ajuda a melhor compreender os caminhos traçados por estas mulheres e o mapa resultante desta caminhada.

Diante do exposto até aqui, formulamos três questões de trabalho, as quais orientaram esta tese:

- i) Os movimentos não são respostas mecânicas às condições de vida e trabalho, mas uma configuração de experiências que mobiliza aspectos estruturais, conjunturais e contingentes. Tais experiências se inscrevem em um contexto que conta com a mudança na composição da força de trabalho rural e urbana (alterando as formas de reprodução social de modo determinante), o desenvolvimento de novas práticas políticas com os movimentos sociais e também da prática sindical. Para tal, consideramos a estruturação dos discursos, da identidade, dos processos que permitem o auto-reconhecimento como movimento,

a identificação dos interlocutores, dos aliados, dos inimigos, as permanências, atualizações, significados e um histórico que não deve ser limitado à década de 1980, ainda que esta represente uma importante inflexão no que se refere ao afluxo de iniciativas de organização. A esse respeito, compartilho a abordagem de Souza-Lobo (2011) segundo a qual a emergência dos movimentos se dá no quadro de um campo em que coincidem momentos de formação de uma identidade de grupo, experiências individuais e coletivas da vida política, tradições e culturas atualizadas pela conjuntura. (P.180)

ii) Não se pode corroborar a noção de especificidades como se, paradoxalmente, essas fossem capazes de universalizar a experiência subalterna das mulheres independente do seu contexto sócio-histórico. O desejo de universalização e da criação de afinidades entre condições tão diversas encontra na noção de especificidade²³ uma falsa solução pois, ao contrário, tende a associá-la à maternidade ou funções familiares. Além do isolamento de uma relação de dominação que, a meu ver, é incapaz de ser explicada descolada de outras práticas, incorre em naturalização, essencialismo ou num olhar transhistórico. Ao mesmo tempo, situar tal experiência nos impõe a construção de um olhar que abarque relações e práticas sociais que a engendram. Nesses termos, as práticas das mulheres rurais não devem ser percebidas a partir da perspectiva que busca identificar especificidades, e sim como práticas próprias de uma parte da classe trabalhadora que é heterogênea, constituída por uma diversidade de grupos e que estabelecem relações complexas entre si. As reflexões de Elizabeth Souza-Lobo são norteadoras desta proposição. Ao olharmos as mulheres agricultoras ou as mulheres camponesas, não privilegiaremos uma ou outra categoria, e sim como estas se inscrevem nas relações sociais de sexo e nas relações de classe.

²³ A noção de especificidade é largamente utilizada na literatura dedicada ao tema para traduzir o conflito experienciado pelas mulheres. O conceito de *gênero*, por exemplo, caminharia nesse sentido ao nos auxiliar na identificação de processos históricos onde relações de dominação reproduzem uma condição de subordinação.

Segundo Deloyé,

“a esfera do político é o lugar de articulação do social e de sua representação, e o objeto deste procedimento reside em identificar os nexos históricos, em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do social se modificam em relação às transformações das instituições, das técnicas de gestão e das formas do laço social. Para alcançar tal fim é necessário questionar as razões históricas e culturais através das quais um indivíduo, uma situação, uma aposta é considerada “política”. (DÉLOYE, 1999: 28)

A forma como as mulheres rurais percebem suas “questões específicas” não são homogêneas, não são lineares, não são as mesmas em todas as regiões do país e não seguem etapas pré-estabelecidas de conscientização acerca de sua condição subordinada. Ao contrário, partimos do pressuposto de que são extremamente diversificadas, complexas, envolvem múltiplas dimensões e não representa a tradução direta de sua condição social. Consideramos que, ao segmentar as relações de poder, deixa-se de perceber a dinâmica das estruturas sociais e, portanto, desconsiderá-las como parte destes processos. Por essa razão, não pressupomos uma contradição fundamental para dela elencar as que se seguem e tampouco abordaremos somente a dimensão do conflito entre homens e mulheres. São essas preocupações que nortearam nossas escolhas teóricas e, ao analisarmos os *processos de socialização política* como chave de explicação sociológica, apontamos para a *política* como um fenômeno empírico e múltiplo por princípio.

Durante a década de 1980, trabalhos como de Maria José Carneiro (1987) e Paola Cappelin (1994, 1987) observavam as práticas das mulheres no processo de construção de suas pautas reivindicativas e de espaços de organização. O foco das autoras era o percurso. Chamou-me atenção essa perspectiva que considera o caminho, não de forma linear, normativa e a partir de uma frouxa noção de *progresso*, mas ao contrário, expondo contradições, rupturas e continuidades, conexões entre processos até então distintos, heterogeneidade. A partir de meados da década de 1980 a categoria movimentos sociais e novos movimentos sociais

grassam nos estudos e, me parece, pouco espaço se dá para esse fazer-se das experiências políticas, que são múltiplas, apesar de abrigarem-se em grandes “guarda-chuvas” quando do estabelecimento de uma *forma* por excelência para o reconhecimento pelo Estado e para se conquistar cidadania²⁴. Aqui, resgatamos em grande medida este olhar quando trazemos os processos de *socialização política* para um lugar de destaque neste trabalho. De acordo com Cappelin:

Esta (a socialização política) comporta relações múltiplas na medida em que para a trabalhadora seu engajamento envolve a aceitação-legitimação do sistema social assim como sua incorporação. Lhe exige ter realizado um itinerário de aprendizado. A aquisição de conhecimentos, de orientações, de ferramentas do agir no sistema sócio-político são claros quando a trabalhadora inclui em sua prática social um projeto de adesão sindical. Este aprendizado é mais ainda enriquecido quando ela torna-se porta-voz política. Isto é, quando é eleita para o pleno exercício de um trabalho de representação. Para chegar a isto é fundamental ter tido um itinerário onde foi aprendida a lealdade de base, se realizou uma identificação com um grupo, e onde enfim, se formou um sentido de pertencimento. (CAPELLIN, 1994: p. 3)

Ainda que a autora se dedique mais às mulheres sindicalistas, a amplitude da sua proposição nos permite essa apropriação para o estudo das mulheres que se engajam em movimentos autônomos, como o MMC. Evidentemente, não acreditamos ter alcançado em detalhes o itinerário de cada uma das mulheres que me concedeu entrevista. Nesse aspecto nos mantivemos alerta acerca do que Bourdieu denominou de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1998). Contudo, dado que nossa questão de trabalho está relacionada aos processos que, ao confluírem, propiciam o engajamento, a formação e permanência de um movimento, meu interesse se dá pela conexão destes com elementos relatados nas trajetórias das mulheres entrevistadas.

²⁴ É inegável o aprendizado político que tivemos a partir destas iniciativas de organização popular. O que indagamos nesse ponto é que junto com o interesse sobre os processos formativos temos também o interesse acerca da relação destes com as nossas instituições políticas. Aqui indicamos a necessidade de se “revisitar” o passado a partir de outras premissas menos normativas.

iii) A terceira e última questão é um desdobramento das duas anteriores. Se tais movimentos não serão aqui percebidos como expressão de tomada de consciência de uma condição social marcada por relações de dominação, esta traduzida na forma de pautas “específicas” e, tampouco apenas como fruto de uma conjuntura política favorável ao seu surgimento, tomamos as formas de representação política em disputa como um aspecto fundamental para compreendermos tais movimentos a partir das dimensões que destacamos em cada hipótese. Quando observamos que existe mais do que a emergência de movimentos de mulheres rurais, mas de delineamentos bem marcados em relação ao diálogo com o Estado, devemos nos deter sobre este ponto e analisar como ele se reverte para os mecanismos de composição e construção permanente destes movimentos.

Desse modo, nos afastamos da distinção entre velhas e novas formas de organização. Se não podemos identificar uma espécie de “marco zero” ou um vácuo sociológico que nos permita tratar como secundárias as experiências anteriores, meu intento foi explicar como a inserção dos movimentos aqui analisados no processo de luta por representação – considerando toda a problemática que envolve a questão da representação política do campesinato no Brasil – é afetada por este campo de disputas. Neste ponto, os caminhos para a conquista de direitos, o reconhecimento da legitimidade do movimento como representante ou porta-voz político por parte do Estado nos levou a uma reflexão sobre esta relação que não é de forma alguma unilateral. As ações, estratégias e a noção de legitimidade devem então contemplar a relação entre movimento e Estado, atentando para o papel central que este possui nas lutas por terra no Brasil como já foi apontado por autores como Medeiros (1989) e Palmeira e Leite (1997)

Todas as Vidas

*Vive dentro de mim uma cabocla velha
 de mau-olhado, acocorada ao pé
 do borralho, olhando para o fogo.
 Benze quebranto.
 Bota feitiço...
 Ogum. Orixá.
 Macumba, terreiro.
 Ogã, pai-de-santo...
 Vive dentro de mim a lavadeira
 do Rio Vermelho.
 Seu cheiro gostoso d'água e sabão.
 Rodilha de pano.
 Trouxa de roupa, pedra de anil.
 Sua coroa verde de São-caetano.
 Vive dentro de mim a mulher cozinheira.
 Pimenta e cebola. Quitute bem feito.
 Panela de barro. Taipa de lenha.
 Cozinha antiga toda pretinha.
 Bem cacheada de picumã.
 Pedra pontuda. Cumbuco de coco.
 Pisando alho-sal.
 Vive dentro de mim a mulher do povo.
 Bem proletária. Bem linguaruda,
 desabusada, sem preconceitos,
 de casca-grossa, de chinelinha,
 e filharada.
 Vive dentro de mim a mulher roceira.
 Enxerto de terra, Trabalhadeira.
 Madrugadeira. Analfabeta.
 De pé no chão. Bem parideira.
 Bem criadeira.
 Seus doze filhos, Seus vinte netos.
 Vive dentro de mim a mulher da vida.
 Minha irmãzinha...
 tão desprezada, tão murmurada...
 Fingindo ser alegre seu triste fado.
 Todas as vidas dentro de mim:
 Na minha vida – a vida mera das obscuras!*

Cora Coralina

Capítulo II.

Lutas sociais, movimentos de mulheres e feminismos

Compreender a emergência de uma problemática é sempre um desafio. É preciso apreender aquele momento em que “as evidências se confundem”, as luzes se apagam, a noite se faz e as pessoas começam a perceber que agiram cegamente e que é preciso uma nova luz, uma iluminação nova e novas regras de comportamento. Então aparece um objeto, um objeto que aparece como problema. (Souza-Lobo, 2011: 253)

Quando tratamos das lutas das mulheres não estamos trazendo à tona um “capítulo” que precisa ser contado e, portanto, não deve ser compreendido como uma história à parte. Ao lidarmos com formas de silenciamento e de construção de invisibilidade, demonstramos como estes são mecanismos de reprodução de hierarquias sociais sem, contudo, representar a distinção entre processos sociais e a construção de uma *especificidade*, como se representasse a tradução de uma experiência feminina. Como veremos, a ideia de que a dominação masculina se desdobra em *especificidades* de uma suposta experiência feminina generalizável não foi o caminho adotado nesta pesquisa. O problema de pesquisa aqui desenvolvido se afasta desta noção e, em sentido oposto, emerge da análise do tecido social que tornou possível o surgimento dos movimentos de mulheres nas áreas rurais do Brasil. O recorte trata destas experiências menos como expressão de um conflito generalizável do que como constituinte de um sujeito inscrito numa rede de relações estruturadas a partir dos elementos que já foram destacados anteriormente.

Neste capítulo buscamos apresentar o enquadramento teórico a partir do qual analisamos os elementos que levaram à construção da nossa questão de trabalho acerca dos processos de dominação e das formas de resistência das mulheres camponesas. Como foi exposto na introdução desta tese, os anos dedicados ao estudo dos movimentos de mulheres rurais evidenciaram a

necessidade de uma reorientação de perspectiva, a qual buscamos realizar. Para tal fim, consideramos aqui como fundamental percorrer um itinerário teórico e metodológico que, mais que demonstrar a importância da sua prática política no contexto brasileiro, apontasse para a compreensão desses processos de resistência e mudança social numa escala histórica mais ampla.

2.1. Desenvolvimento capitalista e os processos de resistência e organização: “o grande segredo” ou a ocultação do trabalho reprodutivo

Não podemos matar as ideias a tiros de canhão nem tão pouco algemá-las. O fim apressa-se tanto mais quanto o verdadeiro ideal surge, belo e poderoso, superior a todas as ficções que o precederam.
(Louise Michel) ²⁵

A compreensão sobre as formas de dominação das mulheres e suas resistências tem sido objeto de amplo debate na Sociologia Contemporânea. Decerto, nos referimos a um longo processo desencadeado ainda no século XVIII²⁶, mas que tem tomado outra dimensão a partir da crescente revisão de teorias clássicas e suas lacunas a esse respeito²⁷, da articulação entre questões antes trabalhadas de forma segmentada e do aparecimento de novos aportes teóricos oriundos da Sociologia desenvolvida em países periféricos. Os caminhos pelos quais a produção de conhecimento acerca das relações de poder desiguais

²⁵ Louise Michel foi poetisa, professora e destacou-se pela sua militância à época da Comuna de Paris.

²⁶ A referência ao século XVIII trata do recorte desta pesquisa e não às possibilidades de análise que extrapolam este período. Aqui nos interessa o encontro entre formas diversas de resistência praticadas por mulheres, reconhecidas ou não como tal, e o caminho dos “direitos”. É essa vinculação que guia meu interesse de investigação assumindo que, de forma complexa, a construção de reivindicações a partir da leitura dos conflitos assume a dimensão dos “direitos” como processo de significação do que é experienciado como uma aposta política. Isto é, constrói e agrega concepções sobre o político e o fazer política às formas históricas de resistência, quer sejam elas cotidianas ou manifestas na luta política mais evidente. Perrot (2005) assinala que as mulheres foram muito mais imaginadas do que descritas como parte da história. Sobre elas o que existem são as mais variadas representações que, opacas, dizem muito mais sobre os próprios analistas. Segundo a autora, o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos, pelos manuais de comportamento e reproduzido pelos economistas, sociólogos e historiadores. (PERROT, 2005)

²⁷ A esse respeito ver Chabaud-Rychter et al. (2014)

entre homens e mulheres tem obedecido a uma dinâmica que merece sempre ser exposta na medida em que entrecruzam elementos das esferas política e cultural tais como, por exemplo, tradições intelectuais, a própria estrutura acadêmica que se mostra mais porosa a determinados temas a despeito de outros, as transformações nas configurações das disputas políticas que encerram ou inauguram períodos e nos impelem a rever os instrumentos de análise e a criar outros tantos. No que se refere às *relações sociais de sexo*²⁸ temos hoje como evidente que toda teoria social carrega consigo uma concepção acerca destas, dado que são transversais à totalidade das categorias pelas quais apreendemos e concebemos a condição do humano.

Dito isto, corroboramos aqui a perspectiva de Andrey Cordeiro Ferreira (2013), segundo a qual os estudos da resistência e da dominação política devem ser parte de um esforço de descolonização teórica compreendendo os limites que determinadas matrizes e categorias impuseram à Sociologia e à Antropologia desenvolvida em países periféricos. Autores como Bringel e Domingues (2014) relacionam a origem e a formação da Sociologia na Europa com a “imaginação geopolítica moderna”. Nossa “imaginação sociológica” a refletiria a partir de noções como civilização, progresso, razão ou nação. As marcações da teoria clássica tornam opacos os fenômenos sociais que escapam ao desenvolvimento econômico e político europeu. Segundo Ferreira, as teorias sociológicas e antropológicas são ainda carregadas de uma lógica eurocêntrica. (Ferreira, 2013) Temos aqui um duplo movimento no sentido de avançar na construção teórica que abarque as *relações sociais de sexo* e rompa com a visão eurocêntrica acerca dos processos sociais que envolvem formas de resistência, sobretudo, do campesinato:

Um dos principais traços da presença das teorias e ideologias coloniais (como expressão das ideologias dominantes) dentro da antropologia é exatamente a visão estabelecida acerca das dinâmicas de dominação e resistência, pois, ao falar de conflito,

²⁸Mais adiante desenvolveremos a explicação do conceito tal como utilizado nesta tese, por ora cabe destacar que sua origem é francófona. A tradução para o português como *relações sociais de sexo* deve levar em consideração que, na língua de origem, o conceito refere-se à relações sociais mais amplas e estruturantes. Logo, em francês denomina-se *rapport sociaux de sexe* e não *relations sociales de sexe*, dado que este último designa-se às relações individuais. (KERGOAT, 2010; CISNE, 2014)

mudança, revolta, rebelião, emergem temas e representações constitutivos do universo colonial e da desigualdade de poder que lhes é característica (e que estão no cerne da constituição das sociedades ocidentais). Na realidade, as narrativas sobre dominação e resistência (ou a omissão dos fatos da dominação e resistência) acabam, necessariamente, se apresentando como discursos sobre a natureza da própria sociedade e dos sujeitos sociais. (FERREIRA, 2013: 37)

É nesse sentido que os movimentos de mulheres rurais no Brasil surgem como um ator que agrega dimensões amplas desse processo de transformação social e nos demanda a reorientação apontada anteriormente. No que refere-se ao conceito apresentado em contraposição ao de uso corrente na literatura – *gênero* – utiliza-se nesta tese o conceito de *relações sociais de sexo*, pois compreendemos que ele nos possibilita relacionar conflitos inscritos na estrutura social sem que tomemos, de antemão, a separação entre o que seriam conflitos de *classe, raça e gênero*.

Podemos dizer que uma das virtudes do conceito de *relações sociais de sexo* consiste na adoção de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica dos fenômenos sociais. A utilização do conceito de *gênero* nos levaria a estabelecer uma distinção a priori entre fenômenos que aqui estamos considerando de forma *coextensiva*, isto é, completamente distante de tal concepção. Isso significa tratar as relações sociais de sexo como consubstanciais e coextensivas. Segundo Kergoat (2010), uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais instaurada em torno de uma disputa, especialmente nas relações de sexo:

Toda relação social é, assim, uma relação conflituosa. Tomemos o paradoxo das relações sociais de sexo: simultaneamente melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. “Tudo muda, mas tudo permanece igual”. (KERGOAT, 2010: 94)

A *consustancialidade*, portanto, implica na superação desse paradoxo ao tomarem as relações sociais como um nó que só pode ser desatado na análise sociológica e não a partir da consideração isolada das práticas sociais. É nesse sentido que a *coextensividade* implica na reprodução e co-produção das relações sociais de classe, gênero e “raça”. A perspectiva de Kergoat (2010) busca avançar no esquadramento da conformação das hierarquias e o que surge superficialmente como um “paradoxo” seria na verdade a acomodação de formas que atendem à necessidade de um duplo processo: político e econômico.

Segundo Kergoat (2010), no que se refere às relações sociais de sexo, estas só podem ser compreendidas em sua coextensão com outras relações sociais. Uma categoria não se reduz à outra. Identificar processos sociais e os “nós” entre determinadas relações nos permite escapar da mera soma de situações de opressão. O problema apontado pela autora mostra como os “estudos de gênero”, ao privilegiar uma dimensão da dominação, nos impõe obstáculos para a compreensão de outros aspectos. Assim como Fraser (2009), podemos nos interrogar sobre o aparente paradoxo entre o significativo aumento da visibilidade para os conflitos de gênero nas esferas privada e pública, as formas de denúncia, leis que se destinam a esta forma de violência e, ao mesmo tempo a persistência e até intensificação da divisão sexual do trabalho e de um preocupante aumento da violência.²⁹ Contudo, tal paradoxo só se sustenta a partir de um olhar que segmenta relações sociais e as isola.

A busca por novos instrumentos de análise é fundamental para compreendermos de forma mais abrangente as dimensões presentes nos movimentos de mulheres e que abrangem aspectos da divisão social e sexual do trabalho, de classe e às formas de resistência. Nestes termos, os conceitos de *consustancialidade* e *coextensividade* rompem com paradigmas que respondem a

²⁹Sobre estes aspectos, são reveladores os dados do Mapa da Violência contra a Mulher de 2015, os quais demonstram um aumento significativo de casos de estupro e homicídio. O Brasil hoje ocupa o 5º lugar no ranking de países com mais homicídios de mulheres num universo de 84 países. Ver em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2015_atual_mulheres.pdf. A esse respeito Kergoat diz ironicamente que a conclusão é “Tudo muda, mas tudo permanece igual”. (KERGOAT, 2010) De acordo com Souza-Lobo (2011), apesar da legitimação do discurso de igualdade alcançado por estes movimentos, existe muito mais uma mudança simbólica “sufocada pelo modismo da mulher liberada” ao passo que o que se passa no mundo das mulheres “pobre e obscuras” que brigam por casa e trabalho ainda permaneceria na invisibilidade.

essa complexidade a partir da utilização de noções como articulação, imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade. É nesse sentido que as noções de *consustancialidade* e *coextensividade* nos parecem pertinentes para a compreensão do universo dessas mulheres que são também trabalhadoras rurais, agricultoras, camponesas. Ainda que a dimensão da divisão social e sexual do trabalho não seja o foco desta pesquisa, compreendemos que é fundamental conseguir alçá-la a outro patamar, superando a visão dicotômica que depreende desta condição a ação política. A esse respeito, Kergoat diz que,

Essa ilusão vem do fato de que tanto especialistas como leigos frequentemente misturam dois níveis distintos de realidade, o das relações intersubjetivas e o das relações sociais. As relações intersubjetivas são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem. As relações sociais, por sua vez, são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa [*enjeu*]. A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais — e não as relações intersubjetivas — que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais. (KERGOAT, 2010: p.95)

Pensar em termos de *coextensividade* nos permite ampliar o conceito de trabalho (trabalho doméstico, trabalho não remunerado, trabalho informal) e isso nos parece importante na medida em que esta categoria é fundamental para compreendermos as múltiplas experiências das mulheres rurais. Chamamos atenção aqui para a impossibilidade de não observância dos impactos que a divisão social e sexual do trabalho impõe às mulheres rurais. O tratamento a partir da noção de *coextensividade* nos impõe a necessidade de se tomar os conflitos de

forma imbricada, isto é, relações de classe e relações de sexo não são hierarquizadas, e sim conceitos que se sobrepõem parcialmente, e não conceitos que se “recortam” ou se “articulam”. (HIRATA, 2002) De acordo com Hirata (2002), rompe-se com a representação abstrata da experiência de dominação para se observar a materialidade das contradições, os antagonismos e a heterogeneidade dentro de um grupo social.

Esta forma de construir o problema a ser investigado nega a existência de uma contradição fundamental a partir da qual outras surgiriam e, portanto, nenhuma relação social é considerada primordial. Assim, práticas sociais, relações sociais e identidade formam uma composição intra e intersistêmica, desnaturalizando as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades sem perder a dimensão concreta das relações sociais. Durante a pesquisa de mestrado que desenvolvi junto às mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, percebi que os estudos sobre estes movimentos problematizavam teoricamente a desigualdade de gênero e a mobilização por meio da categoria “movimento social” e, ao fim, reificavam outras categorias sociológicas fundamentais como *trabalho*, *representação política* e a identidade de *trabalhadoras*.

Ao nos dedicarmos agora às *mulheres camponesas*, seguimos com a mesma preocupação teórico-metodológica. Coextensividade, portanto, implica em escapar de reificações apontando, ao contrário, o dinamismo das relações sociais. Para tal, ao invés de pressupor uma hierarquia de contradições e buscar relacioná-las *a posteriori*, impõe-se a necessidade de se historicizar as relações sociais a fim de se perceber permanências e transformações bem como o princípio de seu funcionamento. A esse respeito, Kergoat (2010) cita o exemplo da divisão sexual do trabalho, que possui formas instáveis no tempo e no espaço o que, por sua vez, não altera o fato de que existem dois princípios organizadores: o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher).

Parto, portanto, de uma *démarche* sociológica de acordo com a qual o surgimento de organizações políticas e, sobretudo, dos movimentos de mulheres rurais devem ser entendidos não como uma espécie de resposta, uma reação a uma determinada situação dada *a priori* ou ainda de um “desmascaramento” de uma situação de opressão e injustiça social. Como bem sintetiza Danièle Kergoat (2010), “trata-se de um esforço para pensar a pluralidade dos regimes de poder como a alquimia que transforma, num prazo maior ou menor, esta dominação interiorizada em práticas de resistência. Nesses termos, autoras como Nancy Fraser, Danièle Kergoat e Helena Hirata são importantes referências. A primeira por nos permitir a compreensão da apropriação do conceito de gênero nas lutas sociais e seu desdobramento no surgimento do movimento feminista em suas diferentes fases, bem como das suas contradições no âmbito do capitalismo pós-fordista, e as outras duas autoras, pela vasta produção de pesquisas que permitem um avanço teórico-conceitual acerca das transformações na divisão social e sexual do trabalho, das contradições e heterogeneidade interna aos grupos.

Considerar a divisão sexual do trabalho como forma de hierarquia e valorização desigual nos impele de imediato a considerar formas de resistência inscritas no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, a qual reservou um lugar específico ao rural, frequentemente subalternizado e desconhecido. Por esse viés, temos uma maior observância dos impactos do avanço tecnológico no campo e da sua devastação não apenas sobre o meio ambiente e também sobre as relações de trabalho. Seguindo essa perspectiva, as relações de trabalho no meio rural e as resistências que, por vezes, assumem uma diversidade de características a depender do contexto, tornam-se opacas e nos deparamos então com a dificuldade de compreender a “natureza” de fenômenos que irrompem em longos ciclos organizativos. Não raro, a explicação caminha em direção às transformações políticas mais amplas, relacionando aspectos estruturais e processuais da nossa formação social ou, ainda, conjunturais como foi o caso da imensa onda de mobilizações que surgiu no início da década 1980.

Dado o recorte dessa pesquisa, não nos cabe aqui tratar de forma detalhada a diversidade de forma de trabalho no meio rural brasileiro. Meu ponto é o trabalho da mulher rural e a sua centralidade para a tradução de reivindicações em

pautas de movimentos sociais organizados. Falar de uma identidade que se relaciona aos processos produtivos, mais do que uma referência à dimensão econômica, é também uma indicação de que aquilo que pode ser tratado como homogêneo – a classe – precisa ser revisto a fim de que se compreenda que estas identidades não expressam apenas a singularidade de certos grupos sociais e, tampouco, a tomada de consciência destes sobre suas condições de existência.

Como aponta Cisne (2012), a análise da divisão sexual do trabalho permite perceber mudanças da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres. Não tratar destas hierarquias seria produzir distorções que se aproximam do “discurso da sociedade espontânea” ao partir da natural e, portanto, da invisível e inquestionável divisão sexual de papéis sociais. De acordo com Lobo (1991), uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como “menos complexa”, logo, torna-se desprestigiada e desvalorizada. Nesse sentido, a análise da divisão sexual do trabalho questiona categorias e métodos que aprendemos a considerar neutros, ou, em outras palavras, questiona categorias “sexualmente cegas”³⁰. (Cisne, 2012, p. 114)

A divisão sexual do trabalho está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo para dedicação ao trabalho e ao tempo livre, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. (Biroli: 2014) A natureza dessa divisão, isto é, como as hierarquias de sexo e a estrutura capitalista se tornaram uma só, é objeto de um amplo debate³¹. Sem buscar a origem das opressões para depois desvendar seus vínculos, Federici (2015) aponta que a exploração das mulheres ocupou um lugar central no processo de acumulação capitalista na medida em que elas são a produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho. O que a autora vai denominar como “o grande segredo” é a naturalização do trabalho feminino, ou sua ocultação, como forma de manutenção e reprodução de relações de exploração que envolve desde o desenvolvimento de mecanismos e técnicas de controle sobre o seu corpo como a redefinição das tarefas e funções desempenhadas por homens e mulheres.

³⁰ Ver Chabaud-Rychter et al. (2014)

³¹ Sobre as distintas abordagens dessa questão ver Miguel (2014) e Federici (2015)

Partindo da crítica ao pensamento de Foucault³², Federici coloca que a naturalização da esfera da reprodução é ignorada pelo autor ao fundir as histórias femininas e masculinas em um todo indiferenciado e, assim, a ponto de ignorar a caça às bruxas, um dos ataques mais evidente e violento sobre o corpo das mulheres e que dispõe de técnicas para o seu disciplinamento. Ao retomar com centralidade a análise sobre esse disciplinamento, Federici desloca do escopo liberal a discussão sobre corpo e sexualidade e, podemos dizer que, em conexão ainda que indireta com autores como James Scott, nos possibilita compreender as práticas cotidianas como espaço de conflitos e resistências como parte de um processo de longa duração.

Um destaque é importante acerca da análise de Federici. A noção de “acumulação primitiva” tal como Karl Marx a define – como um processo fundacional que revela as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista – é apropriada pela autora a partir do seu interesse em tratar das hierarquias sexuais e do “enquadramento” da mulher num papel específico na modernidade. Logo, tal apropriação parte de uma crítica ao marxismo mais ortodoxo ao examinar a acumulação primitiva a partir das transformações nas formas de disciplinamento das mulheres e da produção da força de trabalho. Nas palavras da autora:

El análisis que aquí se propone nos permite también trascender la dicotomía entre “género” y “clase”. Si es cierto que en la sociedad capitalista la identidad sexual se convirtió en el soporte específico de las funciones del trabajo, el género no debería ser considerado una realidad puramente cultural sino que debería ser tratado como una especificación de las relaciones de clase. Desde este punto de vista, los debates que han tenido lugar entre las feministas posmodernas acerca de la necesidad de deshacerse de las “mujeres” como categoría de análisis y definir al feminismo en términos puramente agonísticos, han estado mal orientados. Para decirlo de otra manera: si en la sociedad la “feminidad” se ha constituido como una función-trabajo que oculta la producción de la fuerza de

³² Para Federici, a teoria de Foucault considera o corpo como algo constituído puramente por práticas discursivas e, assim, o poder que produz o corpo surge como uma entidade autosuficiente, metafísica, ubíqua, desconectada das relações sociais e econômicas, e tão misteriosa em suas variações como se fosse uma força motriz divina. Seu estudo sobre o poder pastoral teria insistido em um sujeito universal, abstrato e assexual.

trabajo bajo la cobertura de un destino biológico, la “historia de las mujeres” es la “historia de clases” y la pregunta que debemos hacernos es si se ha trascendido la división sexual del trabajo que ha producido ese concepto en particular. En caso de que la respuesta sea negativa (tal y como ocurre Cuando consideramos la organización actual del trabajo reproductivo), entonces “mujeres” es una categoría de análisis legítima, y las actividades asociadas a la “reproducción” siguen siendo un terreno de lucha fundamental para las mujeres como lo eran para el movimiento feminista de los años setenta. (Federici, 2015: 24)

Ao reexaminar o período feudal, Federici realiza um investimento similar ao thomspsonianano buscando mais o “fazer-se da classe” do que o estabelecimento de períodos históricos de forma hermética a partir de categorias homogêneas. Contrariamente ao que se apresenta acerca da sociedade feudal como um mundo estático em que se aceitava o lugar definido pela ordem social, seus estudos demonstram a existência de lutas e conflitos intermitentes. Ao se debruçar sobre esta recondução do olhar histórico realizado por Federici, a luta cotidiana assume outro patamar. Como exemplo, para além dos conflitos abertos contra os impostos, a autora demonstra como existiam múltiplas e invisíveis formas de resistência e, exatamente por esta razão, os camponeses tornaram-se famosos em todas as épocas como “dissimulados, de falsa docilidade, ignorância fingida, etc”.

A abordagem de Silvia Federici alinha-se a outros movimentos teóricos-metodológicos no redirecionamento e redefinição de questões acerca dos movimentos de mulheres rurais aos quais buscamos apresentar nesta tese. Ao apontar os limites da perspectiva que assume o proletariado industrial como protagonista do processo de profunda transformação social, a autora amplia o horizonte analítico e nos permite superar as dicotomias apontadas anteriormente como, por exemplo, a hierarquia campo/cidade e as formas de interpretação dos conflitos sem estabelecer de antemão o que seria mais avançado em termos de consciência de classe. A autora resume seus argumentos em quatro pontos: i) a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização de povos originários da América e da África não foram os únicos

meios para a formação e acumulação do proletariado mundial; *ii*) este processo exigiu a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e submissão das mulheres para a reprodução da força de trabalho; *iii*) a acumulação originária não foi apenas uma acumulação e concentração de trabalhadores explorados e capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas a partir do gênero, assim como as de “raça” e idade, se fizeram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno; e *iv*) não se pode, portanto, identificar acumulação capitalista com liberação do trabalhador, mulher ou homem, tomando a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Ao contrário, o capitalismo teria criado formas de escravidão mais brutais e insidiosas, na medida em que produz no proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração.

2.2. Os novos movimentos sociais e as pautas identitárias

O movimento feminista, mesmo que tomado como plural, foi recorrentemente analisado como um *novo movimento social*. A ênfase na cultura como dimensão representativa de significados, conflitos e criação e o esvaziamento da observância da ação das classes sociais e, sobretudo, a centralidade da construção da identidade coletiva criada por grupos e não por estruturas sociais, levou à análises de diversas formas de organização de mulheres como expressão de uma nova forma de protagonismo e, logo, trazia consigo também uma concepção específica acerca dos processos de mudança social. De acordo com Gohn (2000), segundo a teoria dos *novos movimentos sociais* os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos e ao seu relacionamento com o meio ambiente ainda que não seja um processo linear, mas de interação, negociação, e de oposição entre diferentes orientações³³. Maria da Glória Gohn analisa em detalhes tanto a emergência da categoria quanto suas principais características e limites. Um ponto que nos

³³ Como exemplos, podemos mencionar os movimentos pacifistas, movimentos regionalistas, ambientalistas, etc.

interessa é o lugar da garantia de *direitos* que, mais do que tomar como parte natural do avanço do projeto político da modernidade, envolve uma concepção de regulação de conflitos assentada a partir de meados da década de 60, a qual a teoria dos novos movimentos frequentemente apenas ratifica e chancela. Na visão da autora, “a teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados”. (Gohn, 2000: p.129)

A contraposição entre *novo* e *velho* apresenta uma clara distinção de perspectivas acerca da “natureza” dos conflitos. O primeiro como uma espécie de complemento ou alternativa aos movimentos de classe tradicionais e o segundo como expressão de movimentos de caráter mais rígido como partidos políticos e sindicatos. Dada a diversidade de desdobramentos e o enorme alcance do que hoje abrigamos sob o que se convencionou chamar de movimento feminista, a centralidade da identidade nos colocou uma série de problemas teórico-metodológicos. Em primeiro lugar, podemos apontar que a avalanche de pesquisas, ou mesmo os discursos das organizações em si, privilegiaram o debate em torno das potencialidades que a categoria “gênero” poderia trazer.

Se, por um lado temos a ênfase no *gênero* como eixo para a construção de uma identidade coletiva e de um ator reconhecido por parte das organizações e movimentos, a análise acadêmica não raro reproduzirá tal discurso ainda que os expanda a fim de articulá-los a uma dimensão conjuntural do cenário político. Somente por esse prisma é possível tratar de forma mais genérica os “movimentos de mulheres rurais” e traçar aproximações entre os que surgiram em diferentes regiões do país. Importante frisar aqui que não desconsideramos a validade da categoria “gênero”, sobretudo, quando diferenciamos a sua utilização para a compreensão dos movimentos de mulheres de outros temas relacionados à constituição de “identidades de gênero”.³⁴

³⁴ Tal distinção não será aprofundada aqui. Porém, assinalo que se trata da diferenciação entre o fenômeno coletivo atrelado à tradições políticas e outros objetos de estudo que podem ou não estar interligados.

Contudo, ressaltamos a preservação da sua dimensão crítica e a compreensão da sua circulação para além dos meios acadêmicos. De forma correlata à sua utilização observamos a sua institucionalização por meio da sua adoção por políticas governamentais, entidades de cooperação e organismos multilaterais. O direcionamento do impulso crítico e de uma “refundação” da democracia para a institucionalidade e maior presença das mulheres em posições de poder não entrou em contradição com as análises que conferem centralidade à categoria de “gênero”. Ao contrário, por partir da noção de *especificidade* da condição feminina, tais conclusões não implicam necessariamente na revisão de forma profunda da estrutura política.

Segundo Bourdieu (2007), o feminismo dito *universalista*, por ignorar o efeito de dominação, e tudo aquilo que a universalidade aparente do dominante deve à sua relação com o dominado, inscreve na definição universal do ser humano propriedades históricas do homem viril, construído em oposição às mulheres. Porém, ressalta o autor, que a visão *diferencialista* pode igualmente ignorar o que a definição dominante deve à relação histórica de dominação e à busca da diferença que lhe é constitutiva. Em sua preocupação de revalorizar a experiência feminina, acaba por cair numa forma “abrandada” de essencialismo. (Bourdieu, 2007, 78)

Nos afastando das armadilhas de ter que optar por uma ou outra perspectiva, defendemos a retomada da abordagem que no início dos anos 1980 se pautava pela análise dos processos de formação de itinerários políticos como forma de compreensão desse complexo “movimento” que envolve a construção de um discurso sobre determinado conflito, a sua tradução como reivindicação legítima e incorporação por parte das mulheres que efetivamente constroem essas organizações a partir de suas experiências concretas.

Nesse sentido, e para os objetivos desta pesquisa, a ênfase na identidade de “agricultora” ou “camponesa” como expressões identitárias da condição de mulher rural, compartilhada em diversas regiões, representaria um reducionismo inequívoco dado que obscureceria exatamente os elementos que compõem o

trajeto e os processos de construção do que é assumido como parte da “política” e, mais ainda, da política como lugar de transformação social³⁵.

2.3. Feminismos, colonialismo e novos aportes teóricos

“Aquele homem diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, erguidas para passar sobre valas e receber os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama nem me deu qualquer bom lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem pra mim! Olhem para o meu braço! Tenho arado e plantado e recolhido em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo o que comer – e aguentar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, exceto Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?”³⁶

(Sojourner Truth)

Se, como disse Simone de Beauvoir em *O Segundo sexo* “não se nasce mulher, torna-se”, é preciso que se observe a construção de classificações, a

³⁵ A ênfase na identidade coletiva, no caso do feminismo, guarda consigo uma série de questões que vão desde o contexto político onde o *gênero* servirá como categoria base para a formulação de narrativas e discursos legitimadores dos movimentos quanto aos revezes da sua utilização como forma de “captura” pela institucionalidade. Porém, gostaria de pontuar que tal ênfase desdobrava-se também na defesa de uma espécie de “feminismo unificado”, possibilitando a articulação de situações de opressão comuns à condição feminina sob uma mesma perspectiva mesmo reconhecendo a existência de singularidades.

³⁶ Abolicionista e defensora dos direitos das mulheres nos EUA. A declaração de Sojourner Truth (1797-1883) é parte do debate entre sufragistas e mulheres escravizadas, evidenciando tensões e conflitos. Disponível em: www.fordham.edu/halsall/mod/sjtruth-woman.asp. De acordo com Miguel (2014) as feministas negras questionaram fortemente a concepção de feminismo ocidental, entendido como de mulheres brancas em posição economicamente privilegiadas. A abordagem sobre a família é um exemplo que, cabe ressaltar, ao objeto de pesquisa. Segundo o autor, para as mulheres brancas e de classe média, a compreensão da família como estrutura de opressão é muito mais unívoca. Ao passo que, para negras trabalhadoras, a família pode ser também o local em que ocorre a humanização que lhes é negada no ambiente externo. Nesse momento, e resgatando os argumentos da feminista Bell Hooks, Miguel coloca que para mulheres pobres e marginalizadas, a família representa uma rede de apoio muito mais central em suas vidas. (Miguel, 2014) Ainda que o autor se questione sobre a presença de uma possível idealização da família por parte do feminismo negro, o que nos parece fundamental é o reconhecimento de que as redes de apoio proporcionadas por um tipo específico de estrutura familiar impõe a necessidade de uma cautela quando da pesquisa acerca das condições objetivas das mulheres que estão, em certa medida, à margem e não podem facilmente prescindir destas.

construção de hierarquias e estruturação de relações de poder que condicionam esta experiência. Contudo, como aponta Perrot (1998), resgatar esses processos é um desafio dado que contamos com teorias, conceitos, fontes e registros construídos a partir de um léxico que exclui as mulheres e, portanto, deveria ser sempre problematizado. O esforço empreendido neste sentido tem sido significativo. Existe uma enorme produção a esse respeito, sobretudo, a partir da década de 1960 e que década após década tem expandido sua capacidade de explicação e diagnosticado seus limites e deficiências. Autoras como Joan W. Scott (1989) e Michelle Perrot (2009) têm apontado como o pensamento erudito acerca da diferença entre os sexos se aproxima do discurso popular em vários aspectos, reproduzindo dicotomias que obscurecem os mecanismos de construção da sexualidade e o lugar que esta ocupa no tecido social³⁷.

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999) afirmam que os estudos sobre as mulheres tiveram um importante avanço a partir da utilização do conceito de *gênero* que veio substituir o termo mulher, favorecendo a rejeição ao determinismo biológico implícito em outros termos mais comuns tais como *sexo* ou *diferença sexual*³⁸. A ênfase nos aspectos relacionais e culturais incluiria o homem como categoria empírica a ser investigada com o objetivo de reconhecer a estrutura social onde se dá a construção social do feminino e do masculino³⁹.

Nesse sentido, o conceito de *gênero* nas ciências sociais foi e ainda é largamente utilizado na tentativa de explicação dos fenômenos sociais. Contudo, Joan W. Scott (1989) apontava para o perigo de tratar das questões relacionadas ao gênero como sinônimo de mulher, de forma pouco relacional, baseado em

³⁷ Quando o próprio conceito se apresenta como uma ferramenta de análise das relações de poder entre homens e mulheres o que está em jogo são os mecanismos de construção e reprodução de hierarquias que se encontram opacos no cotidiano. Estes devem ser compreendidos e mais, devem ser evidenciados na medida em que trazem à tona a dominação masculina e a negligenciada história escrita por inúmeras mulheres. Contudo, ao observarmos apenas uma face desse processo – o da opressão masculina – reifica-se aquilo que é dinâmico e retomam-se dicotomias.

³⁸ Sobre o estado da arte dos estudos de gênero no Brasil, ver HEILBORN e SORJ (1999). Para uma visão mais ampla do movimento feminista e suas diversas fases, ver Fraser (2009)

³⁹ Vale dizer que a adoção e penetração desta categoria analítica foi utilizada estrategicamente pelas pesquisadoras que se dedicavam ao tema para evitar o isolamento acadêmico. De acordo com Heilborn e Sorj, *Gênero no Brasil foi adotado como uma categoria ampla, porém despolitizada*, dado o deslocamento de sua utilização para o universo acadêmico. Seu uso representou não apenas um avanço teórico mas também certa adequação devido à sua substituição de termos como mulher e feminismo. (HEILBORN e SORJ, 1999)

preceitos dicotômicos. Para a autora, é necessário delimitar a relação entre o “gênero” e a “sociedade”, ou seja, entre dois conceitos sociológicos. Ao desenvolver a problemática e afirmar a relevância analítica da categoria *gênero*, Joan W. Scott a define como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder.

De acordo com a autora, esta definição engloba símbolos culturalmente disponíveis e que evocam representações múltiplas, conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos (expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que assumem a forma de oposição binária evocando o masculino e o feminino), o parentesco e a identidade subjetiva. Para Joan W. Scott (1989), os elementos citados não podem ser compreendidos independentes um do outro. Caberia à pesquisa histórica e sociológica apontar as suas conexões. Dito isto, podemos perceber que a autora outorga a possibilidade de se analisar determinados fenômenos por meio desta categoria que, por sua vez, possuiria relativa autonomia no que se refere a outros conceitos. A discussão que se coloca aqui diz respeito ao que a autora chamará de “ladainha classe, gênero e raça”. A crítica de Scott se dá no sentido de apontar que o conceito de classe foi trabalhado por meio de uma representação masculina do operário e, portanto, a classe era masculina.

Por outro lado, a análise das práticas diferenciadoras permaneceu num segundo nível de explicitação. Elizabeth Souza-Lobo (2011) referenda a crítica de Scott ao apontar que a “classe operária tem dois sexos” e que apesar do conceito indicar para um paradigma que se pretendia universal, o estudo sobre as práticas e a consciência operárias vão tornar evidente que se fundava numa generalização das práticas masculinas. Longe de reivindicar uma perspectiva anti-materialista, Joan W. Scott aponta para o embate teórico que, na prática, relegaria os dois últimos termos o status de sub-categorias. Ou seja, além da proposição do conceito, Joan W. Scott adverte sobre os usos, equivocados a seu ver, que este encontraria enquanto não representasse uma reformulação radical dos paradigmas clássicos. Do contrário, se reproduzirá o lugar subordinado.

Pierre Bourdieu (2007) aponta também a dificuldade em tratar deste tema. Coloca ainda que este requer do pesquisador masculino uma desconfiança profunda acerca de seu próprio olhar do fenômeno, pois o analista pode acabar assumindo pressupostos que estão há milênios inscritos na objetividade das estruturas sociais e cognitivas. Para escapar a tal risco e acabar por incorrer em essencialismos, Bourdieu aponta como saída a reconstrução do trabalho histórico de des-historicização, ou seja, o resgate da história da (re) criação continuada das estruturas objetivas da dominação masculina. Não bastaria contemplar a denúncia de exclusão das mulheres. Ao incluí-las, o imperativo é se dizer em quê se está incluindo: qual processo histórico, com quais características, quais hierarquias. Para o autor, é “a evocação do conjunto de instâncias que contribuem para reproduzir a hierarquia dos gêneros que deve permitir esboçar o programa de uma análise histórica do que permaneceu e do que se transformou naquelas instâncias”. (BOURDIEU, 2007: p.106)

Se existe um consenso fartamente exaltado de que há de romper com qualquer possibilidade de naturalização, biologização e essencialismos de toda sorte, existe o dissenso sobre as formas de fazê-lo. A literatura que se debruça sobre as relações sociais de sexo são unânimes em diagnosticar como barreira a relação complexa entre a produção de conhecimento, os movimentos reivindicatórios e como a relação entre um e outro se desenrolou em cada período. Nesse quesito, as particularidades dizem respeito ao campo científico de cada país (envolvendo indubitavelmente uma questão relacionada à história de formação deste e a sua relação com a construção nacional), a forma como estas relações compõem as estruturas sociais em cada realidade, às influências teóricas que se tornam hegemônicas e tendem a ser “importadas” e às respostas que cada contexto encontrará para este conjunto de problemas.

Assim, observa-se uma diversidade que se expressa tanto em perspectivas teóricas quanto nas formas de organização, seus objetivos, estratégias de ação. Por ora não esmiuçaremos estas diferenciações, pois fogem ao objetivo desta pesquisa. Contudo, nos interessa perceber algumas questões que autoras como Nancy Fraser (2009) têm apontado sobre os limites de não se observar de forma mais detida o que certas diferenças podem nos apontar. O surgimento dos

movimentos feministas é saudado por diversos sociólogos como um dos principais fenômenos do século XX. Bourdieu (1998) aponta que o movimento feminista teria contribuído muito para uma considerável ampliação da área política ou do politizável, fazendo entrar na esfera do politicamente discutível ou contestável objetos e preocupações afastadas ou ignoradas pela tradição política, porque pertencem à ordem do privado:

mas não deve igualmente deixar-se levar a excluir, sob o pretexto de elas pertencerem à lógica mais tradicional da política, as lutas a propósito de instâncias que, com sua ação negativa, e em grande parte invisível – porque elas estão ligadas às estruturas dos inconscientes masculinos e também femininos –, contribuem fortemente para a perpetuação das relações sociais de dominação entre os sexos. (BOURDIEU, 1998: p. 138)

Por meio de um resgate e análise das principais fases e vertentes do feminismo, Nancy Fraser (2009) sintetiza apontando para o fato de que os movimentos feministas têm privilegiado questões relacionadas aos direitos reprodutivos ou o fim da violência contra a mulher em detrimento de políticas de redistribuição. No que se refere à América Latina como um todo, Fraser diz que há uma ênfase em questões de reconhecimento e identidade onde o “imaginário político de justiça” se sustenta no domínio da cultura, afastado de questões de classe, economia política e redistribuição. Esse aspecto ressaltado pela autora nos indica a diversidade no seio do movimento feminista e também, que há interpretações hegemônicas. Logo, falar em feminismos no plural nos leva a reconhecer mais uma vez que outros aspectos condicionam estas distinções e que estas impactam nas iniciativas de organização.

Segundo Maria da Glória Gohn (2008), “a grande mudança observada nos estudos sobre as políticas de parceria do Estado com a sociedade civil organizada está na direção do foco central da análise: do agente para a demanda a ser atendida. Reconhecem-se as carências e busca-se superá-las de forma holística. Olhares multifocais que contemplam raça, etnia, gênero e (ou) idade passam a ser privilegiados”. A partir de um olhar crítico, Gohn considera que esse sujeito

coletivo dilacerou-se em campos isolados, perdeu sua força e acabou por ter como ponto de convergência entre eles o próprio Estado reforçando, portanto, uma lógica que se impõe de cima para baixo. Os movimentos perdem seu protagonismo na medida em que a sua institucionalização atua como regulação normativa, com regras e espaços demarcados e não como um campo relacional de reconhecimento. O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados.

De acordo com a autora, devemos buscar um olhar mais profundo e crítico acerca da evolução dos ideais feministas a fim de não corroborar aquilo que Luc Boltanski (2005) classificou como o “novo espírito do capitalismo”. Em primeiro lugar, Fraser aponta que a segunda onda feminista foi capaz de gerar uma notável revolução cultural do mesmo modo em que se revelou ineficiente em operar transformações estruturais. Em uma análise interessante acerca não apenas da sua contribuição, mas do feminismo como fenômeno social, a autora coloca que “que a difusão de atitudes culturais nascidas da segunda onda foi parte integrante de outra transformação social, inesperada e não intencional pelas ativistas feministas – uma transformação na organização social do capitalismo do pós-guerra.” Para a autora, após o impulso feminista da primeira onda, as décadas seguintes se caracterizaram pela fragmentação da crítica feminista e o que, de fato, teria caracterizado a segunda onda foi o entrelaçamento a uma nova forma de capitalismo (pós-fordista, transnacional e neoliberal) e total oposição ao projeto de uma sociedade mais justa que fundamentava as primeiras críticas feministas:

Foi mera coincidência que a segunda onda do feminismo e o neoliberalismo prosperaram em conjunto? Ou havia uma afinidade eletiva perversa, subterrânea entre eles? Esta segunda possibilidade pode ser uma heresia, por certo, mas seria perigoso não investigá-la. Certamente, o surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava. As aspirações que tiveram um claro impulso emancipatório no contexto do capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais ambíguo na era neoliberal. (FRASER, 2009: p.23)

Destas considerações, depreende-se o quão necessário é um olhar analítico cauteloso em relação às transformações que são, atualmente, vividas pelas mulheres rurais e urbanas. Todo esse processo, que conta indubitavelmente com enormes ganhos, guarda ambiguidades que não são aspectos menores e que incidem diretamente nos arranjos econômicos e políticos. Sobre o caso brasileiro Elizabeth Souza-Lobo (2011) afirma que as conexões entre o feminismo e os movimentos populares de mulheres são contraditórias e pontuais, configurando não um movimento policlassista, mas vários movimentos de composição social diferenciada com objetivos imediatos diversos ainda que compartilhassem a mesma problemática.

Para Nancy Fraser, existem dois feminismos: um feminismo voltado para a redistribuição e outro feminismo voltado para o reconhecimento. Argumenta a autora que o primeiro se refere à questão de classe e o segundo, às questões de *status*, de valorização do que é atribuído ao feminino. Um não é o mero reflexo do outro, porém, há possibilidade de conciliação através de uma concepção de justiça “bidimensional”, que incorporaria tanto a distribuição desigual de riqueza quanto a de reconhecimento e, assim sendo, seria extensiva às questões de “raça”, etnia, sexualidade, nacionalidade e religião. Fraser aponta uma questão fundamental a esse respeito quando acentua a impossibilidade de se passar de questões de classe para as questões de gênero e vice-versa simplesmente adicionando umas às outras: *“não é apenas uma questão de simplesmente continuar agregando, como se pudéssemos adicionar a política de redistribuição à política de reconhecimento”*. Outra referência importante neste sentido são as pesquisas de Danièle Kergoat. A autora coloca que:

É certo que os estudos feministas invocam regularmente a necessidade do cruzamento entre gênero, “raça” e classe. No entanto, o cruzamento privilegiado é entre “raça” e gênero, enquanto a referência a classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória. (KERGOAT, 2010: 96)

As reflexões de Nancy Fraser a esse respeito são apropriadas por esta pesquisa a fim de problematizar o processo de construção do movimento de mulheres rurais e de construção de suas demandas, relacionando-as não apenas ao seu contexto material imediato, mas às transformações mais amplas. O simples enquadramento das lutas das mulheres rurais no espectro do movimento feminista nos mostra apenas uma face desse fenômeno, qual seja a de que elas possuem consonância com este, sofre suas influências e o influencia. No entanto, tal conexão longe de ser auto-evidente e auto-explicativa, precisa ser mais do que descrita se não quisermos nos contentar em medir eficácia a partir de pré-concepções de modernidade política.

Como já foi dito anteriormente, a explosão de diversas formas de luta das mulheres no campo na década de 80 está também associada ao movimento de resistência à intensificação da exploração e da expropriação a que estão submetidos e que se traduziu em novas estratégias e formas de expressão desse conflito. Contudo, esse é um aspecto pormenorizado quando se enfatiza a associação entre estes movimentos e o movimento feminista apresentado em termos de pautas gerais ou até universais. Nesse sentido, será fundamental observar a relação entre estes movimentos de mulheres e o Estado. Por meio da análise da construção de pautas e formas privilegiadas de representação política, acreditamos poder alcançar os mecanismos que, como Souza-Lobo (2011) e Fraser (2009) tão bem apontaram, os movimentos passaram a aceitar práticas, hierarquia entre temas e representação que passaram a atender às razões de Estado.

A socióloga Carmem Diana Deere (2002), com farta produção sobre as mulheres rurais, se alinha às conclusões de Fraser quando observa os diversos movimentos de mulheres organizados em diversos países da América Latina. Suas pesquisas caminham no sentido de resgatar a relação entre o acesso à propriedade e às decisões sobre as formas de sua utilização e os debates mais amplos sobre desigualdade de gênero. Para a autora, pensar em condições de igualdade entre os gêneros é pensar em termos de igualdade de acesso a bens, isto é, acesso à propriedade da terra e poder de decisão sobre o seu uso. De onde podemos inferir que são necessárias mudanças no acesso dessas mulheres a políticas públicas e, portanto, de um novo reconhecimento por parte dos agentes do Estado. Para

Carmem Diana Deere (2002), a pouca atenção dada ao domínio material se explica pela ênfase de questões relacionadas à identidade.

Ao analisarmos os primeiros momentos de organização dos movimentos de mulheres rurais, vimos que as motivações que os impulsionam acionam dimensões diversas. Estão presentes tensões e os conflitos historicamente construídos em torno das relações de trabalho, das formas de propriedade da terra, na divisão sexual do trabalho, na hierarquia das relações sociais de sexo e nas demandas por direitos sociais e políticos. Compreender de que forma estes conflitos estruturantes se manifestam quando da mobilização, engajamento das mulheres e a formação de cada movimento, nos indica a necessidade de ir além daquilo que é evidenciado pelos próprios movimentos e perceber os caminhos de construção, legitimação e consolidação de suas demandas. Assim como também é fundamental perceber as relações que dotam de sentido e significado suas ações e posicionamentos políticos ao longo do tempo. Buscando observar estes diferentes momentos da trajetória do movimento de mulheres em Santa Catarina, Maria Ignez Paulilo cita que:

No início, o que atraía as mulheres para o Movimento de Mulheres Agricultoras eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito à assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário maternidade e pensão viuvez. A última constituição abriu possibilidades para a reivindicação destes direitos que, aos poucos, foram sendo regulamentados. As questões trabalhistas eram mais importantes que as de gênero. Porém, nos anos 90, começam a despontar entre as militantes questões propriamente feministas e as mulheres insistem na autonomia do movimento frente à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos. (PAULILO, 2007: p.8)

Contudo, nesta pesquisa problematizaremos esta forma de abordar as reivindicações do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, pois compreendemos que nela está presente uma definição *a priori* que separa

demandas identificadas de “classe” e outras de “gênero”. Seguindo o raciocínio de Paulilo (2007), os movimentos de mulheres – no caso analisado, o MMA – tem em sua trajetória momentos onde as pautas são associadas à sua condição de classe e outros onde a sua experiência subalterna enquanto mulher se torna preponderante. Embora não represente um olhar naturalizado, pois busca situar a opressão de gênero em relação ao Estado, à Igreja e aos partidos, Paulilo acaba por transpor para a análise, as distinções proclamadas pelos próprios movimentos e pelas articulações tecidas durante a década de 1980. Notadamente diversos grupos feministas passam a assessorá-los, fomenta-se a discussão acadêmica em torno da questão (e do questionamento) da centralidade do trabalho, observa-se a emergência de atores em outras esferas da vida social. Todo este contexto forja distinções e as “pautas específicas” passam a compor esse quadro e assim é feita a sua tradução para a pesquisa acadêmica.

Falar na existência de muitos feminismos a esta altura já representa, de certa forma, um lugar comum. Porém, ao ressaltarmos nesta tese as distinções entre os movimentos de mulheres rurais no Brasil, chamamos a atenção também para as diferentes apropriações das discussões feministas. Interessa-nos forma e conteúdo, o como e o porquê, observando quais são os elementos que nos possibilita precisar a dimensão assumida pelas mulheres do movimento em questão – o MMC-SC- das pautas consideradas por elas como “específicas”. Sem defini-las de antemão, nos interessa perceber por quais canais elas se conformam e a partir de quais relações. Em setembro de 2015 participei de um seminário na UNB chamado “*Feminismo e Luta de Classes*”, organizado por movimentos sociais, docentes e discentes desta universidade e organizações feministas. Neste seminário foi possível observar alguns consensos em relação às pautas do movimento feminista na atualidade, mas também importantes discordâncias entre as participantes.

Cabe a observação de que o seminário buscava “retomar o debate entre classe e gênero”, evidenciando que estes movimentos trilharam caminhos que nem sempre se cruzaram e que a necessidade desta aproximação tem sido percebida pelas entidades presentes. A tensão entre os diferentes feminismos se torna evidente quando observamos as formas de encaminhamento político. A fala

de uma representante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul apontava a necessidade de avanço do Movimento de Mulheres Camponesas em pautas como, por exemplo, a descriminalização do aborto. A resposta veio em seguida com uma das lideranças do MMC: “*Essa tua fala é bem típica de quem não organiza nada*”. Tal fala revela que existe uma mulher de carne e osso, inserida em relações múltiplas, e não uma mulher em abstrato.

Maria da Glória Gohn (2008) coloca que o movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis e variam segundo a conjuntura. Para a autora, a identidade é variável porque há aprendizagens que geram consciência de interesses: “os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral. Contudo, tais variações forjam-se em processos que delimitam relações de poder em acordo com determinada formação”. É nesse sentido que o giro dado pelas teorias decoloniais abrem espaço para novas articulações teóricas bem como a construção de novos instrumentos de análise. Dito isto, cada vez torna-se mais evidente e imperiosa a necessidade de uma abordagem que combine movimentos diversos no processo de investigação.

As teorias decoloniais produzidas nas últimas décadas têm encontrado um espaço cada vez maior na sociologia brasileira recente. Há de se apontar certo descompasso de seu desenvolvimento em outros países da América Latina e a permanência do predomínio da utilização da categoria *gênero* no Brasil até a primeira década do século XXI. Nesse sentido, estamos experimentando um debate que rapidamente se amplia e aprofunda na revisão teórica e epistemológica e a perspectiva decolonial tem incidido positivamente. No que se refere ao chamado “estudos de gênero”, tornou-se imperativo a articulação com as dimensões de raça e classe, algo que não era exigido há alguns anos. Ao reivindicar uma ruptura com a visão eurocêntrica hegemônica, encontramos aqui um terreno fértil para a reflexão acerca dos aspectos que pontuamos até aqui: a relação cidade-campo e o lugar secundário destinado ao campesinato, as análises

acerca das lutas historicamente empreendidas por essa fração da classe trabalhadora, frequentemente hierarquizada a partir de uma noção corrente da *modernidade* e do *desenvolvimento*, e pela visão conservadora acerca da sua ação política e condições de protagonismo.

No âmbito das teorias feministas, o feminismo decolonial desponta como um aporte capaz não apenas de constituir-se como uma perspectiva crítica, mas sim de uma completa reformulação acerca das relações de poder e da intersecção entre classe, raça e gênero. Trata-se de um projeto de descentramento, ruptura epistemológica e superação do colonialismo e do imperialismo ainda inscritos na produção de conhecimento. Nesse diapasão, María Lugones (2014; 2008) aponta para a necessidade de se questionar a lógica “categorial” e homogênea característica da modernidade. Isto é, não basta se dispor a cruzar classe, gênero e raça. Como hoje nos parece evidente, tratar o feminismo como um movimento homogêneo é um enorme equívoco. Contudo, esse feminismo que advém da reflexão de mulheres negras, indígenas e periféricas demanda mais do que a constatação da diferença. Segundo Lugones, a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis:

A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”. Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica. (LUGONES, 2010: 936)

Lugones (2014) reivindica o questionamento da própria construção da categoria gênero tal como é comumente apropriada em diferentes vertentes teóricas e que carrega consigo a lógica dicotômica característica da construção colonial moderna⁴⁰. Ao reposicionar as relações de poder a partir da contraposição ao colonialismo e ao imperialismo (ou seja, reconhecendo como força e dominação permanente e não superada), a autora traz uma contribuição fundamental para pensarmos acerca da forma como os estudos de gênero no Brasil tem problematizado a dimensão da política, a relação entre dominação e resistência, a relação entre movimentos sociais e como, atualmente, tem se aberto um espaço significativo para a noção de *interseccionalidade* como forma de alcançar os fenômenos sociais contemporâneos.

No que se refere ao campesinato e, particularmente, às mulheres camponesas não apenas no Brasil, mas em toda América Latina (onde a questão indígena incide de maneira ainda mais forte e mais articulada ao campesinato), a perspectiva apontada por Lugones nos impele à renúncia da apropriação mecânica de um conceito como o de *gênero* assim como tomar identidades (como camponesa, exemplo) de forma descolada das complexas relações de poder que envolvem, inclusive, o controle e a cooptação por meio da construção dos saberes colonizados. O que vimos com os estudos sobre as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas no Brasil é a ênfase “ser mulher”, pressuposição compartilhada com os estudos que universalizam a categoria “mulher” como cerne de sua construção teórica de forma extremamente abstrata e pouco atenta a outros marcadores sociais. O que observamos de lastro histórico remetia, no máximo, à sua condição social como mulher subalternizada duplamente: por ser mulher e por ser rural⁴¹. Porém, os nexos entre as diversas formas de resistência de norte a sul do país e uma análise mais acurada dos tipos de conflito dentro de uma estrutura social que permanece reproduzindo a expulsão do camponês ainda é uma lacuna.

⁴⁰ “Este sistema de género se consolidó con el avance del(os) proyectos(s) colonial(es) de Europa. Tomó forma durante el período de las aventuras coloniales de España y Portugal y se consolidó en la modernidad tardía” (LUGONES, 2008: 98)

⁴¹ Trata-se de buscar a especificidade de “ser mulher” e, a partir deste elemento, traçar a universalidade e sua invariável presença em diversos sistemas societários.

A socióloga Yuderkys Espinosa-Miñoso coloca que o feminismo decolonial desponta hoje como forma potente de avanço na construção de uma epistemologia contra-hegemônica, elaborada a partir das margens, possibilitando novas interpretações. A partir do legado iniciado pelo feminismo negro, o feminismo decolonial surge como uma nova matriz exatamente por trazer à tona a dimensão do colonialismo. Não se trata de uma crítica rasa ao “feminismo burguês”, mas à sua *episteme*, conceitos e explicações completamente alheios à atuação histórica do racismo e do colonialismo. Relacionado ao que temos exposto, a autora pontua que:

“Mucha de la teorización feminista que se ha permitido escuchar a las feministas racializadas, además de los errores que antes hemos comentado, caen en otro error importante: se trata de dar menos relevancia a las diferencias entre las mujeres, una vez que éstas han sido admitidas. La menor importancia consiste, por un lado, en darle un menor estatuto de conflictividad y relevancia a lo que consideran “otras” categorías de opresión de las mujeres. El problema es doble, pues siguen pensando compartimentada e independiente las opresiones de género, raza y clase, como si la raza y la clase fueran de orden distinto y actuaran paralelamente afectando sólo de forma específica y sumativa a un grupo de las mujeres. En su mirada “las mujeres” siguen constituyendo una unidad de sentido, más allá de la multiplicidad de la opresión que las diferencian. De su reflexión podemos ver cómo la opresión relevante para los estudios feministas sigue siendo aquella que “opprime a las mujeres por ser mujeres”, una opresión primaria que no admite discusión de forma tal que la raza y la clase aparecen como opresiones secundarias menores que no tienen un efecto sobre la forma como pensamos la opresión principal”. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014: 12)

O que coloca Espinosa-Miñoso é de extrema relevância por ser precisa em identificar obstáculos concretos à superação do eurocentrismo, seja nas teorias sobre desenvolvimento, seja na teoria feminista ou nas que buscam articular ambas as discussões. Trazer a contribuição das teorias decoloniais, em especial

argumentação de Espinosa-Miñoso, nos é particularmente pertinente por indicar um terreno fértil para a construção de uma perspectiva capaz de explicar fenômenos relacionados à significativas mudanças sociais (como é o caso dos movimentos organizados de mulheres) a partir da dinâmica das ações sociais de atores constantemente subalternizados ou apenas “encaixados” em grandes esquemas teóricos já prontos. É um caminho que se abre a partir de uma crítica que nos permite refletir sobre a natureza da diferença, por exemplo, dos movimentos de mulheres em distintas regiões do mundo.

Sem medo de ser mulher⁴²

*Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher
Porque a luta não é só dos companheiros
Participando sem medo de ser mulher
Pisando firme sem medir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher
Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher
Pois sem mulher a luta vai pela metade
Participando sem medo de ser mulher
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo de ser mulher
Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher
Na aliança operária e camponesa
Participando sem medo de ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participado sem medo de ser mulher*

⁴² Esta música, composta por Zé Pinto, está sempre presente nos momentos de encontro dos movimentos sociais e, de norte a sul do país, é cantada pelas mulheres rurais.

Capítulo III.

Os movimentos de mulheres rurais no Brasil: processos sociais e transformações recentes no campo brasileiro

3.1. Relações sociais de sexo no campo: divisão sexual do trabalho, invisibilidade e representação política

Uma teoria da mudança social que não leva em conta as consequências dinâmicas dos diferenciais de tempo e das opções do passado não pode explicar satisfatoriamente as diferenças societárias do presente nem pode iluminar as potencialidades do futuro. (REIS, 1998: 94)

No Brasil, alguns poucos momentos são vistos como berço de processos democráticos. Recentemente, é a década de 1980 que surge como um período que gerou - e certamente ainda irá gerar - inúmeras reflexões históricas e sociológicas tamanho foi o espectro organizativo no campo e na cidade gerando uma enorme onda de participação e envolvimento a partir de antigas demandas bem como dando margem a criação de tantas outras novas pautas reivindicativas. Como ressalta Paiva (2010), em detrimento da visão negativa dos economistas em relação a este período, do ponto de vista sociológico temos um marco político caracterizado por uma intensa mobilização, emergência de movimentos sociais e reivindicações de diferentes ordens.

Num país marcado por uma tradição de exclusão política e de um processo de construção democrática repleto de revezes, a década de 1980 é saudada como um ponto de inflexão quando as possibilidades de ampliação real da participação política e, portanto, de transformações significativas estão no horizonte dos movimentos sociais e organizações populares. Cappellin (2008) assinala que estes períodos são, de fato, momentos de regulação das ações do Estado com a sociedade. Nesse sentido, a formação do que seria a nossa “cidadania” obedece ao

reconhecimento do *homem trabalhador* em primeiro plano enquanto as mulheres sequer são reconhecidas como parte economicamente ativa e sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico.

Compôs essa nova etapa a reorganização das lutas populares na cidade, organizações de bairro, a atuação de setores da Igreja católica ligados à Teologia da libertação, movimentos étnicos raciais e de mulheres, o sindicalismo urbano e rural, etc. A distância temporal nos confere vantagem e, olhar para essa década em 2017 nos confirma a necessidade de ir além da constatação de uma efervescência política e compreender essas mudanças num espectro mais amplo. Nesse desiderato, é fundamental situar as expectativas de se alcançar formas mais democráticas no contexto nacional e internacional. Num período de transição para um sistema democrático, mas ainda sob a ditadura empresarial-militar, a confluência de iniciativas de organização popular aglutinava setores distintos na medida em que compartilhavam tanto a resistência como o impulso de construção e consolidação de novos rumos para a política nacional.

Segundo Ângela Paiva (2011), “é um momento paradoxal, quando novos sujeitos surgem em movimentos e organizações demandando direitos até então negados ou invisibilizados, e quando há um compromisso neoliberal por parte do Estado que limita a efetivação dos direitos sociais”. (p.199) Internacionalmente, temos os impactos da crise econômica que se inicia em meados da década de 1970 e chega para a maior parte da população na forma de inflação e arrocho salarial. Não será o foco nesse trabalho, mas vale apontar que todas essas lutas populares contam com menor referência nas grandes potências socialistas que, neste momento, se encontram em franca decadência. E, na proporção inversa, vimos a ascensão do neoliberalismo. Esses aspectos pontuais nos ajudam a compreender em que terreno se desdobram tais iniciativas, dado que não há uma conjuntura internacional que as impulse mas sim um contexto nacional que, repleto de possibilidades e também de muitos limites, forjará as condições para a sua emergência.

Nesse sentido, e se tomarmos em conta a coincidência entre o surgimento e consolidação destes movimentos com a predominância do modelo neoliberal de

desenvolvimento, é possível apontarmos para alguns impactos que as políticas de ajustes estruturais geraram. Segundo Halliday (2007), o impacto dos processos internacionais sobre as mulheres é talvez o mais óbvio na economia tanto de países desenvolvidos quanto dos menos desenvolvidos, na medida em que afetam diretamente movimentos migratórios e a reconfiguração de toda estrutura laboral gerando enorme impacto sobre os papéis e as responsabilidades das mulheres⁴³. Em primeiro lugar, temos uma transferência dos custos de reprodução do trabalho do Estado para as famílias e, dentro das famílias, do homem para a mulher. Carmem Diana Deere (2002) vê como uma das consequências desse período de crise econômica um dos vetores responsáveis pela expansão dos movimentos de mulheres na medida em que superam a sua base social original de classe média e passa a alcançar movimentos populares⁴⁴.

Outro dado relevante se refere ao expressivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho agrícola. De acordo com Maria José Carneiro (1994) entre 1970 e 1982 houve um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a masculina sofreu um crescimento negativo de 5,4%. A autora destaca ainda a invisibilidade da participação da mulher na produção familiar, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno.

Carneiro (1994) coloca que este cenário é fruto das transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que, ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da mão-de-obra feminina e infantil. Não apenas amplia-se o mercado de trabalho volante, onde a mulher tem um lugar de destaque, como também é cada vez mais necessário o assalariamento

⁴³ As políticas de ajuste estrutural buscadas por inúmeros governos nos anos 1980, frequentemente sob recomendação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, tiveram consequências específicas para as mulheres. À medida em que os níveis salariais deterioram-se, as mulheres são frequentemente compelidas a trabalhar nas áreas menos remuneradas, enquanto os serviços públicos financiados dos quais mulheres e crianças são particularmente dependentes depreciam-se. Nesse contexto, torna-se evidente o quanto as mulheres parecem sofrer um ônus desproporcional.

⁴⁴ De acordo com Deere (2002), o desenvolvimento de movimentos nacionais de mulheres foi largamente estimulado por ONGs que, por sua vez, estavam ligadas à redução do Estado e a mudança para melhorar o status da sociedade civil na década de 1980.

de maior número de membros da família de trabalhadores rurais para garantir o nível de reprodução física e social.

Soma-se a essa nova realidade a permanência de padrões de divisão sexual do trabalho que desconsidera o trabalho doméstico e que representa, portando, a estruturação de várias jornadas de trabalho. E, segundo Cappellin,

As experiências das mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. (Cappellin, 2007: 646)

Este período é marcado por algumas características: o movimento sindical emerge como interlocutor, junto com partidos políticos e grandes instituições, tais como a Igreja Católica, os movimentos populares e ONGs, na elaboração da Constituição. Em tal contexto, as eleições nas organizações sindicais contavam com um clima mais rico de mediações e interferências buscando ampliar a dimensão das discussões sobre a participação no movimento sindical. Por outro lado, outros temas também emergem na agenda sindical uma vez que o mundo do trabalho surge como um cenário em crise. A diversidade de orientações ideológicas teria colocado em cheque a hegemonia da geração de dirigentes formados ao longo do período anterior à redemocratização.

Segundo Paola Cappellin (1994), é nesse processo, e dada à acirrada concorrência de projetos, que uma parte importante da geração de militantes que se formou ao longo do período da efervescência dos movimentos populares irá se mobilizar politicamente no interior das oposições sindicais. Esse processo constituirá o fenômeno do *novo sindicalismo*, movimento marcado pela vigorosa crítica da concepção de política sindical vigente em períodos anteriores, atrelada

ao estado e parte de uma estratégia de controle político do campesinato por parte de um Estado comprometido com o avanço da modernização conservadora.

No entanto, ainda que as oposições sindicais representassem nesse momento um importante interlocutor, a participação das mulheres assumia um caráter ambíguo. Para Maria José Carneiro e Lena Levinas (1987) foi certamente uma importante conquista, porém com ares de “permissão”. Na forma de se colocar, de falar, na sua postura, na forma de argumentar. Em diversos aspectos, a inserção das mulheres se confrontava com barreiras invisíveis. O lugar da mulher no meio rural, como espaço controlado político e socialmente, trazia também barreiras mais nítidas. Se, nesse percurso, a mulher rural precisava adquirir uma série de instrumentos que a inserisse nas instâncias sindicais, participar de um espaço masculino trazia o risco de ficar “falada”.

Como afirma Abreu e Lima (2006), o entendimento generalizado era de que a responsabilidade da mulher era na família, com os filhos, com o lar, e, assim, “para os sindicatos sua ausência não era sentida nem questionada no movimento”. Junto a essas questões que se referem ao percurso interno e ao engajamento político e o controle social sobre a sua participação, as demandas das mulheres eram percebidas por aqueles que as viam (homens em sua maioria) como possibilidades de divisão do movimento. Segundo Abreu e Lima:

A discriminação e as lutas específicas das mulheres eram tratadas como sendo a “questão da mulher”, uma luta a mais para elas encaminharem, incômodas para o movimento, pois corria o risco de dividi-lo. Entretanto, se havia a necessidade de que elas se reunissem para tratar dessas questões, poderiam ficar isoladas em seus reclamos, sem conseguirem sensibilizar os homens, e mesmo outras mulheres, para um encaminhamento conjunto (ABREU E LIMA, 2006: p. 113)

Ao mesmo tempo em que o contexto político à época da redemocratização contribuiu para legitimação e institucionalização da participação política das mulheres, esses fatores legitimariam a formação de um espaço independente das organizações mistas capaz de formar e “capacitar” a intervenção política das

mulheres, bem como criar possibilidades concretas de se romper com a desigualdade no interior dessas organizações ampliando sua representatividade. De acordo com Navarro (1996), a discussão que teria se instalado naqueles anos era se as mulheres concordavam ou não com a natureza das propostas de luta e da viabilidade de serem tais objetivos alcançados em organizações, como o MST e os sindicatos, uma vez que estes eram amplamente dominados por homens e que, geralmente, compreendiam suas reivindicações necessariamente conformadas pelas reivindicações maiores dos trabalhadores em geral. Segundo o autor, “uma velha questão, portanto, que logo se instalou internamente a estas organizações, estimulando o debate sobre as especificidades das lutas das mulheres, sua prioridade em relação às outras lutas e a necessidade (ou não) de um movimento autônomo”. (NAVARRO, 1996, p. 100)

Sobre este aspecto, é interessante observar a associação entre as pautas apontadas pelas mulheres com a noção de *especificidade*, isto é, dizem respeito a uma relação de dominação que é uma *parte* (o conflito de gênero), dado que a *classe* traduz uma relação de totalidade ou uma contradição social fundamental. Este ponto será retomado mais à frente, mas por ora cabe colocar que este é um elemento exemplar para pensarmos a necessidade de se problematizar tais conceitos e não substancializá-los. Nesses termos, e embora cada movimento organizado possua características próprias em relação às condições sócio-históricas que tornou possível seu surgimento, podemos identificar, a partir da análise da forma como estes movimentos se inserem na dinâmica política das organizações já existentes (como os sindicatos e os movimentos), a relevância de pensá-los a partir da articulação de uma situação local e seu processo sócio-histórico com os movimentos mais gerais da luta pela representação política dos trabalhadores rurais, uma vez que estamos tratando de uma forma muito específica de “política” e de ação política que, naquele momento, se delineia.

Ao contrário, a despeito da multiplicidade das experiências, o que se observa é a articulação com o impulso organizativo mais amplo e que compreendia a renovação da prática sindical, a presença de setores progressistas da Igreja Católica e a emergência de movimentos de luta pela terra. Ou seja, esse “entorno” não pode ser compreendido apenas como cenário geral de onde emerge

uma luta específica. Tomá-los dessa forma seria trazer para o campo teórico e analítico uma divisão forjada pelos próprios movimentos no âmbito da luta política. Analisar esse processo ainda é um desafio de pesquisa, uma vez que superar a fragmentação dos estudos nos impõe revisitar todo um debate e propor novos caminhos a fim de iluminar esse fenômeno social que, não sendo de forma alguma localizado em um estado ou região, também não pode ser explicado somente pela conjuntura da década de 1980 e tampouco pela condição de subalternidade. Vistos como fruto da conjuntura política da década de 1980 – de intensa efervescência dos movimentos populares e dos movimentos feministas – qualquer explicação que transcenda a experiência local acaba retornando a esse contexto. Isto é, em linhas gerais o que justificaria em última instância o surgimento destes movimentos – em sua forma e conteúdo – foi a conjuntura favorável e a condição subalterna da mulher. São esses os dois aspectos que são geralmente relacionados como causa e como efeito.

Os processos que permitiram este engajamento e a posterior construção de pautas consideradas politicamente legítimas bem como a análise de um campo marcado por intensas disputas entre sindicatos, movimentos e outras entidades, são elementos frequentemente pormenorizados. São peças de um cenário de ebulição política sem, contudo, alçarem o status de explicação e ter suas conexões explicitadas. Nesta pesquisa, apontamos para a relevância de se compreender e trazer para a análise dos movimentos de mulheres, o campo de disputas em que estas iniciativas se inserem. Os espaços em que começam a participar, a forma dessa aproximação e as distinções entre as organizações podem nos trazer valiosos elementos para enriquecer esse processo. Se autoras como Capellin (1994, 1987) e Carneiro e Levinas (1994, 1987) se dedicaram a compreender como se dera a inserção das mulheres rurais nos sindicatos e nos movimentos de luta por terra, a produção acadêmica posterior parte do próprio movimento de mulheres rurais já constituído para analisar as mudanças decorrentes da sua organização e participação política.

Existe, portanto, uma imensa lacuna entre esse processo que compreende o engajamento das mulheres nas lutas encampadas pelo sindicalismo rural e por outros movimentos sociais e a formação dos movimentos independentes de

mulheres trabalhadoras rurais. Ou seja, de um lado temos alguns poucos estudos que se dedicam a compreender os fatores relevantes para a entrada das mulheres na vida sindical e nos movimentos sociais e, de outro, temos uma gama de pesquisas que não problematizam o processo de formação destes movimentos. Estes surgem como algo dado, como se sua existência fosse auto evidente, uma vez que geralmente é percebido como consequência necessária de uma situação de dominação e opressão por parte das mulheres rurais.

Ao problematizarmos a associação direta entre a *pauta* explicitada pelo movimento de mulheres e a sua condição social, justificativa máxima de sua existência, chamamos a atenção para o fato de que não é suficiente tratar o engajamento, a adesão e a militância em termos de epifania ou consciência, uma vez que este processo abarca uma complexidade de relações. Por esse viés, perde-se todo o caminho trilhado por essas mulheres, os reais processos que conferem sentido e significado a esses movimentos em favor de uma perspectiva normativa que visa medir a eficiência destes em operar transformações significativas em termos de conquistas de direitos ou mesmo em uma dimensão individual.

A visibilidade coletiva das demandas das trabalhadoras rurais teria se dado principalmente por meio de dois canais: o sindicalismo oficial e a emergência dos movimentos sociais rurais. Segundo Navarro (1996), tal sindicalismo teria percebido o crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres poderia contribuir no aumento da participação nos sindicatos atraindo, inclusive, conjugues eventualmente pouco atuantes. Sobre essa questão, Carneiro e Levinas (1987) já apontavam o fato de que a mobilização feminina é motivo de interesse para partidos políticos, sindicatos e igrejas, uma vez que sua adesão é raramente individual: *“Ela repercute, de forma decisiva, sobre a família e a comunidade, dois universos onde as mulheres, pelas suas funções reprodutivas, exercem uma grande influência através de laços de parentesco e relações de solidariedade e reciprocidade que elas constroem no seu cotidiano”*. (p.98) No que concerne aos movimentos sociais, a emergência do MST e formação das oposições sindicais teriam se tornado uma segunda possibilidade aberta à participação feminina.

Entretanto, segundo Navarro (1996), nesses primeiros anos e mesmo nos anos seguintes toda reflexão sobre a condição da mulher restringia-se à esfera pública, quase sempre indicando a necessidade de as mulheres se informarem sobre os seus direitos e, a partir desta base discriminatória entre classes, mas não entre gêneros, motivar a organização e estimular as ações coletivas. Assim, as iniciativas levadas a cabo durante toda a década de 1980 mostraram-se seletivas, uma vez que na estrutura oficial do sindicalismo de trabalhadores rurais o número de mulheres que ocuparam posições relevantes era ínfimo. De acordo com o autor, os sindicatos subordinados à estrutura oficial selecionaram bandeiras de luta consideradas aceitáveis, evitando temas polêmicos, em especial os que discutiam relações no âmbito da família. O fato é que o sindicalismo rural e as principais funções na hierarquia dos movimentos sociais rurais eram formados em sua imensa maioria por e para homens. Como afirma Elizabeth Souza-Lobo (2011), o acesso das mulheres à vida pública, por mais real que fosse, permanecia invisível.

Se o início da década de 80 é marcado pela convergência entre a crítica ao sindicalismo de estado e emergência do novo sindicalismo (o sindicalismo combativo), movimentos sociais e uma série de outras organizações, torna-se ainda mais complexa a rede de relações estabelecidas entre estas iniciativas. Não obstante, o delineamento de formas específicas de ação política evidenciam algumas questões. Ao reivindicar *autonomia*, os movimentos sociais e entre eles os movimentos de mulheres, demarcam uma linha entre outras formas de organização expressas, sobretudo, no sindicalismo. Ao se apresentarem como movimentos independentes ou autônomos, tais noções não se referem apenas à esfera estatal mas também a essa forma de representação expressa na estrutura sindical vigente. No que se refere aos movimentos de mulheres, a *autonomia* se aplica às organizações mistas em geral, sejam sindicatos ou outros movimentos de corte classista, e ao Estado.

Contudo, e como foi dito anteriormente, ao mesmo tempo em que a noção de *autonomia* em relação às organizações mistas (sindicatos e movimentos sociais) será ressaltada por tais movimentos, é necessário perceber que estes processos organizativos são complexos e emergem de uma teia de relações que não são formadas apenas por mulheres rurais ou urbanas, mas por um conjunto de

organizações políticas. A esse respeito, Souza-Lobo (2011) afirma que a discussão acerca da emergência dos movimentos de mulheres no Brasil tem obedecido a uma codificação simplificadora que tende a enfatizar tais movimentos como vinculados à ascensão dos movimentos populares a partir de 1975 ou às influências do movimento feminista nacional e internacional. Alerta a autora para o fato de que estas não são relações de causa e efeito e nem sempre relações de conhecimento. Tampouco podemos compreendê-los como efeito mecânico das necessidades das mulheres, simples resposta ao fechamento do espaço político tradicional ou resultado de estratégias políticas.

Longe de ser um processo linear, a emergência dos movimentos de mulheres expressa a diversidade de experiências cuja heterogeneidade nos impossibilita qualquer generalização *a priori* acerca de suas origens e causas primeiras. Por esta razão, somos sempre obrigados a “abrir parênteses e explicar subcategorias” (SOUZA-LOBO, 2011). Assim, esse caminho longo e acidentado trilhado pelos movimentos de mulheres nos revela a necessidade de se conciliar as dimensões que envolvem o seu cotidiano e as possibilidades locais de resistência, engajamento e organização com este cenário político mais amplo. Como sugere Souza-Lobo (2011), só há movimento onde ocorre a agregação e o sentimento da experiência comum e, portanto, “seu processo de construção não é separável em fatores internos, ou externos, mas remete à articulação de experiências consumindo um coletivo.” (p.226) No que se refere às mulheres rurais e suas iniciativas de organização política, compreendê-los significa buscar situá-los em um processo amplo.

Compreender os significados dessa noção de *autonomia* é um elemento importante para os objetivos deste trabalho. Ela nos indica as tensões entre os diferentes expedientes e estratégias dos movimentos mistos e a construção de uma identidade política que, naquele momento, passava pela apropriação das lutas contra as desigualdades de gênero. Organizar um movimento de mulheres teria, portanto, demandado um processo de construção de pautas e bandeiras de luta onde esta história multifacetada das lutas das mulheres se tornasse visível e parte de suas reflexões e estratégias.

Outro ponto merece destaque. Não se pode abstrair outro elemento: sua luta se constrói pelo seu reconhecimento enquanto *trabalhadora*. De norte a sul do país, esta foi uma bandeira comum e de um enorme significado em termos de construção de uma identidade laboral quanto de sua representatividade política. Lutar para serem reconhecidas como “trabalhadoras” era também questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, além de expor de forma mais evidente a condição particular e as características do trabalho realizado pela mulher no meio rural.

Tanto como trabalhadoras sazonais quanto como trabalhadoras em sua própria unidade produtiva, o reconhecimento destas questões acaba por trazer à tona uma visão oposta à concepção mais idealizada e harmônica acerca da família. É neste sentido que a politização da esfera privada no âmbito rural passa a compor a pauta de reivindicações dessas mulheres. Mas este é um processo lento, e o fundamental é termos em consideração que a reivindicação que “toma” praticamente toda a década de 1980 é o reconhecimento como *trabalhadora rural* pelos sindicatos, pelo direito de associação e como meio de acesso a direitos.

Vale apontar que a Constituição Federal de 1988 também foi um marco na conquista dos direitos das mulheres. Essa Constituição expressa a conquista fundamental da igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres (art.5º, I), até então, inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. No que se refere às mulheres rurais, Deere (2004) pontua que a articulação de lideranças femininas dos sindicatos, assim como do crescente movimento de mulheres resultou na inclusão dos direitos da mulher à terra na pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres. Outros aspectos fundamentais são: direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios da previdência social; esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas, incluindo o direito ao seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença-maternidade remunerada; a idade de aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em 55 anos e para os homens rurais em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para mulheres e 35 para homens.

No que tange ao acesso à terra, Carmem Diana Deere coloca que a CF/88 foi um marco fundamental também neste aspecto, pois antes dela os critérios vigentes davam prioridade aos chefes de família considerando que, de acordo com as normas culturais, se um homem reside na casa, ele será considerado seu chefe, o que ainda tinha respaldo em uma norma do Código Civil de 1916. Elizabeth Souza-Lobo (1996) tece uma crítica importante que merece menção. De acordo com a autora, a CF/88 representou um avanço na construção da cidadania social das mulheres e representou “a cristalização de mentalidades e o produto das trajetórias percorridas pelas mulheres confrontadas às instituições e ao Estado”.

No entanto, pondera que pertencer à comunidade nacional é uma noção problemática quando aplicada às mulheres. A autora argumenta que a cidadania é para o homem algo natural enquanto para as mulheres ela requer um desvio que a justifique. A necessidade de se justificar denuncia o fato de que as mulheres historicamente foram colocadas no âmbito do privado e, quando se tornam efetivamente cidadãs, o são porque são mães, são celibatárias, são casadas, são trabalhadoras etc. Ou seja, para as mulheres a cidadania deve ser justificada. Souza-Lobo coloca que o motivo pelo qual as mulheres são reconhecidas cidadãs, quando a cidadania repousa sobre a igualdade, não é neutro.

Dito isto, “a integração das mulheres ao mesmo título dos homens se torna necessária para que nada, nem ninguém, escape ao governável.” No caso da CF/88, ressalta a autora, que a ênfase no texto final recai sobre a visão das mulheres como trabalhadoras, efetivas ou em potencial. Certamente fruto também da força de movimentos populares que se mobilizaram pelos direitos e pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora, tal ênfase tem como aspecto contraditório o silêncio sobre o trabalho doméstico, por exemplo. A divisão sexual do trabalho permanece então intocada. (SOUZA-LOBO, 1996) Todavia, o fato é que a década de 1980 traria como novidade um processo ascendente de visibilidade das mulheres rurais, percebidos nas mobilizações em todo país, nas conquistas presentes na nova Constituição em 1988, na criação de mecanismos institucionais que apresentavam as mulheres rurais ao Estado como um grupo com demandas políticas específicas. Porém, expressas principalmente pelos espaços

políticos que já estavam constituídos, como os sindicatos ou mesmo por novos canais (tais como os movimentos de luta pela terra como, por exemplo, o MST) que, no entanto, trataram como secundárias tais reivindicações, dado o turbulento período de abertura política e a luta pela redemocratização.

Nesse sentido, as mulheres rurais compartilharam uma experiência semelhante aos homens na medida em que precisaram lutar muito para legitimar suas bandeiras no campo das disputas políticas, enfrentando preconceitos como, por exemplo, aquele que percebe na mulher algo completamente alheio à atividade política, portadora de certa imaturidade inerente à sua condição feminina. Associar-se ao sindicato ou engajar-se em movimentos sociais representava em si uma novidade significativa na medida em que rompia, em certa medida, com a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres reforçando sua identidade como “trabalhadora rural”. Ao mesmo tempo, endossava os conflitos internos ao sindicalismo rural nesse período com o crescimento das oposições sindicais e da criação da CUT em 1983. Em todas as regiões do país, essa diferenciação entre os sindicatos pelegos e os sindicatos combativos foi habilmente utilizada pelas mulheres, denunciando aqueles que se recusavam a associá-las⁴⁵. De acordo com Siqueira e Bandeira (1998):

Se as trabalhadoras urbanas estiveram presentes de forma destacada entre 1975 e 1982, a partir daí o movimento de mulheres no Brasil mais significativo em termos de participação e enquanto movimento social, não é urbano, mas se desenvolve fora dos grandes centros, com envolvimento de participantes pouco consideradas como força política: as trabalhadoras rurais. A organização das camponesas deu-se, sobretudo a partir da luta por aposentadoria e pelo reconhecimento por parte do Estado (direitos trabalhistas) e dos Sindicatos Rurais (direito à sindicalização) de sua condição de trabalhadoras. (SIQUEIRA e BANDEIRA, 1998: p.2)

⁴⁵ A esse respeito ver Medeiros (1989).

Neste ponto, chamamos a atenção para a necessidade de compreendermos tais movimentos em sua complexidade no que concerne não apenas às suas demandas mais evidentes em torno da questão de gênero, mas, também no tocante à sua representação política enquanto trabalhadoras. Nesse sentido, aliado à observância da construção das suas pautas, nos interessa investigar as conexões que tornaram possível seu surgimento e a sua consolidação ao longo desses anos. Pois, se neste primeiro momento os movimentos investiram esforços em dois objetivos centrais – a construção dos movimentos enquanto espaço legítimo de organização e o direito de sindicalização – a partir de então, os movimentos de mulheres tomarão caminhos distintos. Se, como apontam Deere e León (2002), a organização das trabalhadoras rurais no Brasil se inicia dentro do movimento sindical exigindo os benefícios associados à condição de membro, o surgimento de movimentos independentes representou uma nova face da mobilização das mulheres no meio rural. A novidade trazida por eles se traduz exatamente por atuarem incisivamente na conformação da mulher rural como “sujeito político”, fortalecendo suas demandas e suas práticas políticas.

Se podemos traçar semelhanças nessas experiências levadas a cabo de norte a sul do país, o fato de a literatura que se dedica a compreender tais movimentos ter abstraído os caminhos da socialização política que tornaram possíveis essas iniciativas acabou por dar contornos demasiadamente gerais sobre esse processo de organização das mulheres. A “independência” ou “autonomia” destes movimentos precisa ser mais bem observada pois não possuem uma única face. Ao contrário, representam uma forma de construção de identidade e, portanto, de forma relacional. Diz respeito à sua atuação em relação às ONGs que os assessoram, aos chamados movimentos mistos⁴⁶ Desse modo, e como aponta Paola Cappellin (1994), os diversos envolvimento que se realizaram anteriormente e durante o engajamento na militância são ocasiões ricas para caracterizar a pluralidade da aprendizagem do que a autora define como lealdade de base e que dá sentido à identificação de grupo.

⁴⁶ Esta denominação “movimentos mistos” é comum à literatura sobre os movimentos de mulheres. Contudo, considero que ela merece mais atenção, pois parte da suposição de homogeneidade dos movimentos de mulheres autônomos. Como tal homogeneidade provém da condição de mulher, tende-se à naturalização tanto da noção de *autonomia* quanto a de *mistos*.

Não raro, percebemos que nesses estudos os pressupostos da ação das mulheres conferem preponderância à sua condição subordinada política, econômica e socialmente. A sua condição social surge como explicação bem como a sua organização em movimentos autônomos numa conjuntura favorável. Desse modo, o itinerário que aqui consideramos como aspecto sociológico fundamental para perceber como esse processo se constrói é geralmente secundarizado em prol de uma perspectiva mais normativa e ampla sobre as mudanças que atingiram as mulheres rurais. Porém, mais do que compreender “o que mudou”, creio que compreender “por onde passa a mudança” nos leva a um caminho mais profícuo e nos apontar as reais semelhanças e diferenças entre essas experiências e melhor caracterizar os processos sociais em que se desenrolam.

3.2. Ser reconhecida como trabalhadora rural

*Meu grito ainda tá preso/mas é uma
questão de dias
Penso que a rebeldia
essa luta vai vencê
Seu moço, você vai tê
Um novo sol como guia*

(trecho do poema “Seu moço, eu nem sabia que sabia” de Isaura Conte, militante do MMC)

O reconhecimento como trabalhadora representou a entrada no mundo dos direitos para as mulheres rurais e, mais que isso, tornou-se o principal elemento para a permanente desnaturalização de práticas historicamente desvalorizadas ou ignoradas. Contudo, temos aqui um duplo movimento dado que a disputa em torno dos direitos carrega consigo a disputa pelo lugar de porta voz legítimo de uma categoria que, a partir de então, torna-se um ator político. No trecho destacado abaixo, Carmem, uma liderança histórica do MMC em Santa Catarina, descreve um momento reconhecido pelas integrantes do movimento como um marco da capacidade de mobilização e organização que conseguiram na região:

Naquela época nós conseguimos organizar numa mobilização que nós fizemos em Xanxerê. Foi que conseguimos reunir quinze mil pessoas e a maioria era mulher, né, a maioria mulher, tinha bem poucos homens. Daí naquele dia em Xanxerê é que foi saindo a delegação pra ir pra Brasília atrás daquela questão da previdência porque a questão previdenciária se deu no ano oitenta e oito, né? O Ulisses Guimarães, acho que tava lá em Brasília e fizeram uma renovação da Constituinte, então tudo quanto era lei que quisessem colocar na Constituinte ia ter uma abertura e quem tivesse mais de um milhão de assinatura dessa reforma podia entrar. E foi por ali que nós entramos com o pedido de rever a questão nossa que nós não era doméstica, nós era trabalhadora rural e tinha que constar lá na constituição a nossa profissão de trabalhadora rural. Daí foi feito o pedido e nós fomos pegar assinatura, daí era só mulher correndo pra tudo quanto é lado pegar assinatura. Imagina, nós tinha que fazer mais de milhão de assinatura e daí nós conseguimos fazer. E daí entramos com a assinatura lá e todo mundo chamava as mulheres de louca de andar nas casa pedindo e com essa abertura nós conseguimos colocar que nós era trabalhadora rural. Bom, se nós somos trabalhadora rural nós queríamos ter uma previdência então pra trabalhadora rural. Então que começamos, né, a luta pra aposentadoria, daí todos aqueles benefícios da saúde, assistência de acidente de trabalho, foi tudo construído naquela época.

Nesse primeiro momento, importante ressaltar, trata-se não apenas do reconhecimento da atividade doméstica ou no roçado como trabalho produtivo e que, portanto, desdobrava-se em outros direitos, mas também do vínculo historicamente construído com as lutas encampadas durante a década de 1960 e que tiveram como resultado a categoria de *trabalhador rural* tanto como instrumento catalisador dos conflitos no campo mobilizado por associações e, sobretudo, pelo sindicalismo rural como forma de regulação por parte do Estado. Dito isto, temos nesse momento a “extensão” desse processo às lutas e movimentos de mulheres rurais ainda que num contexto diverso. Durante o trabalho de campo, Edel, também liderança do movimento desde idos dos anos 80, conta que:

Começou a discutir mais essa questão da previdência mesmo, porque naquela época as mulheres não tinham muitos direitos não. E os direito da mulher naquela época eram, por exemplo, aposentadoria aos 70 anos, e os homens então aos 65 e aí como era perto daquela época, em 88 foi feita a Constituinte nova, né, pro Brasil, aí nós resolvemos de fazer um abaixo assinado pra juntar assinaturas, pra colocar uma lei lá que favorecia nós nessa Constituinte. Então foi conseguido uma, que essa lei fosse aprovada dos assegurados especiais que eram os agricultores e as agricultoras. Nós trabalhava muito, todo mundo trabalhava bastante, mas era muito puxado, e aí tinha já mulheres já com bastante idade. E elas tavam doente e tinha que ser, ganhar aposentadoria, ajuda, e eles diziam que não tinha como. Como elas não tinham como provar que trabalhava ali nós tinha que fazer uma luta diferente, aí nós resolvemos colocar uma deputada nossa, das agricultora. Nós, todo mundo fez campanha, colocamos uma mulher que em Santa Catarina não tinha nenhuma mulher, daí nós fizemos campanha pra ela e aí elegemo ela, na primeira vez que a gente colocou. E através dessa mulher a gente depois conseguiu que se fizesse uns bloco de produtor, que são as notas fiscais, que constava que a mulher ali era trabalhadora, constava que dos produtos que a gente vendia, o feijão, galinha, o que tivesse pra vender tinha que constar o nome dele e também da mulher. Porque na época então essas mulher que nem nós que tava no movimento, começemos assim essa parte assim social, esse trabalho, era considerado que elas não queriam mais trabalhar. Elas queriam andar na rua. Os outros começaram meio que se revoltar contra nós, que nós não queria mais trabalhar, que, toda aquela conversa, assim, né? E aí nós tinha que provar o contrário, e daí nós tinha que provar que não era isso, que nós tava fazendo um trabalho pra essa conquista, pra gente conseguir. E aí depois que a gente conquistou isso aí, em 88, aí, de colocar essa lei lá na Constituinte, aí depois disso demorou, o presidente naquela época acho que era o Sarney, não sei que presidente, não lembro mais, mas o final o presidente da época não assinou, foi aprovado e ele não assinou. Engavetou lá em Brasília. Aí nós fomos mais duas vezes pra Brasília pra ver se ele ia assinar. E daí em 92 nós fomos de novo, daí tinha acho que 17 estados lá, lá do Pernambuco, do Nordeste, por tudo de lá tinha gente. Aqui do Sul tava em peso, bastante ônibus, não sei quantos ônibus eram aqui do Sul. Mas era muito ônibus aqui que foi, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná, São Paulo também, e mas em final nós conseguimos lá, saímos com assinado, ele assinou, né? Nós invadimos o ministério da Previdência antes das 8, a gente entrou lá, tomou toda a

escadaria e todo os elevador, tranquemos tudo, ninguém descia, ninguém subia e fiquemos lá até 3h da tarde, até que assinou. Entramos de manhã e tranquemos tudo. O que tinha lá dentro de água e bolacha, não tinha mais nada.

Todos os passos que conduziram as mulheres rurais de norte a sul do Brasil à luta pelo seu reconhecimento como trabalhadora apontam para a convergência entre as transformações políticas e econômicas mais amplas pelo qual passava o meio rural após o fim da ditadura empresarial militar quanto para esse processo mais longo que nos indica as razões de termos, nesse período, a eclosão de tantos movimentos de mulheres. A *socialização política*, tal como sugere Cappellin (1987), ao mesmo tempo em que ocorre na dimensão mais estrutural das relações políticas dominantes, tece caminhos “subterrâneos” por meio de relações familiares, por meio da participação em associações locais e ligados à Igreja mas que são capazes de acionar a “coletividade”. A contraposição ao sindicalismo oficial, atrelado ao Estado, possibilita nesse período um discurso radicalizado, de ruptura com não com o sindicalismo como um todo, e sim com a sua concepção mais conciliadora. Mesmo que jamais haja rupturas absolutas e, aqui, reivindicamos exatamente a observância das permanências, essa “brecha” foi habilmente aproveitada pelas mulheres rurais que passaram a associar suas práticas à trabalhos produtivos:

O movimento começou era em 1983 e eu comecei a participar em 1985 e a partir dali, então, tudo que aconteceu no movimento a gente participou. Não de todas as atividades, mas a maioria das atividades. Foi mais através da Igreja, que a gente ficou sabendo dessas coisas, na verdade começou o dia 8 de março começou a ser realizado na paróquia, nas paróquias das Igreja começou. Então era assim mais os pastores e os padre que mais que incentivava. Eu fiquei sabendo porque outras mulheres foram e aí eu perguntei como é que tinha sido e tal e eles falaram que era muito bonito, que era o dia da mulher e a gente tinha que participar, que eles falavam que era pra ir todas as mulheres, né. E aí a partir dali eu também comecei a participar, e eu comecei a participar das reuniões, dos encontros, e aí depois e nesse mesmo tempo

já acontecia reuniões em Chapecó e aí em Chapecó eles começaram a fazer uma, assim uma direção regional, que é todos os municípios que era perto de Chapecó faziam parte dessa regional. Então foi escolhida uma direção e essa direção começou a tocar o movimento. (Rosalina, liderança do MMC-SC)

A influência do movimento feminista é inconteste. As denúncias acerca da feminização da pobreza e do aumento da condição de vulnerabilidade das mulheres, os estudos que sistematicamente apontavam a disparidade salarial, a ausência das mulheres em posições de poder político ou mesmo em empresas, todas estes questionamentos ressoaram fortemente e alimentaram os movimentos que muitas vezes não se percebiam como tal em sua gênese e, aos poucos, se aproximaram desse campo. De um modo geral, o discurso feminista hegemônico que associava a emancipação feminina com a sua inserção no mercado de trabalho não encontrava correspondência direta com a realidade das mulheres que compunham os movimentos no campo.

Ao contrário, é necessário observar que nem a estrutura sindical existente nem a organização familiar e tampouco suas atividades laborais lhe permitiam uma identificação imediata com o impulso organizativo desse período. Quando questionada sobre a postura de sua mãe sobre o seu engajamento político, A fala de Rosalina revela um contexto diverso, onde a luta pelo reconhecimento do seu trabalho e a ideia de direitos contrastava com o da geração anterior. No trecho em destaque observa-se o “corte” entre a visão de Rosalina, forjada na participação em diversos espaços que naquele momento dotavam de sentido seu engajamento político, e as “preocupações” de sua mãe:

Ela já tinha uma certa idade, e era bem difícil pra ela entender isso, que compreender que a luta é diferente e tudo. Então, ela tinha muita preocupação, medo da gente sair, medo da gente estragar a família, de que disse que isso podia dar problema, né? Depois da gente começar a sair muito de casa e outra coisa que ela se preocupava muito assim também quando as pessoas vinham, né? Procurar a gente, pra gente orientar ou pra gente ensinar a

fazer os remédio, ela ficava preocupada, né? Mas você vai fazer isso, e será que vai dar certo, mas meu Deus do céu. Ela ficava assim bem preocupada, né? Então ela tinha muito isso, pensava no quando que você vai precisar disso, e aí quando a gente se aposentou a gente fica olhando, olha se a gente não tivesse começado, lutar, né? Porque eu, já faz agora quase dez anos que a gente recebe esse benefício, que eu me aposentei com 55. E eu sempre digo assim: eu tenho prazer de receber, todos os meses que eu vou pegar o meu salariozinho é pouco e tal, mas eu sei que foi uma conquista e uma luta porque a gente enfrentou, a gente foi pra frente dos bancos, foi pra frente do INSS e foi uma luta, né? Porque na verdade, na verdade, quando começou o movimento eu já fazia parte, era catequista, era de gente assim também já da pastoral que já tava, que já tinha surgido a pastoral de saúde, já tinha, nós já fazia esse trabalho, né? De ajudar, dentro das comunidade, de trabalhar essa questão das alternativa que melhorasse pra saúde, tudo. Eu já naquela época eu fazia muito assim de cadastramento, saneamento básico, fazia vacina, injeção, pras pessoas, tudo na época vinha procura, porque não tinha posto de saúde, não tinha os atendimento, não tinha nada disso, daí o povo procurava a gente pra fazer. Mas daí assim, muitas coisas eu pensava que eu tava, nesse caso até que a mãe também dizia, eu pensava sempre assim: será que eu tô agindo certo, será que isso: sair de casa, ir lá pro curso, será que isso, né? Eu tô fazendo correto? Depois com a organização que começou, nasceu lá nessa comunidade, né, e aí depois ela veio a expandindo assim pra todo município. Daí nós tinha uma reunião no município, com as mulheres, com as lideranças que nós fomos convidada e tal. Aí a gente começou a ver assim, abriu assim um campo, porque mostrou assim que a mulher era capaz, e que a mulher tava agindo certo sair pra lutar, porque nós era visto assim como uma, é, uma questão assim, que você é, é um instrumento, né, na família, no homem, pro homem, pra todo assim, mas era um instrumento de trabalho. Porque você tinha que prestar serviço, fazer comida, atender tudo que precisava, atender os filho e tal e você não tinha um direito teu, nem de você ter um documento, nem de você ter identidade.

Souza-Lobo (2011) coloca que o cotidiano é o espaço de reconhecimento das mulheres e que suas falas constantemente se constroem a partir dessa experiência. Porém, se as mulheres sempre viveram no cotidiano, como os problemas sociais do cotidiano deixaram a obscuridade e se transformaram em

problemas também políticos? (p. 223) Ocorre que, se o questionamento da estrutura sindical oficialista ou de Estado incidiu decisivamente na ampliação das estratégias políticas, o engajamento das mulheres rurais nesse processo parte de suas resistências cotidianas. Se, por um lado temos o que Federici (2015) nos mostra, a violência, o controle e o disciplinamento como forma de desvalorização, ocultação e maior exploração do trabalho desempenhado pelas mulheres, também é verdade que existe um alinhavar de formas de resistências que não foram simplesmente “acionadas” num momento favorável. Ao contrário, e não à toa os movimentos de mulheres assumiram enorme projeção mundialmente, essas pequenas ações cotidianas são os pilares que ainda resguardam seu potencial de ruptura dada a sua condição marginalizada a despeito das investidas institucionalizantes que, como aponta Nancy Fraser, capturou parte significativa da energia destes movimentos. Nos movimentos de mulheres rurais, estas práticas e resistências invisíveis se manifestam desde formas de produção baseadas na agroecologia num antagonismo aberto com o agronegócio e a monocultura até a sexualidade.

3.3. Sindicatos, movimentos e a disputa pela representação política das mulheres rurais

Considerar conflitos inscritos na divisão sexual do trabalho e, sobretudo, da ocultação ou desvalorização do trabalho desempenhado pelas mulheres implica em compreender os nexos entre estes e a sua tradução em elemento organizador da existência dos próprios movimentos. Quando apontamos para a socialização política, nos afastamos da visão dos movimentos como expressão de consciência – ao passo que aqui criticamos perspectivas que reproduzem hierarquias em suas análises, tal como a que privilegia o “urbano” ou, no caso brasileiro, as regiões sul e sudeste em detrimento da região nordeste⁴⁷ – e nos aproximamos do “campo de disputas” que envolve um longo histórico que aglutina momentos diversos de mobilizações, greves, insurgências. Estes conformam tradições políticas que, para

⁴⁷ Ver Paulilo (2007)

além do Estado, dialogam com essa estrutura em que se inscreve a divisão sexual do trabalho.

Segundo Boito Jr. (1991) a visão dominante na bibliografia concebe o aparelho sindical oficial como um órgão separado do Estado e controlado, de fora, pela ação do governo. Ao tratar como *aparelho*, Boito Jr. Indica a sua subordinação à burocracia estatal e, desse modo, configuram uma estrutura capilarizada capaz de assumir muito mais um caráter desorganizador das lutas e limitado dada a sua vinculação com o Estado⁴⁸. Como dito anteriormente, a lenta inserção do trabalhador rural ou do camponês – tomados aqui como categorias presentes na disputa política – como fração da classe trabalhadora com representação política se deu com muitos revezes no período que antecede o regime militar, durante o regime, e toda e qualquer resistência foi implacavelmente sufocada e, após o seu fim, o novo sindicalismo e o surgimento dos movimentos sociais impuseram uma nova dinâmica às lutas. Nesses termos, a mobilização das mulheres pelo seu reconhecimento como *trabalhadoras rurais* trouxe consigo o conflito com o sindicalismo oficial. O relato de Edel ilustra essa tensão:

A maioria dos sindicatos era chamado de pelego. Porque eles em vez de ajudar essa questão ali, das mulheres e do povo mesmo eles tavam a favor dos patrões, tavam a favor dos grande, não tava a favor de fazer esse trabalho. Aí muito sindicato simplesmente não fez nada. Não queria nem associar. Foi uma luta também que foi feita pra se associar no sindicato, né? Pra ter vez lá dentro, pra mudar o sindicato, né? Diziam que o homem, porque é o homem que é o responsável. Não a mulher não tem direito". Isso indignava a gente, né.

Rosalina durante a entrevista conta que

Você só ia ter direito se você pagasse. Se você tivesse o dinheiro e pagasse você era atendida, senão quem tinha direito era o homem. É... daí nós tinha o sindicato que era

⁴⁸ A obra *O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical* de Boito Jr. (1991) é referência acerca do tema.

dos trabalhadores rurais da agricultura e quem era sócio era o homem. A sociedade, a carteirinha só saía no nome dele, aí pra você ir lá pra ter algum, uma conquista, um direito, você tinha que levar os documento dele, ele tinha que ir lá autorizar pra você ser atendida. Você era alguém depois dele, tinha que ter então, você, a gente não tinha nada no nosso nome.

A pressão sobre a estrutura sindical imposta nacionalmente pela organização das mulheres contou com estratégias distintas. Pensar na *luta* como um caminho para a conquista de *direitos* pressupõe o reconhecimento de um ator político. Na medida em que não basta a denúncia da invisibilidade do trabalho feminino e faz-se necessária a sua tradução na forma de *direitos*, o protagonismo de tal conquista passa a ser disputado pelas entidades tradicionais muito mais no sentido de tutela do que de cooperação, pelo *novo sindicalismo* que tinha a luta das mulheres como mais uma dentre outras quando da proposta de reformulação da estrutura sindical e pelos movimentos sociais rurais, mistos e aqueles compostos exclusivamente por mulheres. Porém, cabe destacar que se podemos falar em uma disputa pela sua “tutela”, é completamente distinto afirma que esta é um traço a partir do qual podemos demarcar a relação entre organizações autônomas e as demais organizações classistas. A esse olhar que, apressadamente, busca a tutela quase como uma representação da dominação masculina escapa outras formas de cooperação a despeito da diversidade de conflitos. A esse respeito, Andreia, militante do movimento, aponta as mudanças na política sindical:

O sindicato teve muitos avanços e um deles foi o de colocar uma mulher na presidência. Então, tudo começou com esse debate. Depois, com a organização das mulheres, foi-se criando espaços. Com isso conseguimos uma mulher no sindicato, a Líbera Saquete que foi uma liderança muito forte e é até hoje, mas que está um pouco afastada em função da própria doença. Foi uma luta histórica. Primeiro ela assumiu como secretária, fez um bom trabalho junto com as mulheres e conseguiu cativar todo mundo para depois assumir outras lideranças até chegar a presidência. E fez diferença porque a gente passou a ocupar vários espaços, não só no sindicato. Nas próprias câmaras de vereadores. Claro que em proporção

bem menor, mas tivemos participação de mulheres e fomos avançando a vários outros setores.

E segue em sua análise pontuando as distinções entre as concepções de política sindical:

Nunca foi bem assim de ter que ser sócia do Sindicato, porque nós começemo a nossa luta das mulheres por causa assim ó: antes de acontecer o Movimento teve um sindicato que era um sindicato criado na época de Getúlio Vargas que era um sindicato que nós chamava de sindicato "pelego", sabe, que era mandado pelo Estado, né, e nós queria um sindicato que tivesse na mão dos trabalhador, dos agricultor. Mas não era só o sindicato dos agricultores né, era os sindicatos, todos os sindicatos dos trabalhadores também passaram por esse processo né, de renovação, de limpar, vamos dizer assim, tirar os políticos que tavam lá dentro e tal. E naquele processo nós achava que as mulheres tinham que tá inserida nesse sindicato, elas tinham que votar e elas tinham que ser votada, mas daí quando nós fomo ver o estatuto se o meu marido tasse sócio não precisava eu tá porque eu era dependente do meu marido. Então eu não precisava eu ser sócia, então eu não tinha direito nem de votar nem de ser votada, daí a mulher que podia tá sócia no sindicato era aquela que tinha mais de vinte e um anos de idade que daí já era (...) ou uma viúva, daí ela podia ser sócia do sindicato, podia votar e ser votada, o estatuto dizia isso. Foi uma loucura quando nós chegemos a isso, porque nós pensemo: bom, agora só porque sou casada eu não posso ter o mesmo direito que uma viúva.

Caroline - E como foi isso?

Andreia - E daí começemo a querer a mudar o estatuto, mas pra nós mudar o estatuto nós tinha que ter o sindicato na nossa mão, então o que nós fizemo, arrumemo uma solteirona que é a .. solteirona é um modo de dizer, né, que naquela época ela era solteira, mas ela tinha marido, tinha por causa que você falou que vai fazer a entrevista e não é pra mentir, então nós conseguimos que ela fosse sócia do Sindicato e ela ficou na diretoria. Daí, então foi a primeira que entrou na diretoria do Sindicato. Aí nós conseguimos fazer outra chapa e concorrer e ganhemo a eleição. O Sindicato ficou pro nosso lado. Primeira coisa que foi que aconteceu nós mudemo o estatuto, todas as mulheres podiam participar, podiam votar, ser votada e tal.

Ali foi a primeira luta que nós ganhamos, de ser sócia, o direito de ser sócia no sindicato, foi a primeira luta, e junto com esse sindicato, porque daí já tava junto mesmo, que nós banquemos aquela outra luta que nós queria da aposentadoria pra mulher, mas nós pedia a aposentadoria aos quarenta e cinco anos pras mulheres e pros homens cinquenta. É que os homens até aquele momento eles ganhavam aposentadoria, quem tinha direito de se aposentar era o homem com sessenta e cinco e com meio salário mínimo ele se aposentava e a mulher não tinha direito nenhum de se aposentar a não ser as viúvas. E se uma mulher se machucasse lá no trabalho da roça não tinha direito a auxílio acidente de trabalho, não tinha direito nenhum porque ela não era considerada trabalhadora rural, ela era considerada doméstica e nós fizemos essa luta junto também com o sindicato, fizemos essa luta e fomos pra Brasília. Fomos construindo o movimento junto da mesma hora que nós ia fazendo as lutas pra movimento da previdenciária, o movimento ia surgindo, nós ia vendo as lideranças, ia colocando as coordenações e tudo.

Podemos observar que a compreensão dos conflitos cotidianos por parte das mulheres rurais se expressa na diversidade de frentes e estratégias utilizadas. A emergência do movimento ocorre de forma simultânea à denúncia da ausência das mulheres na política sindical, impulsionando assim o questionamento da estrutura anterior e colocando-se como sujeito do projeto de “refundação” do sindicalismo de caráter mais combativo disputando cargos e assumindo a direção em diversos municípios. Dona Carmem nos conta que, nesse período, as mulheres “do movimento” também ocuparam cargos de direção nos sindicatos dos municípios de Chapecó, de Curitiba, de Coronel Freitas, de São Miguel D'Oeste, de Quilombo, de Xanxerê, entre outros do oeste catarinense.

Longe de significar certo espontaneísmo contra toda nossa tradição marcada muito mais pelo autoritarismo do que por experiências democráticas, os movimentos de mulheres rurais – *trabalhadoras* ou *camponesas* – demonstram que a formação de frentes e estratégias de luta, as formas cotidianas de resistência e de organização confluíram para uma dimensão em que a conquista de *direitos* representou uma importante inflexão das lutas no meio rural incidindo sobre a forma como se compreende a divisão sexual e suas conexões com as variações da

nossa estrutura agrária, com as formas de acesso à terra e longa construção do campesinato como sujeito político. Por não insistirmos em polaridades na reflexão sobre a ação política das mulheres (novos x velhos, avançados e atrasados, autônomos x institucionalistas) indicamos que, mais do que sugerir uma “pluralidade de sujeitos”, suas experiências evidenciam a rede geralmente submersa quando enfatizamos somente uma expressão do conflito bem como nos indica as complexa dinâmica inscrita na relação com o Estado.

*Entrei na luta, da luta eu não fujo.
Pelos direitos, da luta eu não fujo.
Pela igualdade, da luta eu não fujo.
Pra construir uma nova sociedade.
A flor na terra desabrocha e floresce.
O sol aquece com seu brilho e esplendor.
Chegou o tempo de colher os nossos frutos
que juntas plantamos, regando com amor.
A mulher explorada da roça e da cidade
acredita sempre na sua força de união.
Se organiza reclamando seus direitos,
perde a vergonha, luta com fé e decisão*

Música: MMA/SC

Capítulo IV.

Os caminhos da representação política e a luta por direitos no campo: Mobilização, organização e representação política das camponesas na região sul

Neste capítulo analisamos os aspectos que contribuíram para a emergência dos movimentos rurais e autônomos de mulheres. Podemos compreender melhor os diferentes significados atribuídos à luta por direitos pelas mulheres rurais se observarmos a vinculação entre as formas de ocupação, colonização e acesso à terra, as profundas e recentes transformações na agricultura brasileira⁴⁹, seu impacto na unidade de produção familiar e o processo de construção de representação da *trabalhadora rural* ou da *camponesa* enquanto sujeito político. Tomando em conta que somente na Constituição de 1988 temos a equiparação entre trabalhadores urbanos e rurais, a relação entre esses direitos e a sua efetivação evidencia uma tensão permanente onde a luta organizada e ação política desses sujeitos torna-se um elemento crucial.

O reconhecimento como *trabalhadora* e o acesso à terra, a despeito das recentes políticas públicas⁵⁰ diretamente destinadas às mulheres rurais, ainda fazem parte de uma realidade frágil. Em *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise* (2004), Maria Ignez Paulilo evidencia como essa articulação, exige a constante denúncia da invisibilidade e desqualificação do trabalho realizado pelas mulheres por parte dos movimentos sociais organizados. Durante o trabalho de campo realizado em Chapecó (SC), observei trabalhos que “se misturam”. Marcada pela colonização alemã e italiana, essa região possui como característica o trabalho em pequenas propriedades e não é simples definir em

⁴⁹ De acordo com Cappellin (1992), tanto as análises das estatísticas, como as pautas dos movimentos sociais, têm evidenciado que a instabilidade do trabalho remunerado que atinge as mulheres rurais deve ser atribuída às modalidades pelas quais se realizou a modernização da agricultura.

⁵⁰ A esse respeito podemos citar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), o “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” por meio dos serviços de Ater para Mulheres, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, o Crédito Pronaf Mulher e a Modalidade Apoio Mulher na Reforma Agrária o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sobre as políticas públicas para mulheres rurais, ver Lopes (2008).

qual momento começa o trabalho destinado à produção nos sítios e o trabalho realizado no espaço doméstico. Partindo desse contexto específico, meu interesse foi perceber como a articulação desses fatores criou condições para a emergência de processos de mobilização e organização.

Fazendo um breve parêntese, as questões relativas às lutas por reconhecimento, como é o caso, podem trilhar caminhos diversos. Nossa escolha teórico-metodológica foi pensar em termos de *processos de socialização política*, considerando esse itinerário como locus de experiência e certo tipo de pedagogia, dotado de abertura para que haja a releitura de formas tradicionais de cultura política bem como de criação no sentido da definição de uma ação enquanto “aposta política”. Assim, a dimensão do *reconhecimento*, nesta pesquisa, está estritamente relacionada à variável “trabalho” tal como este é trazido pelos movimentos em termos de articulação de formas de resistência e vivência.

Porém, com Honneth (2009) poderíamos pensar também a ideia de luta social afastada de uma definição *a priori* de interesses por parte de grupos antagônicos. Para Honneth, faz-se necessário analisar os nexos entre sentimentos morais de injustiça e desrespeito com os momentos de protestos, rebeliões e outras formas de resistência. Em acordo com o autor, o nexo indicado nesta tese entre estrutura agrária, *relações sociais de sexo* e espaços de representação também não pressupõe o surgimento necessário de impulsos organizativos. Dito de outro modo não nasce de interesses pré-estabelecidos e compreender por esse viés nos conduz, obrigatoriamente, a uma avaliação mais ampla sobre as consequências da ação do sujeito.

4.1. Estrutura agrária, relações de trabalho e reprodução social na área rural de Santa Catarina

Os movimentos de mulheres rurais não destacam de forma abstrata as relações de dominação a que estão submetidas. A construção da organização e a sistematização do discurso que sustenta e legitima politicamente a sua intervenção no campo político mobiliza constantemente o elemento “trabalho”, sem o qual é

impossível compreender à quais “constrangimentos” ou direcionamentos a sua ação política obedece⁵¹. Dois caminhos podem ser, portanto, traçados: aquele que busca as aproximações entre as distintas experiências das mulheres em condição subordinada e o que, mais próximo da sociologia do trabalho, centra esforços na compreensão das transformações e reestruturações mais recentes⁵². Carmem Deere (2002) diz que os movimentos feministas na América Latina, nos últimos anos, têm dado mais importância às questões de identidade e reconhecimento (com ênfase nos direitos reprodutivos e fim da violência contra as mulheres) do que às questões relativas aos direitos de propriedade e redistribuição de renda⁵³. Sobre esse aspecto, consideramos particularmente fértil buscarmos um ponto de intersecção.

Retornando à questão dos movimentos feministas, ao mesmo tempo em que temos acordo com a observação da autora sobre a forma como tem se apresentado as pautas dos movimentos de mulheres, nos perguntamos quais as razões para tal, considerando que o acesso à propriedade da terra implica necessariamente numa vinculação com os conflitos no campo que se arrastam por longos períodos e que historicamente conformaram a luta pela reforma agrária. Novamente, chamamos atenção para o fato de que analisarmos esse processo político, foco da tese, a partir do rural, nos conduz à superação de algumas lacunas e importantes conexões entre debates que costumam caminhar separados. Como já expusemos anteriormente, não depreendemos a ação política das mulheres rurais como simples expressão da consciência de uma relação de dominação e tampouco

⁵¹ Não é meu objetivo tratar do debate mais extenso em torno do campesinato, porém vale lembrar aqui o que Thompson diz a respeito do fazer-se classe: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987:10)

⁵² Aqui me refiro ao tratamento que diferentes áreas dentro da Sociologia deram ao tema. São “entradas” distintas sobre um mesmo objeto.

⁵³ Ora evidenciando conquistas e a efetivação de objetivos traçados, ora as contradições inerentes a uma realidade composta por uma teia de processos sociais somente compreendida por meio da análise empírica e distante de qualquer tipo de determinismo. A esse respeito ver também as reflexões de Nancy Fraser (2002). De acordo com a autora, as subordinações de status e classe não podem ser adequadamente compreendidas se analisadas de forma isolada. *Reconhecimento e Redistribuição* não seriam dois domínios sociais substantivos, sendo um relativo à economia e o outro à cultura. Defendendo o que chama de *dualismo perspectivo*, Fraser concebe cultura e economia como interpenetrantes provocando efeitos inesperados.

pretendemos traçar aproximações aligeiradas com outros movimentos de mulheres rurais⁵⁴.

Contudo, e mesmo que as pautas identitárias estejam fortemente presentes, as mulheres rurais possuem uma longa trajetória construída em torno da dimensão do trabalho e aqui extrapolamos a sua compreensão de forma economicista. Ao contrário, o elemento “trabalho” foi catalisador de diversos processos tais como, por exemplo, a denúncia da invisibilidade do trabalho das mulheres, a compreensão do trabalho reprodutivo, do desdobramento destas em movimentos, da transformação nas formas de herança e possibilidades de reprodução social. Nesses termos, o movimento de mulheres no oeste catarinense nos permite explorar a intersecção que sugeri acima sem aprofundar dicotomias entre movimentos pautados pela “identidade” e movimentos “classistas”.

O que Ângela Paiva (2013) denomina como “pedagogia cívica” nos parece de extrema pertinência ao apontar a existência de outros itinerários que reforçam experiências de associativismo, socialização política e conformam novos horizontes. A autora ressalta ainda que são processos lentos, onde novas práticas coexistem com uma cultura política mais tradicional. A coexistência e a possibilidade de surgimento de novas práticas nos sugerem uma capacidade criativa da ação política. Tal fato, longe de significar uma novidade, deve ser compreendido aqui por outro prisma onde tal capacidade criativa se alimenta desse aprendizado proporcionado pelo elo histórico entre formas distintas de expressão de um ou vários conflitos e de organização popular.

No caso aqui analisado, as entrevistas realizadas com as camponesas nos evidenciaram o quanto formas associativas, aqui tomadas também como expressão do que Scott (2002) classificou como *formas cotidianas de resistência camponesa*, são importantes referências tanto do “diagnóstico” de um conflito como “matéria prima” para a sua superação. Traçamos a aproximação destes conceitos na medida em que, para os fins desta pesquisa, nos pareceu importante

⁵⁴ A meu ver, a pergunta poderia ser traduzida da seguinte forma: “Por que apenas algumas mulheres se engajam nestes movimentos e não todas as que compartilham a mesma condição?”.

lançar luz sobre ações que não devem ser presumidas nem concebidas *a priori*, e sim trazidas pela pesquisa.

A dificuldade do acesso à terra devido ao padrão de herança na região, a soma de atividades dentro da unidade de produção familiar e a consolidação de um campo de disputas onde se situa a possibilidade de reprodução social do campesinato são aspectos presentes nos relatos. Nos períodos em que estive em Chapecó, pude perceber a forte pressão sobre o campesinato na medida em que estão sempre acossados pela agroindústria. Se essa é uma realidade em todas as regiões do país, cabe dizer que no caso da região sul ela incide diretamente sobre formas tradicionais de reprodução social, acirrando conflitos que compõem essa dimensão, mas também mobilizando práticas de resistência. Dona Rosalina, uma das lideranças mais atuantes e importante referência dentro do movimento, coloca que:

Hoje nós temos muita dificuldade, na juventude, da permanência no campo. Todo mundo está saindo, procurando outros espaços. Nós olhamos para nossa própria comunidade, olhando nossos próprios filhos também, não sabemos se vamos garantir que eles permaneçam no campo porque o atrativo da cidade, da indústria é muito maior. E o agronegócio vai abocanhando, abocanhando e daqui a pouco estamos sendo engolidos.

A pouca perspectiva de permanência no campo por parte da juventude é um dilema para os movimentos sociais rurais. Na região do oeste catarinense existe uma dinâmica ocupacional que não afasta totalmente a juventude da área rural, porém altera significativamente o tipo de vínculo com a terra e de produção. De acordo com Mello (2006), a região manteve-se até a década de 1970 como um “microcosmo fechado”, e a reprodução da condição camponesa era naturalizada, similar ao destino, e o deserdamento e a impossibilidade de permanência na condição de agricultor era tomada enquanto penalização. No que se refere ao colonato, o autor diz que “aqueles que deveriam migrar para outros ofícios eram avaliados negativamente, pela impossibilidade de permanecer na colônia, pela sujeição que representava o trabalho assalariado e “ir ao mando dos outros”.

Assim, “ficar”, “continua”, “suceder” era valores dominantes no sentido da reprodução social da condição de colono.



Foto 4. Área rural de Chapecó onde se situa os sítios de Rosalina, Carmem e Andreia.

Não obstante, a conjunção de fatores que permitiram o rápido processo de modernização agrícola não se traduziram no desenvolvimento das áreas rurais. Como ressalta Cappellin (1992), o rápido e recente desenvolvimento da agricultura brasileira, mesmo que parcial, setorializado e concentrado em certas regiões, comportou não somente a reorganização do uso da terra e das técnicas de produção, como também transformou as condições de sobrevivência da população rural. A abertura de novas fronteiras acarretou movimentos migratórios em todas as regiões do país e, ao mesmo tempo, a formulação de novas demandas ao Estado e a exigência por ter seus direitos efetivados.

Mapa 1. Região oeste do Estado de Santa Catarina e em destaque o município de Chapecó, onde surge o MMA-SC⁵⁵.



Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina>

Em todo esse processo de reestruturação das relações de trabalho se expandiram as agroindústrias e os “produtores integrados”, forma de produção que mantém o regime de produção familiar, porém subordinado ao ritmo imposto pelas empresas. A dinâmica que combina “modernização” com esse tipo de integração do campesinato tem impactos e velocidades distintos a depender da região. No caso do oeste catarinense, a percepção sobre os obstáculos para a reprodução social em uma região marcada pelo colonato⁵⁶ tem se tornado mais clara a partir da ação destes movimentos na medida em que buscam desenvolver alternativas de permanência no campo como, por exemplo, a produção

⁵⁵ A mesorregião Oeste Catarinense compreende uma área de 27.303,5 mil km², tendo como fronteiras: a oeste, a República Argentina; ao sul, o estado do Rio Grande do Sul; ao norte, o estado do Paraná; e a leste, as mesorregiões Norte Catarinense e Serrana. É constituída pelas microrregiões geográficas de São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Xanxerê e Joaçaba. O município de Chapecó, onde concentramos a pesquisa de campo, possui segundo estimativa a partir dos dados do censo IBGE (2010) cerca de 213.000 habitantes.

⁵⁶ Costuma se associar o *colonato* a práticas e costumes que remetem à mão de obra imigrante de origem europeia. De acordo com Seyferth (2013), colono é a categoria oficial que passa a ser usada pelo senso comum para qualificar, etnicamente, os “pioneiros” e seus descendentes, cujos relatos destacam a vida difícil do “desbravamento” da floresta e da ausência do Estado. A esse respeito ver também o verbete *colonato* em MOTTA (2005).

agroecológica⁵⁷. Mais adiante veremos mais essa questão, por ora cabe destacar que o oeste catarinense teve como marco da sua colonização o ano de 1920 com a chegada de imigrantes vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul, onde já estavam esgotadas as terras destinadas à colonização. Conforme aponta Barbosa (2016),

salve as dificuldades que os/as colonos/as vivenciaram, foi em virtude do dinamismo socioeconômico gerado pelas primeiras colônias de imigrantes europeus que se configurou na sociedade gaúcha uma transição capitalista com padrão de acumulação fragmentado e desconcentrado. A produção colonial levou ao desenvolvimento mercantil, e houve no final do século XIX um deslocamento da economia do sul da província - baseada na pecuária extensiva, em declínio devido ao fim do escravismo e crise econômica no setor de produção de charque e couros - para o norte, onde se concentrava a agropecuária colonial. Assim, ocorreu o avanço da fronteira agrícola regional com o estabelecimento dos descendentes das primeiras. Com a expansão agrícola do noroeste do RS, os camponeses gaúchos descendentes de imigrantes europeus eram atraídos pela propaganda de prosperidade que a região Oeste Catarinense propiciava. (BARBOSA, 2016: 25)

Esses imigrantes, de origem alemã e italiana, consolidaram a colonização da região, a qual chegou ao seu auge nas décadas de 1950 e 1960 quando já se encontrava praticamente toda ocupada⁵⁸. A partir deste período (décadas de 20 e 30), tornaram-se notáveis as determinações dos colonos como grupo dominante (com o apoio oficial e de instituições de suporte), que cristalizaram as formas de

⁵⁷ De acordo com Barbosa (2016), 68% da população do município era rural no ano de 1960; em 1970 esse número caiu para 59% e em 1980 reduziu para apenas 34%²⁹. Ou seja, em apenas duas décadas o município se urbanizou e metade da população rural deixou o campo.

⁵⁸ Não abordaremos as distinções e conflitos étnicos oriundas das diferentes fases de ocupação e colonização, sobretudo, no que se refere ao período anterior a 1920. Porém, é importante destacar que embora a região tenha forte presença de imigrantes europeus, é preciso compreender que as diferentes fases e também essa primeira movimentação de imigrantes que já tinham ocupado o Rio Grande do Sul e, posteriormente, foram para o oeste catarinense. Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que a região possui um processo de ocupação anterior à colonização por grupos indígenas (guaranis, kaingang, caboclos). A inserção de novos grupos sociais aconteceu a partir da sobreposição aos grupos anteriores e não por fases sucessivas. As mesmas foram acompanhadas pela periferização geográfica dos índios e dos caboclos, inclusive em termos cultural, social e econômica, uma vez que foram confinados em espaços sem aptidão para as atividades da extração vegetal, da agricultura e da pecuária evidenciando a segregação étnica, na ocupação territorial do Oeste Catarinense. (Boni, 2012)

uso do solo que constituíram uma territorialidade específica no Oeste Catarinense. E, como citamos acima, a partir desse momento a região (assim como outras do país) passou a gerar excedentes populacionais que migraram para as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Segundo Boni (2012), o governo do Estado fez grandes concessões de terras às empresas colonizadoras. Estas, por sua vez, demarcavam e vendiam os lotes de terras aos agricultores recém-chegados. Esses colonos, como são denominados os agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães, encontraram terrenos montanhosos e de difícil acesso. No entanto, a maioria deles já estava habituada a este tipo de relevo em seus países de origem. Havia ainda outros aspectos políticos e econômicos envolvidos na colonização por imigrantes: valorização de terras; mão de obra para as fazendas de café; “branqueamento” e “aprimoramento” da raça⁵⁹.

Paulilo (2007) e Brumer (2004) apontam que há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Tal padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por meio do casamento. Na herança da terra elas sempre correm o risco de serem alijadas pois, como a herança está associada ao pagamento de serviços prestados na terra, o alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. O padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. Ainda assim, ambas as autoras afirmam que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos e as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável.

⁵⁹ As políticas de embranquecimento do país começaram ainda no século XIX, com o incentivo à imigração europeia. Esse é um assunto que extrapola os objetivos da tese e, por essa razão, não será aprofundado.

Mapa 2. Municípios do Oeste Catarinense



Disponível em: <http://goo.gl/ilrIjR>. Acesso em: 18/04/2017

Maria Ignez Paulilo (2007) nos mostra em suas pesquisas que esta questão nem sempre é citada abertamente pelas mulheres e que, por vezes, sua descrição é feita com ares de conformidade e naturalidade. Contudo, as entrevistas realizadas pela autora revelaram aos poucos um sentimento de revolta permeado por alegações de que trabalharam tanto quanto seus irmãos. Tal alijamento reflete o não reconhecimento do seu trabalho como característica deste padrão de herança. Vale apontar que nem todos os filhos homens herdaram terra quando a propriedade é pequena, mas há um mecanismo de compensação onde os filhos não herdeiros recebem apoio para estudar até adquirir uma profissão ou os pais lhes dão “um comecinho de vida”, ou seja, capital para começar algum pequeno negócio. (PAULILO, 2007)

A compensação para as mulheres é o dote por ocasião do casamento, que pode ser composto por roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de

costura, uma vaca de leite ou uma porca e a festa do casamento, que tanto pode ser financiada somente pelos pais da noiva, como pelos pais de ambos os cônjuges. Sendo comum ainda que só um ou dois desses itens sejam doados quando os pais são pobres:

Constata-se que na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina é nítida a preferência familiar masculina na escolha do sucessor. Em geral, as filhas não herdam a terra, recebem sua parte da herança na forma de auxílio para estudar, ou quando casam, recebem um dote em dinheiro, animais ou equipamentos que iriam compor o patrimônio da futura unidade. (Mello, 2006: p.10)

Até o final da década de 1960, dentro dessa estrutura do colonato, os moldes da reprodução social reforçavam códigos éticos e morais que estimulavam a mulher a permanecer como um elo fundamental da cadeia produtiva. (Mello, 2006). Tal estímulo, contudo, se dava por meio do reforço de relações desiguais e excludentes. A questão da herança se torna dramática se a tomarmos como uma das consequências da modernização conservadora que se intensifica no Brasil e no Oeste de Santa Catarina com o surgimento das agroindústrias e com impacto direto na reprodução do campesinato⁶⁰.

Em *O peso do trabalho leve* (1987), a autora compara pesquisas realizadas em todas as regiões do país e conclui que a distinção entre trabalhos que são “leves” e “pesados” são uma classificação comum a todas a fim de dizer quais atividades cabem às mulheres e crianças e quais cabem aos homens. Destaca, portanto, que estas são categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as

⁶⁰ Como assinala Barbosa (2016) a modernização conservadora da agricultura brasileira que ocorreu nos anos 1970 foi o resultado de um conjunto de políticas públicas que tinham como objetivo transformar o latifúndio em uma grande empresa capitalista ao invés de democratizar a estrutura agrária brasileira através da reforma agrária. Cabe ainda destacar que o Estado brasileiro teve papel central nesse processo ao criar formas de viabilizar este modelo. Como estratégia, além da concessão de créditos, temos a criação em 1973 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em 1974 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), ambas as empresas públicas vinculadas ao então Ministério da Agricultura, atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Trabalho “leve” ou mesmo a ausência de percepção de suas atividades enquanto trabalho são partes constantes no cotidiano dessas mulheres.

Acompanhando a trajetória das entrevistadas, o lugar da mulher associado ao trabalho doméstico ainda é presente na memória e uma referência do que pretendiam transformar. Essa tradição que se consolida com a imigração, baseada na pequena propriedade – colonato – define também a divisão sexual do trabalho. As fases de reestruturação e modernização conservadora da agricultura tiveram um impacto perverso, acirrando essa divisão. Ao longo do século XX temos então a consolidação de um tipo de colonização na região, ao passo que tal “modernização” incidiu fortemente implicando numa permanente adequação dos arranjos produtivos. Abaixo podemos observar como alguns desses elementos surgem na fala de Rosalina, uma liderança histórica do MMC:

Minha mãe, coitada, ela também era analfabeta e ela imaginava que isso não ia dá em nada, porque ela, naquela época ninguém tinha, as mulheres eram vistas como as dona de casa e que tinha que trabalhar e trabalhar e era uma obrigação da mulher cuidar do serviço da casa e da família e dos filho e isso era sagrado, que era uma obrigação. Então até estudar quando eu era moça, assim menina nova que eu queria estudar eles também diziam, daí ela dizia pra mim: "não adianta você estudar, depois quando tu casar teu marido não vai deixar você trabalhar fora, não vai deixar você fazer outra coisa e vai tudo em vão esse sacrifício de você estudar". Aí eu dizia: "Mas eu não vou aceitar isso". Ela disse: "Não, mas é assim. Quando a gente casa a gente tem que, o que o marido mandar tem que fazer, tem que acompanhar, tem que fazer". Ela tinha isso, né? A compreensão de que, naquela época elas viam dessa forma, e ela sempre foi muito assim, de cumprir aquilo era.

Quando se introduz a possibilidade de uma ruptura com a forma tradicional de se conceber a divisão sexual do trabalho torna-se evidente para estas mulheres, que esta relaciona duas dimensões. A percepção deste vínculo

passa a exigir destas mulheres estratégias que, de forma lenta, criaram as condições para transformá-lo. Contudo, poderíamos com Fraser (2002) traçar uma leitura acerca do nexo entre relações de trabalho e reprodução social e apontar que, num momento de mudança social, temos que ter em conta o surgimento de consequências inesperadas. A reprodução social de um determinado grupo, evidentemente, comporta variações e mudança.

O que observamos com base nos relatos e analisando os materiais produzidos pelo movimento ao longo de mais de três décadas é a complexa teia de processos que comportam tais mudanças na estrutura agrária (com o avanço de complexos sistemas integrados com ênfase na agroindústria), nas relações de trabalho (e na divisão sexual do trabalho) e nos arranjos familiares. Assim, o movimento de mulheres e as demais formas de organização dos camponeses (movimentos e sindicatos) do oeste de Santa Catarina, assumiram concretamente uma posição central no que se refere às condições de reprodução social⁶¹.

Neste campo, os elementos tratados até aqui, demonstram a necessidade de se manter crítica à perspectiva simplista que associa “emancipação” e/ou “autonomia” à dimensão econômica a partir de um olhar que sobrepõe o urbano ao rural e as relações de assalariamento às demais. Ao nos debruçar sobre estes aspectos tomando por base a experiência destas mulheres (de forma concreta em seus contextos e não de forma abstrata) nos coloca, de imediato, a responsabilidade de considerar suas formas de trabalho e resistência como locus privilegiado para se analisar o que está em jogo na correlação entre macro processos sociais e dinâmicas de caráter local. Por mais arbitrária que seja esta distinção, aqui me refiro ao que podemos “extrair” da pesquisa empírica de um caso específico para iluminar a compreensão das recentes lutas por direitos (e o reconhecimento não apenas pelo Estado, mas pela teoria sociológica), bem como das diversas formas que, a todo tempo se reinventam, de desvalorização e

⁶¹ De forma geral, e dada a conformação da nossa formação e inserção econômica bem como nossa histórica concentração fundiária, nos períodos de acirramento de conflitos agrários os movimentos sociais rurais ocupam lugares onde a mobilização popular, de forma catalisadora, expõe elementos de identidade e também de novos horizontes. Sobre o contexto específico tratado nesta pesquisa, assentado no colonato, ressaltamos a relação entre trabalho e reprodução social. Isto é, ressaltamos o desafio de se encontrar “brechas” e, a partir delas, apontar cotidianamente a possibilidade arranjos alternativos.

ocultação do trabalho realizado pelas mulheres não só em termos de produtividade no sentido estritamente econômico, mas também social tal como nos mostra Federici (2015, 2012)

A conquista de direitos por parte das mulheres rurais em fins da década de 1980 implica em uma elaboração simbólica por parte destes movimentos ao indicar a necessidade de novos vínculos entre a produção e a reprodução social. Sobre este aspecto, Cappellin (1992) vislumbra que a atividade profissional de produtora rural poderia ser um exercício para ampliar a tradicional identidade doméstica feminina, já que exige uma maior competência técnica, uma racionalidade organizativa e uma prática administrativa. Assim, simultaneamente, essas novas capacidades poderiam redimensionar o valor aparentemente "privado" e invisível das práticas domésticas cotidianas. Dito de outra forma, quando a mulher rural se profissionaliza como trabalhadora, ocorreriam transformações culturais e econômicas que incentivam o grupo familiar a rever o sentido das práticas ligadas à própria definição tradicional de feminilidade. Ainda segundo a autora, se alteram também as fronteiras entre as atribuições sociais do feminino e do masculino e se corrige a tradicional exclusividade da imagem do homem provedor.

4.2. *Relações sociais de sexo no campo*

Tratar das *relações sociais de sexo* no campo, nos termos desta tese, exige que uma observação seja feita. O impacto da modernização conservadora no Brasil teve uma série de desdobramentos sobre formas tradicionais de relações de trabalho e de reprodução social do campesinato acirrando ainda mais conflitos históricos e impondo aos movimentos sociais organizados a necessidade de uma “tradução” destes em termos de resistência e construção de alternativas concretas que viabilizassem a permanência na área rural⁶². Meu ponto é: as *relações sociais de sexo*, consubstanciais e coextensivas, nos leva a conceber o lugar da ação

⁶² Aqui não detalharemos como esse processo se desenvolveu, dado que não é meu objeto. Porém, meu ponto é indicar como essas transformações incidiram no contexto catarinense e orientaram as ações do Movimento de Mulheres Camponesas e a sua legitimidade na região.

coletiva enquanto expressão de dimensões indissociáveis. Como expusemos anteriormente, tratar em termos de relações de *gênero* com ênfase na condição feminina como elemento capaz de aproximar experiências distintas nos colocaria uma série de limites ao lançar luz sobre uma parte do fenômeno e deixar outros tantos na penumbra⁶³.

Os movimentos sociais não agem sobre uma dada realidade, exterior a eles. Ao contrário, são fruto de relações históricas, estão imersos nela e, constituírem-se em atores políticos não os afasta destes vínculos que dão substância às experiências concretas daqueles que neles se engajam. Logo, quando observamos suas práticas (em termos de recursos discursivos e conexão histórica com determinadas tradições políticas) consideramos que estas traduzem tal coextensividade ao nos permitir analisar de forma correlata as formas de dominação e reprodução da condição subordinada da mulher a partir da desvalorização e invisibilização do seu trabalho (ocultação das formas de acumulação primitiva, de acordo com Federici) as resistências cotidianas, os impulsos organizativos e a sua expressão nos termos da disputa política por representação e na luta por reconhecimento, já numa esfera mais ampla, a qual somente a construção do objeto de pesquisa pode dar contornos mais precisos.

O conceito de *relações sociais de sexo* não foi construído a partir de observância das áreas rurais tampouco no contexto de um país de capitalismo periférico. Contudo, consideramos que de forma alguma tais fatos desabilitam a sua utilização. Tendo em conta a necessária cautela teórico-metodológica, para os fins desta tese, pensar em termos de coextensão e consubstancialidade nos permitiu indicar a relação entre fenômenos constantemente analisados de forma isolada onde alguns elementos, não raro, surgem como secundários ou sem peso explicativo. A pesquisa junto às mulheres camponesas indicou a impossibilidade de se compreender as formas assumidas como *política* e que orientam as suas ações para uma “aposta política”, isto é, uma ação organizada e direcionada compreendida como *fazer política*, sem articular a divisão sexual e as formas que estruturam as relações de trabalho em determinada região. Assim, torna-se

⁶³ Ademais, por esse viés não raro reforça-se a simplificação de que falar em gênero é falar de mulher quando, na verdade, deveria tratar-se como uma relação.

imprescindível à análise tratar das formas de organização que permitem aos grupos sociais subordinados ferramentas de interpretação da realidade bem como da conjunção de experiências de resistência e a sua incidência nas relações sociais, capazes que são tanto de reproduzir velhas práticas quanto gerar mudanças significativas.

Segundo Kergoat (2010), pensar em termos de *relações sociais de sexo* nos permite lidar com o aparente paradoxo onde temos inegáveis e fantásticas transformações ao longo de todo século XX, ao passo que permanecemos com um alarmante fosso entre homens e mulheres. Tal como Fraser (2009) em *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, é possível falar em deslocamentos capazes de garantir a reprodução ampliada de capital e a sua permanente reestruturação a partir da “apropriação” de parte das reivindicações do movimento feminista identificado pela autora como da segunda onda. Evidentemente, não se trata de toda a diversidade de insurgências e movimentos de mulheres. Fraser busca ser precisa em sua análise e sugere consequências inesperadas e perversas de um fenômeno tão importante como as lutas por igualdade e emancipação.

Por caminhos distintos, ambas se questionam sobre como se equilibra hoje a promessa de continuidade de um processo amparado na denúncia da dominação e de luta por novas relações, mais solidárias e de responsabilização coletiva, quando observamos o aprofundamento de conflitos e contradições, sobretudo, nos países de capitalismo periférico. A esse respeito, Kergoat concebe que as relações sociais não são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa (*enjeu*). O sentimento compartilhado por mulheres jovens a respeito das possibilidades de exercício de uma distribuição de tarefas mais igualitária, de que o sucesso profissional é possível e de que a igualdade está garantida ou pode ser realizada rapidamente evidencia um paradoxo, na medida em que não corresponde à realidade tal como a experimentamos. Tal paradoxo seria fruto da “mistura” de dois níveis da realidade: o das relações intersubjetivas e o das relações sociais. Se o primeiro permite a expectativa de “acordos” ou “negociações” entre indivíduos, o segundo permite compreender os deslocamentos que, com ares de mudanças estáveis e consolidadas, reproduzem desigualdades:

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado ha um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. (KERGOAT, 2010: 94)

Desse modo, não é simplesmente por ser mulher que as camponesas tornam-se “potencialmente subversivas” quanto à *relação social de sexo*. Em acordo com Kergoat, consideramos que o sujeito das lutas não se justapõe ao sujeito da dominação. Portanto, a construção em sujeito coletivo capaz de produzir novos sentidos por parte destas mulheres camponesas é um elemento fundamental para a compreensão tanto das transformações mais recentes em torno da conquista de direitos, mas também dos deslocamentos de conflitos de que tratam Kergoat (2010) e Fraser (2009) ⁶⁴. Quando analisamos os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras ou camponesas, não estamos lidando com categorias auto explicativas das quais posso optar por uma sem dar tratamento sociológico à outra. A não naturalização destas expressões das relações sociais, fato que Souza-Lobo apontava em sua obra *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência* problematizando leituras correntes que tomavam a classe como social como homogênea, nos apresenta outro olhar sobre o vínculo entre as dimensões econômica e política da vida social ao afastar-se de determinismos de toda ordem, de dualismos que reduzem o escopo analítico e de perspectivas mais normativas acerca dos movimentos sociais. Assinala Kergoat que

⁶⁴ Não nos aprofundaremos sobre este tema. Porém, consideramos que consubstancialidade e coextensividade são conceitos capazes de indicar férteis reflexões acerca das distinções internas ao que genericamente se concebe como “movimento feminista” no sentido que tais deslocamentos criam, em cada contexto, formas diversas de dominação e conflito. Por essa perspectiva, é possível pensar em termos menos lineares o desenvolvimento dos movimentos feministas apontando suas contradições como elemento explicativo e não como um paradoxo.

quando realizava uma pesquisa sobre trabalhadoras, eu procurava explicitar que, com o termo “trabalhadoras”, não buscava apenas “mulheres”, mas tampouco “trabalhadores”. Por isso, evitei naturalizar a expressão “mulheres trabalhadoras”. Ao contrário, tentei mostrar como elas se inscreviam de maneira original nas relações sociais de sexo, assim como nas relações de classe. O problema era mostrar como elas muitas vezes se constituíam, em suas lutas, como sujeitos coletivos de sua própria história, sujeito completamente original em suas práticas, e como sujeito sempre em transformação e irreduzível a uma única categoria. (KERGOAT, 2010: 97)

Abaixo, transcrevo a fala de Isaura. Militante do Movimento de Mulheres desde meados da década de 1990, ela nos apresenta exemplarmente o lugar de onde se constrói a luta das mulheres no meio rural relacionando aspectos da vida cotidiana, da produção na unidade familiar e o desafio de persistir no campo a despeito de uma economia que privilegia o agronegócio:

Eu acho que o principal desafio e enfrentamento e a dificuldade e o inimigo nosso é o patriarcado e o modelo capitalista, então é o sistema patriarcal e é o capitalismo, que aí essas formas da produção de alimento saudável, da questão do combate à violência praticada contra as mulheres, ele é um desafio no sentido de enfrentar esse sistema, que ele é patriarcal e que ele é capitalista, que é a resistência também porque é muito difícil pra mulher, porque quando ela vai produzir alimento saudável ela enfrenta as duas coisas, porque ela tem que enfrentar dentro da própria família que é tanto a questão do modelo de produção que ele é capitalista, que usa agrotóxico, que tá nas integrações, se nós pegar a nossa região extremo oeste de Santa Catarina, oeste, é muito forte a integração com aves, suínos e ultimamente muito com vaca de leite. Então as famílias entraram nessa questão, que os técnicos convenceram e tal. E entraram nessa lógica da integração, que depois é muito difícil sair, o fumo é muito forte também, e que é muito uso de agrotóxico. Então quando a ela vai produzir alimento saudável ela enfrenta isso, enfrenta o modelo de produção que ele é capitalista e que é com agrotóxicos e, ultimamente, com os transgênicos.

Isaura ressalta vários aspectos resultantes da “integração”. O tipo de assistência técnica hegemônica e que reproduz os interesses dessa forma de produção, o uso de agrotóxicos e transgênicos, são fatores que se contrapõe às práticas das mulheres que, ao longo desses anos, traduziram estes saberes formas de resistência. Destaca ainda que:

ela também enfrenta o patriarcado porque ai é produzir alimentos passa a ser uma prioridade, então ela vai desde disputar onde vai se plantar o alimento, porque o que acontece, geralmente os piores pedaços de terra é pra produção de alimentos e ai é dito como as miudezas, que as mulheres vão plantar as miudezas. Então é lá onde não vai os boi pra passar o arado ou onde não vai o trator, ou onde é muita pedra, ou onde não dá bem o milho, o fumo, não sei o que, então é onde vai plantar as miudezas. Então é o secundário, a partir do momento que as mulheres fazem essa discussão, de que não é esse modelo de agricultura que nós queremos, nós não queremos a monocultura, nós não queremos eucalipto, que nós não queremos comer eucalipto, então isso e é o deserto verde e é então essa denúncia. Aí elas vão pro anúncio que é a produção de alimentos saudáveis, elas passam a enfrentar isso também, então agora não é mais secundária a produção de alimentos, ela é prioritária. Então primeiro nós vamos pensar na produção de alimentos porque é o que nos dá sustento e é o que nos dá vida, o trabalho da família e todas as outras produções da família só são possíveis se tiver uma boa alimentação, porque senão daqui a pouco planta tudo milho, vende e vai ter que comprar até o alface, então começa a se fazer esse tipo de discussão e ai o enfrentamento que também não foi tranquilo, que em dois mil e sete também foi dito por alguns dirigentes homens que era coisinha de mulher.

Nestes termos, ao analisarmos as *relações sociais de sexo* no campo, não estamos lidando somente com uma dimensão de um conflito na relação desigual entre homens e mulheres, e sim da correlação entre diversas ordens de conflitos sem que um possa ser pensado sem o outro. Somente por meio da análise conseguimos trazer estes elementos a fim de explicar determinado fenômeno. No caso das mulheres rurais, podemos partir de características já fartamente ressaltadas na literatura: trabalho desqualificado ou invisível, dificuldades de

acesso à terra e a direitos conquistados, dentre outras. O que buscamos ressaltar é que a suposição a priori do nexos entre estes fatores, obscurece como este se realiza concretamente na vida destas mulheres que são de carne e osso e não uma categoria abstrata. A reprodução do discurso que o próprio movimento faz de si é outro limite encontrado quando se naturaliza a relação entre os processos sociais citados. Evidentemente, o discurso dos movimentos é parte fundamental da análise, na medida em que indica não somente uma apresentação “para fora”, reforçando uma identidade que deve ser absorvida pelos “de dentro”, e sim como expressão concreta da construção do sujeito coletivo e da vida concreta daqueles que neles se engajam. Faz-se necessário, portanto, um olhar de “baixo para cima”.

O que a pesquisa junto às mulheres camponesas⁶⁵ demonstrou pode ser apresentado a partir de dois pontos: *i*) o tipo de colonização levado a cabo na região oeste de Santa Catarina ao longo do século XX obedeceu à dinâmicas econômicas que combinava o “esgotamento” e a expansão de um modelo que já se desenvolvia no Rio Grande do Sul com investidas da política nacional com investimentos que atendiam tanto à ideologia do branqueamento como à nova configuração da relação de trabalho no país. Esse histórico da estrutura agrária da região é mobilizado pelas mulheres de forma complexa e, como veremos adiante, não é possível depreender das formas de conflito o que surgiu em termos de organização política. Dito de outro modo, não é possível desconsiderar o Estado como parte das formas de conflitos inscritos neste histórico da ocupação da região, tampouco em como estratégias cotidianas criam condições para o surgimento de ações coletivas e a construção de sujeitos políticos; e *ii*) a distinção entre os movimentos de mulheres rurais – trabalhadoras ou camponesas⁶⁶ - pode ser entendida a partir da heterogeneidade da classe social que, além de ter dois sexos como nos lembra Souza-Lobo (2011), constrói culturas e tradições políticas a partir de experiências concretas de resistência. Partindo desta observação, podemos melhor contextualizar aquilo que Paulilo (2009) considerou como tutela

⁶⁵ Sobre esta mesma questão, desenvolvida no contexto da área rural pernambucana, ver Bordalo (2011). Nesta pesquisa, analisamos a vinculação entre as tradições políticas, que também foram “atualizadas” em um novo contexto indicando a necessidade de problematizar perspectivas mais normativas sobre os fatores que possibilitaram a emergência destes movimentos no sertão pernambucano.

⁶⁶ Considerando estas como categorias políticas forjadas na luta por representação.

ao diagnosticar o maior vínculo dos movimentos de mulheres da região nordeste com o sindicalismo rural ao passo que as mulheres do sul teriam desenvolvido melhor sua concepção sobre o significado e importância da “autonomia” (dado que são movimentos compostos exclusivamente por mulheres).

4.3. O surgimento do movimento de mulheres rurais no oeste catarinense

“A gente tinha uma força sabe, daí eu gostava. Meu Deus! Chegava fazia todo serviço, tirava leite, arrumava a comida pra eles ia pra casa de novo, tira leite de novo quando a gente se encontrava. Eu estava feliz da vida”. (Gema, militante histórica do MMC)

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) teve seu início em 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó. Assim como outras iniciativas de organização popular, o MMA/SC teve uma estreita relação com as Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica. Nas pesquisas de pesquisadoras como Paulilo (2007, 2000), Salvaro (2010) e Boni (2012) é destacada a importância da política sindical na orientação do movimento que teve como primeiro objetivo assumir a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó. O êxito desta empreitada veio em 1982. A própria pluralidade de ideologias política que marcará esse período coloca em cheque a hegemonia da geração de dirigentes formados anteriormente⁶⁷.

O descontentamento com a estrutura sindical levou nos anos 1980 à constituição de movimentos sociais autônomos quebrando, assim, o monopólio da representação dos trabalhadores rurais e intensificando as lutas no campo. (Medeiros, 2014). De acordo com Barbosa (2016), no Oeste de Santa Catarina, a

⁶⁷ Cabe destacar que as Comunidades Eclesiais de Base na década de 70, assim como o trabalho de diversas pastorais, representaram papel fundamental para a formação da ação coletiva para demandas por redemocratização. As Seus eram espaços de reflexão social, política e religiosa que, a partir de uma leitura específica da Bíblia que enfatizava aspectos da realidade social dos grupos em que estavam presentes, estimulava-se a organização e participação política como forma de promoção de justiça e igualdade.

atuação pastoral foi fomentada pelo bispo da diocese de Chapecó, Dom José Gomes, que chegou em 1968. As ações das pastorais sociais ligadas à Teologia da Libertação são lembradas pelas mulheres como um elemento importante naquela conjuntura, fato que se repetia em outras regiões. A relação entre setores progressistas da Igreja Católica e a sua inserção nas áreas rurais tornou-se um caminho para que muitas mulheres se aproximassem das articulações entre estes setores e os sindicatos. Tal aproximação não estava isenta de tensões. Quando questionadas acerca deste período, é notória a distinção entre a figura de Dom José e a relação anterior com a Igreja. Andreia Silva, liderança do MMC, nos conta que:

A: Eu acho que aqui a gente não pode deixar de falar todo o contexto histórico da luta de Dom José, da teologia da libertação. Ele já é falecido, mas foi um marco para nós, uma luz, um guia, e desde que eu me conheço tenho isso muito presente porque com a teologia da libertação, criou-se espaços para os movimentos sociais, tanto que a fundação do movimento de mulheres agricultoras foi com a ajuda de D. José, que organizou e apoiou as mulheres. Até então era difícil, mas como era puxado pela igreja, não foi tanto. Claro que Dom José também sofreu muita perseguição, teve a luta dos indígenas na nossa região... Ele foi um marco para nós, tanto que nas nossas bandeiras de luta ele ainda está muito presente.

C: E outras pessoas ligadas à Igreja ajudavam?

A: Ele foi a figura principal. Claro que nós tivemos vários padres que contribuíram para fortalecer várias irmãs, mas o Dom José foi o mestre que ajudou a gente a pensar, a sair desse campo do conforto e ir para o embate, para a discussão, porque até então as mulheres não tinham documentação, nem identidade, éramos vistas como “do lar”, não se tinha acesso a nenhum direito. INSS, que na época era INAMPS, não se tinha acesso. Eu lembro, a mãe conta muito essas histórias, que tudo começou com isso. Elas começaram a se documentar, bloco de notas que até então era no nome do homem passou a ser conjunto com a mulher. Foi muita resistência para isso ocorrer.

A fala de Gema, outra liderança, também é emblemática dessa memória da figura de Dom José:

G: Meu início foi em Nova Itaberaba, Município de Chapecó, na reunião com Dom José (o bispo). Daí tinha o Freitas. Ele era do sindicato na época e Pedro já participava também. E tinha a coisa que a gente chamava líder, que era uma das cabeças, que eles comessem e daí foi começada a primeira reunião. Até a primeira reunião me convocaram e nós, lá da nossa comunidade que era para nós ir em 4 mulher e participar dessa reunião. A gente participou dessa reunião, achou muito bom, eles começaram falar das mulheres que aqui estavam, que precisava lutar para a gente conquistar os direitos da gente. Daí o bispo Dom José Gomes, ele falou: que estava na hora da pessoa começar se desenvolver e procurar, porque se não eles vão esperar pelas lei do governo e não vamo ver nada. E aí a gente começou que nem ele falou. Foi montada as comissões, eu participava de uma comissão pelo setor do topo da serra. Era eu, a Lidra, Caríssima as duas que mais participava nas reuniões. Nós vinha nas reunião aqui de Chapecó. Nós era a coordenação. Então nós vinha nas reuniões aqui depois levava lá e fazia reunião com todas as comunidades, sábado e domingo. A comunidade na época era tão importante porque as pessoas participavam e convocava as mulheres.

C: Como era a convocação?

G: A igreja ajudava e a gente comunicava na igreja: olha sábado vamos ter uma reunião ali em Santa Lúcia. A gente convoca e os ministro dizia assim: da uma ajuda pra nós, avisava na igreja. Daí ele avisava na igreja e quando tu chegava lá no sábado, daí nós duas coordenadora, quando a gente chegava era bonito de ver todas aquelas mulheres, sabe? Mulher simples, mulher desorientadas, sabe? Muitas, elas colocava pra gente que o marido não queria que ela tasse ali porque ele dizia não era para ta indo lá. Ela dizia não, eu vou lá porque disseram que é bom a gente vai lá e consegue conquistar os direitos da gente que a gente não tem. A gente não era nem sócia do sindicato na época que nem a Deuzolina falou, e depois a gente com o tempo foi conquistando. A gente conquistou de ser sócia de poder votar no sindicato. Na época votava só os homens mulher não votava.

No dia primeiro de maio de 1983, em Nova Itaberaba, na época distrito de Chapecó, foi realizada a primeira reunião das mulheres agricultoras. Não há dúvidas de que se trata de um contexto em ebulição, onde as Comunidades Eclesiais de Base alteram o teor da relação com as comunidades rurais, a partir de uma nova concepção de justiça social, e as formas de representação política estão sendo questionadas. De ambos os lados, temos uma brecha em instituições que por décadas representaram muito mais o controle do que encarnavam promessas de emancipação e libertação. O que merece destaque é que tal fato não sustentaria a iniciativa das mulheres caso estas não soubessem habilmente mobilizar elementos cotidianos (em materiais, nas suas falas e construção de reivindicações) e traduzi-los num processo longo de estruturação do movimento de mulheres agricultoras (nomenclatura que se manteve até 2004) por todo Oeste Catarinense, dividindo com o Rio Grande do Sul o reconhecimento de que são organizações com forte base social.

Foto 5. Primeira reunião do MMA/SC



Fonte: Paim&Gaspareto (2007)

Nesse momento, o MMA/SC compartilha com os demais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais a luta pelo reconhecimento como *trabalhadora rural*. Tal reconhecimento surge como uma demanda não apenas pela penetração

da discussão de gênero no meio rural, percepção da dominação masculina e dos seus mecanismos de exclusão mas, também, pelas pressões que o avanço tecnológico e a mecanização realizavam sobre as formas tradicionais de reprodução social e que envolvem as relações de trabalho e as formas de uso da terra. Diante deste quadro, de acordo com Salvaro (2010), em 1984, durante a comemoração do Dia Internacional da Mulher, o MMA/SC realiza uma manifestação pública que reúne 500 mulheres. Nos dois anos seguintes, cerca de 3 mil mulheres participaram, dando visibilidade e feição pública ao movimento. Se o MMA/SC em seu início direciona suas reivindicações para os sindicatos rurais, o surgimento do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984 representará um ponto de inflexão para o movimento e a sua ascensão em detrimento do sindicalismo será percebida como uma alternativa no encaminhamento da luta política.

O estreitamento com outros movimentos de mulheres rurais da região sul⁶⁸ e com o MST demarcará um caminho que se desenrola até os dias de hoje. Em 2004, o MMA/SC somará esforços na construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que pretende ter expressão nacional, apresentando-se como força aglutinadora das diversas organizações e movimentos de mulheres rurais. Trata-se de uma articulação que se insere nas estreitas relações estabelecidas com o MST e com a Via Campesina alinhando-se às suas propostas de política agrícola e reforma agrária. Catiane, militante do MMC-SC, conta que:

Os Movimentos autônomos de mulheres do campo, com as diferentes nomenclaturas e siglas, mas sempre tiveram uma ligação muito forte, por exemplo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos de mil novecentos e oitenta. Porque desde mil novecentos e oitenta as mulheres iam se reunir, era em conjunto com as comunidades eclesiais de base, era estudando as mulheres da bíblia, era vendo a questão sindical naquele período, mas que elas se reuniam junto, norte do Rio Grande do Sul com o Oeste de Santa Catarina faziam muitas reuniões em conjunto e que daí depois teve um Movimento que foi em Santa Catarina Organização das Mulheres Agricultoras e

⁶⁸ Boni (2012) coloca que as ações do MMA/SC se estendem até o Mato Grosso do Sul e São Paulo, porém o foco é o seu desenvolvimento na região de Chapecó.

no Rio Grande do Sul Organização das Mulheres
Trabalhadoras Rurais.

Do que foi exposto, pode-se dizer que o MMA/SC figura como um locus privilegiado de análise acerca do contexto em que surge, dos processos de construção de pautas específicas e gerais, de conquistas de direitos por parte destes movimentos e da caracterização de uma determinada tradição política que se consolida na contraposição com o sindicalismo rural. Estas tensões persistiram ao longo dessas décadas. Como acentua Paulilo em sua pesquisa:

as militantes fazem questão de declarar a que movimento pertencem e fazem referência a pontos não comuns. O mesmo se aplica às mulheres do MST. Para as sindicalistas, o importante são as questões trabalhistas. As participantes do MST têm uma postura de classe muito nítida e lutam pela terra. É entre as militantes do MMA que as questões de gênero afloram. A insistência na demarcação das diferenças não se deve a alguma forma de competição, mas é uma demonstração clara de que não é simples cruzar questões de gênero e de classe, nem na prática e nem em teoria. (PAULILO, 2000: p.11)

Contudo, consideramos que as diferenças apontadas pela autora acerca das percepções dos conflitos foram construídas a partir dos processos que as aproximaram da organização política e de formas que se tornaram legítimas e reconhecidas socialmente, isto é, constituíram-se enquanto canais de interlocução para a conquista de direitos. Mesmo com a atuação das oposições sindicais no campo, com uma forte presença na Central Única dos Trabalhadores criada em 1983, o surgimento do MST em 1984 e a eficácia de suas ações quebrou o monopólio que a Contag detinha sobre a representação dos trabalhadores rurais e se pôs na linha de frente dos conflitos. A partir de uma nova concepção de mobilização e organização, o MST se tornou porta-voz legítimo da luta pela

reforma agrária, sobretudo, pelo fato de ocupações de terra terem se tornado uma forma bem sucedida na conquista de novos assentamentos⁶⁹.

No que toca ao contexto da pesquisa, interessa-nos frisar que consolidar um movimento autônomo não diz respeito somente à condição social da mulher nas áreas rurais, mas de uma posição assumida no âmbito de um campo de disputas com estas outras organizações. No próximo capítulo abordaremos os múltiplos sentidos que a “autonomia” assume nas práticas e discursos do movimento, dando corpo à organização até os dias de hoje. Por ora, cabe ressaltar que assumir tal perspectiva nos impõe, no mínimo, a relativização de afirmações tais como a de que “as mulheres se juntaram ao MMA motivadas a lutar por seus direitos enquanto mulheres”. (Barbosa, 2016). Para além dessa dimensão, sua motivação entrelaçava a condição de mulher e de trabalhadora, o que nos exige um percurso mais complexo de análise.

⁶⁹ A esse respeito, Medeiros (2005) ressalta que as ações espetaculares do MST contribuíram para dar maior visibilidade às lutas por terra.

Luta permanente

Para lutar de forma organizada,
 É preciso entender que o sistema tem estratégia planejada.
 Em tempos modernos a criança tem sua infância roubada,
 Pela moda e pela mídia, adulto em miniatura é transformada.
 A juventude manipulada e pela lógica do consumo hipnotizada.
 Com perda de rumo e identidade, está subjugada,
 A mercê da violência, hoje tão naturalizada.
 Violência é violência, não importa qual,
 Física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial.
 Todas deixam suas marcas e causam um grande mal.
 Padrões de beleza racistas e sexistas,
 São pilares que sustentam a cultura patriarcal,
 E o sistema capitalista.
 Nosso corpo a nós pertence, não está à disposição,
 Dos valores do sistema e da mercantilização.
 A mulher tem o direito de não aceitar o padrão.
 Viver livre de estereótipos, discriminação, violência e exploração.
 Lutar contra o sistema, entender na teoria,
 E se fortalecer, na prática do dia a dia,
 Valorizar as ferramentas que constroem a resistência,
 E promovem a autonomia.
 A força se traduz na preservação e resgate das sementes,
 Sementes da vida e de esperança,
 De que podemos construir a mudança.
 Da mesma forma o artesanato é preciso valorizar,
 Fruto do trabalho, conhecimento e da habilidade popular.
 O artesanato é a arte de transformar,
 Produtos da biodiversidade, com muita criatividade,
 Que além de embelezar, suprem necessidade.
 Valorizar o conhecimento e a experiência,
 Formar a consciência, conspirar com inteligência,
 Para a sociedade transformar.

Sandra Rodrigues

Fonte: Informativo Movimento de Mulheres Camponesas (2015)

Capítulo V.

MMC-SC: a construção de um movimento autônomo de mulheres

5.1. Os lugares do *político*

Ao longo desta pesquisa buscamos não tomar *a priori* uma única definição do que é concebido como político. Não se trata da adoção de qualquer tipo de relativismo, e sim de concebê-lo como um fenômeno múltiplo que, na teoria social, acabou por assumir concepções específicas por meio de conceitos e categorias analíticas. Estas, como instrumentos que são, não devem reificar os processos sociais. Ao estudarmos um movimento social, não é difícil encontrarmos um olhar apriorístico acerca das suas potencialidades em realizar mudanças concretas. Na literatura que se debruça sobre o fenômeno da emergência dos movimentos de mulheres rurais a aproximação com “a política” possui uma direção: o campo institucional e o Estado. A maior presença nas grandes disputas, a construção da sua legitimidade nesse cenário, a conquista de direitos, entre outros fatores, são valorizados e destacados como “prova” da eficácia de seus expedientes. Sobre esta questão, Bourdieu nos lembra que “é no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado” e que a Ciência Social frequentemente apenas ratifica como problemas sociológicos problemas que são, na verdade, do próprio Estado⁷⁰.

Na direção contrária destas perspectivas, e ainda considerando os aspectos citados como relevantes para a análise sociológica, esse *sentido* da ação é aqui problematizado. Ao ampliar o escopo analítico, meu objetivo foi indicar a convergência de processos que passam a ser lidos como *fazer política* e, ainda,

⁷⁰ Diz Bourdieu (1996) que: “Eis porque é preciso pedir à história social das ciências sociais que torne claras todas as adesões inconscientes ao mundo social que as ciências sociais devem à história da qual elas são o resultado, problemáticas, teorias, métodos, conceitos, etc. Descobrimos assim, especialmente, que a Ciência Social, na acepção moderna do termo, não é de modo nenhum a expressão direta das lutas sociais. (...) Ela encontra seus primeiros defensores entre os filantropos e os reformadores, espécie de vanguarda esclarecida dos dominantes, que espera da “economia social” a solução dos “problemas sociais”. (Bourdieu, 1996: p. 96)

que de modo algum tal fato implica necessariamente em uma direção mesmo que a dimensão visível do fenômeno seja o embate público levado à cabo por meio da apropriação de um repertório já conhecido de ações tais como, por exemplo, atos, manifestações e candidaturas.

Segundo Déloye, a questão da politização não se deixa encerrar num esquema teórico geral que ocultaria o que justamente é o problema: o caráter fragmentado e aberto de outras vias da politização, assim como a diversidade de modos de passagem para a(s) política (s). Nos distanciamos, portanto, da ideia da política como lugar da racionalidade pura, do cálculo e da negociação. De forma mais complexa, partimos da ideia de que trata-se do domínio de construção de identidades coletivas e conflitos entre grupos sociais. Pensar dessa forma nos possibilita um esquema mais abrangente capaz de comportar questionamentos acerca da definição de uma ação como sendo *política*.

Se tomarmos em conta que a política não se resume aos marcos da institucionalidade, encontramos nas ações coletivas chaves importantes para observar os aspectos que conferem lastro a essa relação com uma diversidade de formas e estratégias de resistência. Entre a institucionalidade e essas formas alternativas, de natureza distinta, pode-se vislumbrar mudanças de longo prazo impensáveis por meio apenas do sistema político formal. Por esse caminho, a luta por direitos não deve ser presumida como fruto natural de um processo de evolução da cidadania e aperfeiçoamento da democracia. Ao contrário, nesta tese apontamos para contradições e ambiguidades que compõem o cenário da conquista de direitos pelas mulheres.

Consideramos importante perceber que a defesa de um movimento autônomo possui também uma série de contradições. Como assinala Fraser (2009), as lutas das mulheres em suas diferentes fases, guardam consigo uma série de conquistas e revezes. Os caminhos que conduzem à níveis distintos da disputa política seja pelo controle sobre formas estruturais de subordinação das mulheres ou pela sua emancipação, são complexos e merecem cautela a fim de não induzir a distorções como nos alerta Kergoat (2010). Assim, mais do que tratar do *gênero* como uma construção social, o que seria demasiadamente elementar para produzir

grandes efeitos, temos muitas razões para tomar os movimentos de mulheres e as transformações mais recentes que expõem as formas de dominação a que estão submetidas como fenômenos contemporâneos mais importantes, na medida em que suas ações impõe a necessidade de revisões e reformulações de paradigmas consolidados na teoria social⁷¹. (Touraine, 2007) Poderíamos citar vários exemplos, mas ressaltamos aqui que a identificação entre mulheres e política sempre surge como “escolha” do pesquisador. A transformação, citada acima, indica que hoje não mais podemos tratar tal relação nestes termos.

A esse respeito, Touraine (2007) diz que até a década de 1970 ainda temos como lugar comum a proclamação da unidade entre todas as lutas, reduzindo assim o combate das mulheres a simples organização de uma “frente de mulheres” na batalha contra o capitalismo mundial. Nesse período, temos o início de uma maior sistematização e “encontros” entre as teorias advindas de toda ebulição política dos movimentos feministas, mas na visão de Touraine, estava-se ainda em território conhecido ao tratar do tipo de dominação das mulheres a partir de metáforas que não rompiam com uma leitura ortodoxa sobre este fenômeno e a consequência era o silenciamento. Para ele, uma nova etapa teria se iniciado com o aprofundamento da teoria feminista e o lugar de destaque que estes movimentos adquiriram nacionalmente e na arena política internacional.

É neste ponto que destacamos a noção de *autonomia* como eixo para, neste capítulo, tratar desta confluência que deu origem aos movimentos de mulheres rurais. Influência dos movimentos feministas, refluxo dos movimentos clássicos (partidos e sindicatos), novos arranjos do Estado e reconfiguração das relações de trabalho. Todos estes aspectos compuseram este cenário que se apresenta como berço de formas alternativas de organização. Logo, tais formas “alternativas” ou

⁷¹ Como exemplo, cabe dizer que a entrada das mulheres na vida política “como votantes e sujeitos políticos, um fenômeno internacional, normalmente experimentado e subsequentemente apresentado como puramente nacional, foi uma das mudanças mais marcantes do século XX. (Halliday, 2007) Esse processo permanece sendo analisado de forma normativa, dificultando um olhar abrangente capaz, inclusive, de complexificar a dimensão política compreendida para além dos marcos institucionais. Sobre a associação mais convencional entre mulheres e política, Halliday destaca que esta surge na política externa como símbolos ou instrumentos de competição interestatal e de superioridade de uma sociedade sobre a outra. Em outros termos, muitos discursos ou programas de governo direcionados ou sobre as mulheres estariam, de fato, preocupado com sua real condição.

“novas”, encontram abrigo na escorregadia ideia de *autonomia* compreendida muitas vezes como ponto de partida e de chegada, uma condição necessária para a existência de determinadas organizações e a sua manutenção, um objetivo central. A tensão com a possibilidade de captura pela institucionalidade acaba por reforçar e valoriza-la em muitas análises. Não obstante, veremos adiante que a multiplicidade de seus significados espelha, em certa medida, a multiplicidade dos caminhos de politização e da sociabilidade política. Logo, distante de determinismos ou fatalismos, apontamos para um horizonte que possui contornos, mas que permanece em aberto. Seguindo esse caminho, os diversos *significados* da noção de autonomia é parte da experiência e constroem tanto uma visão sobre o próprio movimento como sobre aspectos das relações cotidianas. Nesta configuração, podemos falar também em *sentidos* que, numa acepção mais ampla do termo, nos indica questões relativas a conflitos ou certo tipo de demarcação num campo político.

5.2. Os *sentidos* da autonomia

A noção de *autonomia* é parte constituinte das reflexões sobre o que é *político* ou o *fazer política* como elemento que traduz possibilidade ou condição para a emancipação, maior liberdade, igualdade e transformação social. A partir da literatura mobilizada para os fins desta tese, pode-se dizer que se trata de um termo comumente pensado em relação ao Estado, a partir da tensão entre uma suposta tendência à institucionalização dos movimentos sociais, assim como aos “movimentos mistos” tomando como eixo a concepção sobre a construção de uma identidade política centrada no “gênero”. A *autonomia*, contudo, como um importante valor capaz de demarcar práticas e reivindicações que caminhem para a consolidação de rupturas com hierarquias anteriormente estabelecidas, é uma noção apropriada de distintas formas. Quando analisamos os movimentos de mulheres autônomos, isto é, que já indicam um recorte específico que enfatiza esta condição, precisamos atentar para a multiplicidade de significados que este

adquire de acordo com as relações concretas e o contexto em que este surge e sua utilização posterior.

Na trajetória dos movimentos de mulheres, vemos que *autonomia* também reflete a luta constante pela permanência nas áreas rurais. Quando analisamos as *relações sociais de sexo*, considerando a coextensividade e a consubstancialidade, temos em conta que *autonomia* é algo mais plástico e dinâmico. Para além da demarcação de um espaço de organização formado exclusivamente por mulheres, que vai “ler e interpretar” o cotidiano e as práticas entendidas como resistência (desde estratégias para frequentar uma reunião até o desenvolvimento de formas de recuperação de sementes crioulas, por exemplo), é necessário considerar outros aspectos. Dito de outra forma, o que a pesquisa nos aponta é que, se tivemos como justificativa para a criação de um movimento autônomo no início da década de 1980 uma série de tensões e conflitos que impediam a organização conjunta, estes já não são mais suficientes para alcançar os seus novos “usos” nos anos que seguiram⁷².

Siliprandi (2009), assim como Paulilo (2009) também atribui a formação dos movimentos autônomos de mulheres rurais à não priorização dos problemas apontados por elas. Tratadas como “lutas menores” porque “específicas”, esse é

⁷² Nesta pesquisa assumimos uma série de “frentes” o que, como qualquer investigação, nos impôs fazer opções. Dado o “recorte”, não avançamos na análise da relação estabelecida entre os movimentos de mulheres rurais e as políticas governamentais, sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Porém, cabe indicar que, assim como outros movimentos sociais, os movimentos de mulheres compuseram a dinâmica de crescente institucionalização de suas ações, ao mesmo tempo em que buscavam manter o vínculo com a sua base social. Na prática, trata-se de um equilíbrio difícil. Principalmente no caso estudado, de uma organização com base em uma região conhecida como “celeiro” de movimentos. Por ora, e sobre esse aspecto, é possível apontar em termos gerais as características de dois períodos: i) as décadas de 1980 e 1990, marcadas pela redefinição e surgimento de categorias políticas no bojo da luta por direitos e da sua efetivação. Durante esses anos de redemocratização, assume-se como estratégia a importância da construção de partidos políticos, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores. Logo, encontramos no campo das articulações políticas, o surgimento de candidaturas advindas das bases destes movimentos; e ii) o período dos governos do PT, de 2002 até recentemente, em 2017. Este último marcado pelo surgimento de diversas políticas públicas para as mulheres rurais com criação de secretarias específicas. Tal fato, por si, merece uma análise mais detalhada. Como exemplos podemos citar a continuidade do Programa de Documentação para a Trabalhadora Rural, políticas de crédito para acesso à terra e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.. Em tese defendida recentemente, Filipak (2017) apresenta uma análise sobre como essas políticas foram “recebidas” pelos movimentos de mulheres e pelas mulheres que integram os “movimentos mistos”. O aprofundamento dessa questão é, certamente, um tema de enorme relevância a ser desenvolvido em outras pesquisas. Aqui, o enfoque foi o que, de fato, existe como trabalho realizado pelo movimento e a sua conexão com outras dimensões e processos históricos. Para uma análise sobre esta relação entre políticas e públicas e movimentos sociais rurais, ver Filipak (2017).

um argumento recorrente na literatura que enfatiza a reprodução de relações desiguais no seio dos movimentos sociais. A forma como se manifestam esses conflitos são diversas. Os momentos de fala e intervenções durante as reuniões e/ou encontros são sempre relatados como de muito nervosismo e justificam a necessidade de um espaço composto exclusivamente por mulheres, facilitando a participação. A separação entre os momentos de mobilização e atos públicos, onde estão “todos juntos”, e os de planejamento, definição de estratégias e articulações políticas, onde a maioria é de homens, é outro fator apontado pela literatura e reforçado pelas falas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

Essa primeira demarcação da identidade política e inserção em um campo de disputas pela representação encontra na *autonomia* um eixo de conexão entre iniciativas que surgiram em outros contextos. Portanto, construir um movimento autônomo de mulheres nesse período trazia em si uma série de significados que extrapolavam a experiência local. Nesses termos, é compreensível que esta seja a dimensão mais observada. O limite dessa perspectiva é que, ao tomar como ponto de partida um momento onde estes movimentos já são realidade, a fragmentação de estudos de caso surge como exemplo ou ilustração de um fenômeno já apresentado no que seriam seus “traços característicos”. A análise comparativa, nestes casos, perde força explicativa e termina por estabelecer aproximações que, encaixadas em um esquema pressuposto, estreita nosso olhar sobre os fenômenos políticos.

Como dissemos anteriormente, nos afastamos de perspectivas que tomam o “grau de autonomia”, em relação ao Estado ou aos movimentos mistos, como uma espécie de medida de sua eficácia sob o risco de reproduzirmos certos lugares comuns. Em Barbosa (2016), permanece a análise de que a distinção entre os movimentos decorrem do modo que cada um associa *classe* e *gênero*. Embora não seja o meu objetivo avançar sobre este ponto, nossa indicação é que a associação entre as *relações sociais de sexo*, como formas de conflito estruturais, encontram correspondências em tradições políticas conformadas por um longo processo de constituição de um dado campo político, composto por diversos atores entre o próprio Estado, e as disputas pela representação política de categorias laborais, por sua vez, elaboram formas de “cultura política”. Esta última, composta por

características “locais”, podem ou não conectar-se com estas tradições ou mesmo subverte-las, como vimos durante a década de 1980, com a profunda crítica sofrida pelo sindicalismo.

Quando chamamos a atenção para a socialização política como um *locus* privilegiado para a análise, consideramos que esta pode se dar em espaços reconhecidos tal como Cappellin (1987) nos apresentou em seus estudos sobre as sindicalistas rurais assim como em espaços que passam a ser percebidos desta forma. Em um trabalho anterior no sertão pernambucano, busquei demonstrar como os processos de socialização política também não obedeciam a nenhuma direção que pudesse de antemão ser presumida pelo pesquisador. (Bordalo, 2011) Ainda que fosse possível observar a correlação entre o parentesco, as trajetórias das militantes e o trânsito entre organizações (outros movimentos e partidos políticos das mais diversas legendas) como um fator fundamental para a explicação do seu engajamento em determinada concepção do que é *fazer política*, esta não poderia ser traduzida como expressão de tutela ou de atraso por estar supostamente atrelada à estrutura sindical.

No caso do oeste de Santa Catarina, temos uma configuração distinta, mas que segue a mesma dinâmica em relação à socialização. Após a consolidação dos movimentos de mulheres rurais já não podemos tratar como se estes representassem um espaço de formação para que as mulheres atuassem em outras organizações ou através da sua relação com o Estado. Ampliando o espectro da nossa análise, a consequência de trinta anos de organização incide sobre as relações cotidianas e internas à unidade familiar, dado que estamos lidando com uma forma de trabalho que une família e terra por meio do regime de colonato.

E, considerando que a conquista de direitos representou a construção de uma concepção de luta e de política nas áreas rurais, devemos observar também que a sua não efetivação plena nos impõe algumas questões. Nesse sentido, a *luta por direitos* assume a face de um conflito exposto, de transformação gradual, capaz de aglutinar sujeitos políticos e, de forma sutil e menos evidente, reproduzir elementos de tradições políticas forjadas na relação com o Estado (seja pela estrutura sindical seja por meio de movimentos) e da cultura política local assim

como indicar transformações em ambas a partir do acúmulo de experiências e das possibilidades de resistências mais ou menos organizadas. Tais *sentidos*, localizados em períodos reconhecidos como uma espécie de “gênese” de um campo ético-político mais abrangente assim como em *formas cotidianas de resistência* constituintes dos diversos tipos de conflitos existentes no meio rural brasileiro, nos indica que o campesinato, ou mais especificamente, o movimento de mulheres camponesas, longe de ser um ator secundário, tem sido capaz de ampliar os lugares do *político*.

5.3. Os significados da autonomia

Tanto nos materiais de formação e divulgação quanto nas entrevistas com as lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas, *autonomia* é um eixo que estrutura a concepção do movimento. Como já apresentamos, por definição, o fato de ser exclusivamente formado por mulheres sugere uma apreensão imediata do termo. Ele versa sobre a sua gênese, o que possui um enorme peso e valor para aquelas que se engajaram e assumiram a sua liderança num momento ainda marcado pelas enormes e invisíveis barreiras colocadas à participação das mulheres. A constituição dos grupos de base na região é percebida pelas mulheres como o primeiro passo nesse sentido. Podemos observar como essa questão se apresenta partir da fala de Adriana, militante do MMC-SC:

Eu cheguei no movimento muito jovem, aos quatorze anos. Esse debate de como "ser mulher não é um peso", dinâmicas sobre como nos vemos. Eu tinha dois irmãos que estudavam e eu não podia estudar porque era mulher, tinha que ajudar nas tarefas com meu avô, meu irmão mais novo. Isso me identificou e eu fui me construindo enquanto militante. Quem está no movimento tem que ter consciência do porque está lá, quais são nossas bandeiras de luta e uma delas é a formação. É discutir, ter argumentos, ter certeza do porquê estamos nessa luta. Então, um dos pontos fortes no movimento é a organização dos grupos de base, quer dizer, as mulheres têm que discutir qual é o papel da mulher. Reunir a

mulherada para uma reunião, onde se discuta, por exemplo, a questão da importância da documentação. Foi confeccionado material que iam para os grupos de base e as mulheres diziam "ah, com isso eu vou ter direito a isso?" e isto ia se ampliando até a questão da alfabetização, porque muitas mulheres eram analfabetas. Não se tinha esse debate, essa discussão, e elas começaram a ver que elas poderiam ir no grupo de base e ter fala, que a gente expressa nossos sentimentos, aqueles sufocados pela violência doméstica, pelos diferentes tipos de violência que nós sofremos a vida inteira. Então, esse trabalho de base foi fundamental para fortalecer o trabalho do movimento de mulheres. Dessa história, uma das coisas que se dizia era "sem medo de ser mulher", no sentido de que estávamos lutando pela nossa liberdade, pelos nossos direitos, mas construindo isso sem medo. "Sou mulher, e daí?" Nem por isso sou menos. Então, há toda essa construção do ser, ligada também à sexualidade e à construção dos direitos. Isso sempre foi um pouco nossa base.

Os movimentos de mulheres rurais guardam em comum alguns aspectos acerca da utilização do termo. Os inúmeros obstáculos para a participação em reuniões e quaisquer outras atividades que escape àquelas já eficazmente controlada pela força da tradição são sempre trazidos nas falas das mulheres. Andreia Silva nos relata que:

Elas queriam participar e os maridos não deixavam. Então, aos poucos que se foi conseguindo ampliar isso e modificar, devagar. Foi um processo e com as primeiras bandeiras de luta que a gente foi avançando nos direitos, que as mulheres foram acreditando e até hoje nós temos várias mulheres camponesas vindo para o movimento.

Outra militante, Catiane, descreve essa tensão da seguinte forma:

Ninguém enxergava, mulher era dona de casa, cuidar dos filhos, cuidar das panelas, eles falavam, que mulher tem que cuidar das panelas. Porque a primeira luta nossa, nós saímos atrás de que as mulheres tivesse o direito a ter a sua profissão, ser reconhecida, reconhecida, a nossa profissão como nós somos trabalhadoras, trabalhadoras rurais, agricultoras, então a nossa luta, que nós fomos pra

rua, fomos pra fazer essa luta. E assim, daí então nós tinha muita divergência e gritos, porque grita: "Vão cuidar das panelas, o serviço da mulher é no fogão, é atrás do fogão". Quê que vocês querem com isso, né? E daí nós fomos lutando, mas daí a gente ia tentando assim, deu muitas divergências, né? Nos casal, com os maridos, se a mulher não soubesse bem, colocar qual era a luta, o quê que nós tava reivindicando, porque que ia ser melhor? É nem todos eles, teve homens que não entendeu aquela vez e não entendeu até hoje, não aceitou a lei até hoje.

Figuras 4 e 5. Publicações do Movimento de Mulheres Camponesas de 2004 e 2015, respectivamente.



Interessante perceber que mesmo em circunstâncias mais favoráveis, quando o companheiro das mulheres também participava das mobilizações, o aspecto geracional surge como mais uma dificuldade. A família de Andreia Silva é um exemplo nesse sentido. Andreia é liderança do MMS-SC e filha de Dona Rosalina, uma das fundadoras. Andreia nos conta que:

Minha mãe conseguiu organizar a gente bem, dentro da família, e teve muita solidariedade do meu pai nesse sentido porque, como eu sempre disse, minha avó era bem mais machista que meu próprio pai. Ela falava que o compadre, como ela chamava o pai, não governava a mulher que tinha. Minha mãe saía bastante, ia para reunião da pastoral, mas ela conseguia organizar bem a gente e às vezes levava todo mundo junto. Então, a gente sempre participou dos movimentos sociais desde a criação do movimento mulheres agricultoras, que depois passou a ser camponesa, e a mãe esteve sempre junto com as mulheres. O pai foi bem tranquilo. Ele entendia, quem não entendia muito era minha avó porque ela achava que ela que era o comando da família, então existia sempre o diálogo entre o pai, a mãe com a gente. Ela conseguia nos organizar para tarefas diversas para a gente se ajudar e poder participar, tanto que ela sempre dizia "daqui a pouco vocês estarão maiores, vão para a pastoral da juventude". Isso era algo muito forte e a gente não via a hora de poder participar.

Dona Carmem é uma referência no município de Chapecó. Contudo, sua participação também foi marcada por obstáculos e contradições tais como a postura de sua mãe e a preocupação com marido e filhos:

Sempre eu contava pra ele quando eu ia em alguma reunião. Eu contava pra ele, ele queria saber. Tinha esse entendimento, mas a mãe sempre dizia assim pro meu marido, ela chamava ele de compadre: " Ô, compadre, não deixa a Carmem sair muito, segura as rédeas dela, por causa que ela tem que ficar perto das criança, cuidar as criança". Mas eu sempre ia com aquela carga nas costa, pensando assim, se acontecer alguma coisa com as criança o culpado sou eu que não tô lá. Mas eu participava bem pouco, nunca peguei direção do Movimento Social, nada, só participava às vezes, alguma mobilização, assim, alguma coisa, mas depois que as criança cresceram, daí eu comecei a participar mais ativamente do Sindicato e do Movimento das Mulheres.

A afirmação do caráter do movimento como autônomo é parte da construção de uma identidade política, de uma identidade coletiva que diz respeito não somente aos primeiros momentos de organização e da definição de um lugar

frente ao sindicalismo rural e aos movimentos mistos. Abaixo, a fala de Dona Carmem afirma novamente a justificativa de um espaço autônomo capaz de abrigar o impulso e o estímulo pela organização vividos naqueles anos:

Era meio junto, o sindicato e o movimento. Aí então de uma altura em diante as mulheres quiseram fazer um movimento mais autônomo. A partir dessa autonomia foi a separação. Que daí nós quisemos ter o movimento autônomo e das mulheres camponesa. Porque nós achava que nós tinha as lutas específica das mulheres que é falar de nós mesmo, falar desse tal de feminismo. Como é que é que nós queria, que nós queria ter o mesmo direito que os homens mas eles não tavam entendendo esse direito que nós queria. Então daí pra nós fazer junto com eles nós achamos que nós não tinha espaço. O único jeito é se nós fosse fazer um movimento autônomo só nosso.

Tal demarcação não apenas define, mas cria um lugar que, em consonância com movimentos mais amplos⁷³, permanecerá tendo como característica a defesa de ser formado apenas por mulheres. Se, em primeiro lugar, podemos indicar que esse conflito acaba por estruturar a relação entre movimentos autônomos e mistos até os dias de hoje, outras influências importantes no início foram se enfraquecendo conforme se estreita o vínculo entre estes e o campo de disputas pela representação política dos trabalhadores rurais e camponeses. A importância das Comunidades Eclesiais de Base para a formação do movimento de mulheres rurais em Santa Catarina foi ressaltado anteriormente. Não obstante, a luta pelo reconhecimento como trabalhadora e por direitos não tardou em vincular-se à uma dinâmica que extrapola o papel desempenhado pela Igreja neste momento⁷⁴.

⁷³ Refiro-me aqui ao movimento feminista, dado que este não estava circunscrito e surge como expressão de transformações macro sociais e também da “concorrência” entre formas de diálogo com o Estado, entre movimentos sociais, partidos políticos e a estrutura sindical.

⁷⁴ Cabe dizer que o papel da Igreja nos movimentos populares, urbanos ou rurais e em diferentes períodos, possui um enorme peso. Aqui destacamos a dimensão da construção de uma identidade política. Logo, a ênfase recai pela relação de representação.

Sobre este momento e a relação posterior com a Igreja, Édel diz que:

As igrejas na época ajudavam. Ajudavam sim no sentido mesmo de apoio, né, mas isso foi com o tempo. Foi assim mais o movimento foi assim com o tempo, com os estudos que foram feitos ele foi sendo autônomo, né? Ele meio que saiu fora das igrejas, né? Porque o movimento mesmo queria discutir mais ainda, as questões mais profundas assim, que é a questão do patriarcado e essas coisas e a igreja assim não, sabe não, a questão das famílias também e tal, né? Então o movimento mais ficou autônomo, então não tinha mais tanta participação. E hoje ele tá mesmo autônomo.

Podemos perceber esses elementos também na fala de Adriana, liderança do MMC:

Hoje eu tenho outro companheiro, mas também por mais que ele te conheça, sempre há aquela ilusão de que depois de um tempo você vai parar do nada e ficar em casa cuidando das coisas. Mas eu passei por um processo de ameaça, violência... Morava em outra região do país. Eu estava longe do movimento, longe de todo mundo e a pessoa resolveu inventar uma história, dizer que eu tive um caso com uma pessoa, me pressionar e eu disse "meu filho, tenho mais o que fazer". Eu consegui superar. Costumo dizer que eu envelheci dez anos, mas foi uma coisa que me ajudou a tomar algumas decisões. Se não fosse esse período, eu jamais teria a opinião que eu tenho hoje sobre o aborto. Hoje, eu consigo entender e perceber a situação tanto de violência, como no sentido de que a mulher deveria ter a possibilidade de decidir, não o Estado ou a Igreja.

É de suma importância destacar que, como nos aponta Siliprandi (2009), a realidade das mulheres no campo ainda é a extrema dificuldade para se obter documentos básicos, tais como o Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, e outros, decorrentes da invisibilidade do seu trabalho. A permanência dessa questão nos mostra o quanto é complexo conjugar transformações políticas advindas da organização das mulheres em torno da efetivação destes direitos e a

pressão econômica e de um tipo específico de “desenvolvimento agrícola” que incide e pressiona fortemente o cotidiano dos que continuam nas áreas rurais. Nesse sentido, a *autonomia* tem se desenvolvido por meio da definição de formas alternativas de produção. A prática da agroecologia e o debate sobre soberania alimentar tem sido uma estratégia de resistência e continuidade do vínculo entre o movimento social organizado e a sua base social. Aqui a importância dos elementos formadores do cotidiano destas mulheres assumem papel de destaque.



Foto 6. Sítio de Edel Schneider

A pesquisa realizada por Cinelli (2012) sobre uma ação do MMC-SC indica essa direção. De acordo com a autora, o movimento desenvolveu um programa de recuperação de sementes crioulas que vai de encontro à produção a partir de sementes transgênicas. A elaboração dessa política desenvolvida e aplicada pelos grupos de base em vários municípios do oeste catarinense surgiu após um longo processo de debates pelos movimentos que compõem a Via Campesina⁷⁵ sobre o modelo hegemônico de produção agrícola⁷⁶. Esse tipo de

⁷⁵ A Via Campesina é uma articulação internacional e, no Brasil, é composta pelas seguintes organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude Rural, Conselho Indigenista e MMC.

ação vincula processos e dimensões variadas: resgatam e reconstróem o lugar do conhecimento e da experiência das mulheres a partir das formas tradicionais dos arranjos familiares quanto da inflexão que a participação, nos espaços de formação ou mesmo assumindo postos de direção no movimento, foram capazes de criar; exploram aspectos complexos que viabilizam certo grau de “autonomia” quando da geração de renda a partir da comercialização da pequena produção em feiras e circuitos que buscam escoar a produção orgânica e agroecológica, mas que coexistem com o restante da produção vinculada ao sistema integrado entre cooperativas e o agronegócio; assumem como resistência a busca pela subsistência da unidade familiar; e, por fim, conectam “base” e “representação política”, na medida em que o movimento de mulheres é reconhecido e legitimado por suas ações concretas. A esse respeito, Adriana diz que

na questão do alimento, quando nós começamos não se dava tanta importância e agora todos a percebem. Mas, ninguém reconhece que foram as mulheres que iniciaram isso. É a dialética da luta, você vai dizendo mais vezes, colocando o pé na porta. Estamos tentando implementar um programa camponês no Sul e a perspectiva é de que seja algo mais nacional, da produção concreta. Um dos dilemas, hoje, é que o Brasil é totalmente dependente na questão das sementes. Então, só vai resolver alguma coisa se você, de fato, investir na produção dos pequenos. O resto é para importação, eles não se importam se nós estamos comendo.

O movimento de mulheres camponesas tem assumido que a valorização das experiências concretas das mulheres, que hoje encontraram abrigo sob a bandeira da agroecologia⁷⁷, fortalece seu vínculo com a organização. O

Missionário, Federação Nacional dos Estudantes de Agronomia e MMC

⁷⁶ Em sua pesquisa, Cinelli (2012) detalha o processo que resultou no Programa de Sementes, aprovado e assumido na Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC)12 em novembro de 2002. A partir dessa decisão, em 2003 foi realizado um Seminário de socialização dessas experiências e, em seguida, realizados encontros municipais, com oficinas de formação. (Cinelle, 2012)

⁷⁷ Os movimentos sociais rurais tem investido fortemente no desenvolvimento de ações a partir da bandeira da soberania alimentar e da agroecologia como forma de enfrentamento ao agronegócio. Sobre esta questão no caso específico do Movimento de Mulheres Camponesas, ver Siliprandi (2009).

conhecimento e a prática transmitida nas relações familiares e que antes representavam um “lugar” para a mulher dentro da lógica marcadamente desigual do colonato, tornam-se um elemento valorizado e um elo com a “política”. A *autonomia* na produção encontra elo na *autonomia* política, referência para o movimento e legitimador de sua existência desde a sua emergência. Nos materiais de formação e cartilhas os temas problematizados giram em torno da alimentação saudável, das questões de saúde e do meio ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar.

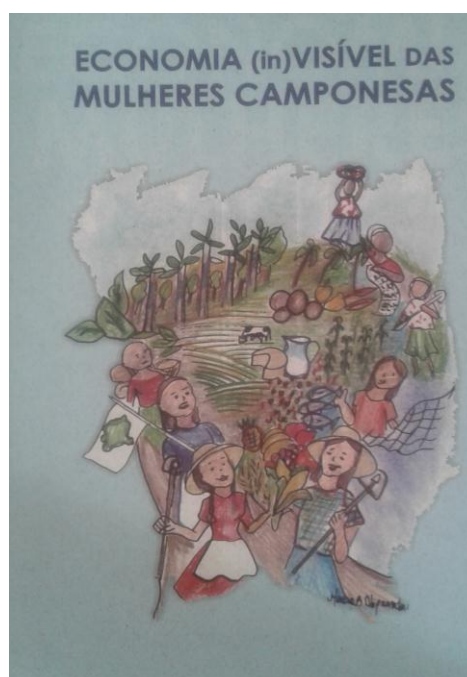
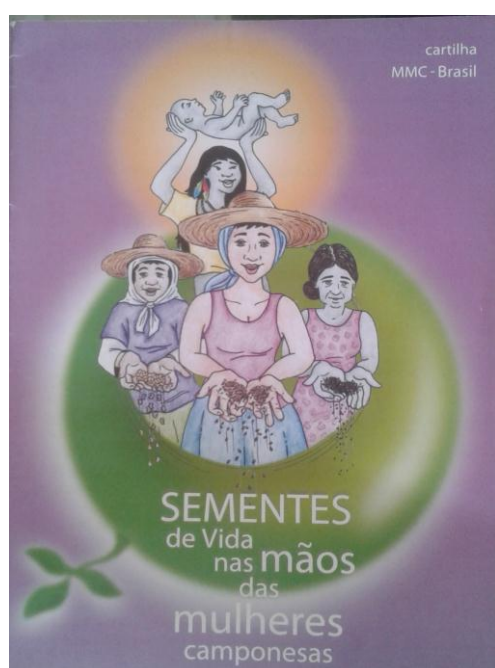
O debate sobre soberania alimentar e agroecologia surge em torno da construção de um “projeto” de sociedade. Abaixo, no trecho extraído da cartilha *Economia (in) visível das mulheres camponesas* (2012), temos os elementos que relacionam a trajetória do movimento à orientação a partir do desenvolvimento mais recente desse tema:

O MMC Brasil lançou, em março de 2007, a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis. Com essa Campanha queremos tornar visível o grande potencial de produção de alimentos que a Agricultura Camponesa, evidenciando o papel das mulheres nesse processo e sensibilizar a sociedade para a situação de degradação da natureza. Também retomar o cuidado com a vida, além de discutir e implementar experiências de produção agroecológica de alimentos nas propriedades, de geração de renda de comercialização justa. A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis está fundada em cinco dimensões:

- **Dimensão política:** construção de pautas com proposições nas várias áreas das políticas públicas no sentido dos governos investirem recursos para a produção ecológica diversificada de alimentos saudáveis, de preservação da biodiversidade, realização da reforma agrária e da soberania alimentar;
- **Dimensão ambiental:** construção do debate sobre a crise de civilização que a humanidade está atravessando e a necessidade de cuidar da vida como um todo para além do mercantilizável;
- **Dimensão ética, cultural e feminista:** construção de valores e princípios de vida e solidariedade; novas relações humanas e com a natureza; e de novas relações de poder que visa a superar todas as formas autoritárias, patriarcais e discriminatórias e na perspectiva de construir relações de respeito, solidariedade, igualdade na diferença, democracia e cidadania;
- **Dimensão das mudanças cotidianas:** construção de práticas no cotidiano das mulheres e famílias camponesas como sinal de que é possível construir um projeto popular de agricultura camponesa, valorizando quem trabalha, a natureza e produzindo para o bem estar da humanidade;

- **Dimensão econômica e social:** construção de mecanismos, instrumentos de viabilização e potencialização da agricultura camponesa, com a produção de alimentos saudáveis, cuidado com a vida e o ambiente e a geração de renda no campo e na cidade. Potencialização de redes solidárias de trabalho e consumo. Valorização do trabalho feminino e ações de combate à fome e à miséria no campo e na cidade. Fortalecimento da soberania alimentar e autonomia das mulheres.

Figuras 6 e 7. Cartilhas de formação do Movimento de Mulheres Camponesas



Os diversos significados atribuídos à *autonomia* no contexto dos movimentos de mulheres indica uma rede complexa de relações capaz de acioná-la em distintas situações e, por vezes, de forma contraditória. Contudo, tal contradição não significa incoerência. Ademais, não é objetivo da análise sociológica a busca por coerência nos fenômenos sociais. Suas contradições são a expressão mais evidente da dinâmica social e, portanto, das possibilidades de mudança. A forma como Isaura apresenta a sua visão acerca do movimento sintetiza a multiplicidade de elementos e processos inscritos na sua experiência:

Só assim que as mulheres percebem a importância da necessidade de se fortalecer, se articularem em espaços de mulheres, né, tanto que a Via Campesina agora no último período a gente fez, tá retomando o coletivo de mulheres da Via Campesina, pra fazer esse debate do que é o papel das mulheres, do feminismo na Via Campesina. Enfim, e avançando nisso, então se sente essa necessidade de que precisa ter um espaço pras mulheres se colocarem e uma coisa só que eu queria retomar. O enfrentamento da violência contra as mulheres a gente entende que a produção de alimentos saudáveis ela tá muito casada também na geração da autonomia das mulheres, da renda das mulheres que é uma das formas de superação da violência, que a partir do momento que a mulher se valoriza, se sente importante, vê que é capaz de produzir seu auto sustento, valoriza esse trabalho que sempre foi considerado ajuda o serviço, ela também vai superando as formas de violência existentes, ela vai se colocando, ela vai enfrentar, né, tanto que em muitos lugares as mulheres que participam do Movimento elas conseguem ter um lugar destacado lá pra fazer a produção de alimentos, então isso vai, esse trabalho ele é feito não é só no sentido de produzir alimento pelo alimento mas ele tem toda uma lógica no sentido da superação e da transformação e muito da autonomia das mulheres, né, de criar os espaços de auto estima, chama as mulheres pra apresentar as experiências, né, o que elas fazem, seja na produção, seja as conservas, as sementes que elas produzem, as plantas, os chás, as pomadas caseiras, as mulheres se sentem super valorizadas porque elas veem que é o trabalho delas, o trabalho delas é importante, então acho que isso também gera essa autonomia, essa auto estima.

A socialização política não está restrita aos espaços historicamente consolidados, se pensarmos em termos de organizações, associações e movimentos sociais. Podemos dizer que o produto de determinadas ações coletivas é a capacidade de criar novos espaços que, escapando da institucionalidade da política tradicional e do espectro à sua volta, assumem outro significado. Não se trata de estender ao espaço privado à ideia de que este também é político, mas de considerar os processos pelos quais ocorre a politização das relações interpessoais. Compreender o suposto paradoxo apontado por Kergoat (2010) acerca dos deslocamentos das relações de dominação, implica em buscar explicar por quais caminhos concretos mudanças significativas tem ocorrido ainda

que, estruturalmente, outros aspectos contribuam para a sua reprodução. É exatamente sobre esta questão que problematizamos nesta tese a forma de conceber a relação entre as relações sociais de sexo e o que seria a sua expressão na luta política, por meio da disputa por representação, de afirmação de uma identidade política e a conexão desses elementos num campo historicamente forjado.

Como foi exposto no início deste trabalho, um caminho foi trilhado até chegarmos em Santa Catarina. A permanente afirmação dos movimentos com base social na região sul do país no processo de aproximação entre os diversos movimentos de mulheres rurais, e os limites que se tornaram evidentes quando da tentativa de articulações regionais ou mesmo nacional, mostrava a necessidade de se analisar como as formas de ocupação da região, o colonato, geraram elementos para certo tipo de cultura política que, nem mais nem menos avançado⁷⁸, valorizavam o “trabalhar para si” em contraposição ao assalariamento. Após mais de 30 anos de movimento organizado, o Movimento de Mulheres Camponesas em Chapecó guarda as mesmas ambiguidades que outros movimentos. Caso nossa escolha teórico-metodológica fosse observar em que medida houve a sua institucionalização, a *autonomia* seria parte do discurso político e não necessariamente a expressão de suas ações concretas⁷⁹.

Caso seguíssemos as trilhas que buscam na construção de uma identidade política a expressão de uma condição - como mulher, trabalhadora ou camponesa – a *autonomia* obedeceria a critérios de medida demasiado normativos e, precisaríamos partir de um referencial estático e a-histórico a fim de estabelecer

⁷⁸ Refiro-me à leitura comum a cerca da identificação recorrente de outras regiões, sobretudo, a nordeste, como mais “atrasadas” politicamente.

⁷⁹ Em outros termos, pode-se indicar outra perspectiva a fim de analisar tais ambiguidades. Cordeiro (2013) argumenta sobre a *as formas cotidianas de resistência* que: “Quanto mais significativo o papel dos camponeses no fazer histórico, maior era a demanda pela cumplicidade e colaboração deles com o sistema, o que obriga a fazer um inventário não somente das formas cotidianas de resistência, mas também das formas cotidianas de colaboração. A emergência e a ascensão das formas de resistência faz com que sejam valorizadas simultaneamente as formas de colaboração”. (p.40) Por esse viés, a análise relações de poder permanece atenta à dinâmica mais “subterrânea” dos elementos que subjazem formas de resistência pois “da mesma maneira que a resistência se define com relação à dominação, a colaboração só se define com relação à dominação e à resistência”. Nesta pesquisa, não seguimos este caminho. Ao acionarmos a noção de formas cotidianas de resistência, meu objetivo foi trazer à tona o que surge como expressão da ação das mulheres rurais, seus itinerários e organização em movimentos autônomos.

comparações entre formas distintas de *sociabilidade política*. Desse modo, buscando evitar qualquer reificação desses processos, dinâmicos e diversos por natureza, a pesquisa junto ao movimento de mulheres em Santa Catarina coloca em evidência que o caráter autônomo não é de forma alguma autoexplicativo e, portanto, precisa ser posto sempre “em relação” por meio da análise.

Considerações finais

Não podemos matar as ideias a tiros de canhão nem tão pouco algemá-las. O fim apressa-se tanto mais quanto o verdadeiro ideal surge, belo e poderoso, superior a todas as ficções que o precederam. (Louise Michel)

A construção do objeto desta tese é produto da articulação de diversas “frentes” de pesquisa: as formas de representação política das *trabalhadoras rurais* ou *camponesas*, a “luta pelo direito a ter direitos”, as *relações sociais de sexo*, as formas de organização que resultam do entrelaçamento de mobilizações, resistências e engajamentos, os itinerários de socialização política, as distinções entre os expedientes dos movimentos autônomos de mulheres, o olhar sobre o rural. Por esta razão, a escolha do caminho aqui trilhado se justifica como parte de um esforço pela superação da fragmentação dos estudos de caso. Trata-se, portanto, de uma reorientação de perspectiva a fim de não tomar as experiências das mulheres camponesas apenas como ilustrações de formas de dominação já fartamente presente na teoria sociológica.

O título deste trabalho, “*A luta das mulheres é levada nos ossos do peito*” ressalta a importância histórica de uma longa trajetória de organização de mulheres. Consideramos que suas ações nos permite uma análise muito além do rural, capaz de sinalizar quais horizontes são possíveis em termos de mudança social, refletir sobre a nossa perversa estrutura fundiária extremamente concentrada, o processo de colonização de uma dada região e a complexa rede de produção agrícola que conecta de forma subordinada o “pequeno” (agricultor familiar, camponês ou trabalhador rural) ao agronegócio e as formas de dominação que associam as desigualdades nas relações de trabalho, resistências e os impulsos de organização política.

Não é novidade que a presença das mulheres nos sindicatos rurais foi resultado de uma luta encampada de norte a sul do país. Seus relatos, como vemos

nesta e em outras tantas pesquisas, trazem claramente a memória do tempo em que não podiam se sindicalizar e que tal fato às subordinava de diversas formas. As marcas do tipo de representação sindical estruturado durante a década de 1960, que se institucionaliza como resposta às lutas do pré-64, teve como desdobramento a tutela sobre o campesinato e normatização pelo Estado dos conflitos que se aprofundaram como o avanço da modernização conservadora. Ainda que se tenha lançado mão de estratégias de resistência por dentro da estrutura sindical nos anos do regime militar, a burocratização da política sindical foi uma eficaz estratégia de controle.

Como pontua Schmitt (1996), o sindicato entrou na vida das populações rurais como poder “vindo de fora”, como órgãos executores de políticas governamentais específicas direcionadas à categoria “reforçando sua legitimidade junto aos associados, não enquanto instâncias de representação política, mas enquanto agências de representação de serviços”. (p.191). Nesses termos, temos um novo terreno onde se institui a regulação de um conflito, que tem na presença do Estado no campo, um elemento novo. A disposição em estabelecer estratégias que reafirmam uma política de tutela também aponta para o acirramento de contradições no contexto de uma estrutura agrária que se concentra ainda mais.

As formas de manifestação dessas contradições guardam relação com as especificidades de cada região. Contudo, podemos dizer que, nesse momento, temos um alargamento do campo político que abarca as tensões e as formas de resistência das diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Por este motivo, toxemos à análise a disputa pela *representação política* como um aspecto relevante, na medida em que nos indica os termos em que o campesinato será considerado como um ator político. A sua subalternização se manifestará na visão do campesinato como ator secundário. Observamos aqui como a mesma leitura recai sobre as mulheres rurais, na medida em que a análise sobre o processo que leva ao surgimento dos movimentos autônomos e das suas lutas nos movimentos mistos por vezes não questiona a forma da inserção das lutas camponesas no cenário político mais amplo.

O surgimento de um movimento em oposição à prática do sindicalismo oficial, o chamado *novo sindicalismo*, surge no bojo de outras lutas sociais e mobilizará tradições políticas gestadas nos anos anteriores quando da inserção do Estado como elemento regulador de conflitos. Evidentemente, não estamos buscando um ponto de partida dado que, por sua vez, seria necessário retroceder mais algumas décadas a fim de alcançar outros períodos importantes da configuração das estruturas de poder no meio rural em cada região. Porém, ressaltar a relevância desses aspectos nos leva a outros caminhos para a compreensão das mais de três décadas de movimentos de mulheres organizados no meio rural. Seguindo as trilhas de autoras como Cappellin (1992, 1987) e Carneiro (1994, 1987), indicamos que a associação entre *formas cotidianas de resistência* (SCOTT, 2002) e *sociação política* surge como um meio de por em tela as ações das mulheres, suas trajetórias e a construção do sentido de *fazer política* que se direciona tanto para o seu engajamento quanto para práticas cotidianas.

Assim, ressaltamos neste trabalho a relevância das teorias decoloniais e de perspectivas que buscam romper com um olhar eurocêntrico na medida em que a ciência moderna tem como uma de suas características a produção de assimetrias epistemológicas e de mecanismos de desqualificação de outros conhecimentos. Ao tratarmos sobre áreas rurais, sobre o conhecimento dessas mulheres tanto no que remete às formas de produção e cultivo quanto de sua experiência política, nossa análise reforça o quanto é imprescindível tal conduta, a fim de não reproduzir silêncios e contribuir para a construção de outras interrogações a partir desses contextos ainda muito presumidos e pouco valorizados.

O questionamento da dicotomia entre *velhos* e *novos* movimentos sociais é capaz de indicar muitas direções e novas indagações sobre a dinâmica das transformações sociais. No que se refere às mulheres rurais, buscamos demonstrar os limites do enquadramento das suas formas de organização como um *novo movimento social*. A partir de autoras como Silvia Federici (2015) e Elizabeth Souza-Lobo (2011) meu objetivo foi situar tais ações coletivas num espectro mais amplo. A luta pelo *reconhecimento* como *trabalhadora rural*, a despeito da sua coincidência com a ascensão do movimento feminista, nos obriga a considerar os

processos que envolvem o elemento *trabalho* e suas expressões no meio rural brasileiro. Desse modo, a vinculação entre condição social e formas de organização não pode considerar apenas a *identidade* e os conflitos de *gênero*, mas a complexidade que transforma “o grande segredo” num dispositivo para a mobilização social. (Federici, 2015) O *trabalho reprodutivo* e as formas de controle sobre a mulher tornam-se, a partir de então, matéria prima para a emergência de ações coletivas.

Antes esvaziado de relevância política e econômica por meio da sua constante invisibilização, no contexto da década de 1980 o trabalho das mulheres passa por uma revalorização a partir da ação destes movimentos e suas iniciativas de articulação a nível regional e nacional: ora lugar de conflito, expunha a dominação estruturante das relações domésticas; ora lugar de cooperação, expunha a relação entre o trabalho realizado pelo conjunto das mulheres rurais e evidenciando a dimensão coletiva de práticas consideradas “menores”. Sobre este aspecto, mostramos o quão fundamental foi o papel dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

Por esse motivo, reivindicamos uma análise menos abstrata de tais experiências a fim de nos afastar de associações que reduzem este fenômeno. Nos parece evidente ser impossível desconsiderar todo o impacto que o movimento feminista causou ao longo de todo o século XX. Não obstante, como nos lembra Souza-Lobo (2011), houve uma simplificação por parte de diversas pesquisas que apontaram uma conexão causal entre este e o surgimento de outros movimentos. Quando a autora defende que, ao falarmos de mulheres precisamos “abrir parênteses”, defende a multiplicidade de circunstâncias em que estas darão forma às suas lutas. Ao falarmos de mulheres trabalhadoras e camponesas no Brasil, seguimos esta orientação e abrimos estes parênteses.

Pensar as mudanças sociais a partir “de baixo” implica em considerar um tecido social formado por conflitos de diversas ordens. A pesquisa se debruçou sobre a experiência de mulheres organizadas em movimentos constituídos em torno da luta por direitos e pelo seu *reconhecimento* como *trabalhadora*. Ao fazê-lo, evidenciam que o trabalho das mulheres é invisível ou desqualificado ante à

família, ao sindicalismo e ao Estado. Como estratégia de análise, lançamos mão da categoria *relações sociais de sexo* proposta por Kergoat (2010) a fim de explicar o vínculo entre formas distintas de conflito. Tratados aqui em termos de coextensividade e consubstancialidade, estes nos apontam a necessidade de um novo olhar acerca da complexa relação entre a estrutura desses conflitos e o seu correspondente no âmbito da luta política. Ao trazermos elementos e as principais características que conformam o oeste catarinense, ressaltamos que este não é apenas o cenário onde podemos observar o desenrolar de ações coletivas. Ele é parte da estrutura destes conflitos. Dado o recorte, abordamos tais características na medida em que estas surgiram no decorrer da pesquisa de campo junto ao MMC-SC e considerando trabalhos como, por exemplo, de Maria Ignez Paulilo (2004, 1997) sobre a relação entre colonização, regimes de trabalho e os movimentos de mulheres rurais em Santa Catarina.

Assim, o presente estudo, não pretendeu dar conta de uma explicação totalizante dessa configuração, mas sim propor uma interpretação que possa complementar estudos já realizados e avançar em questões relativas às formas de resistência organizada pelas mulheres e à luta por direitos no meio rural.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Jeffrey. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 37 São Paulo, 1998.

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Mulheres camponesas do Oeste Catarinense: Organização, trabalho e cuidado.** 2016. Dissertação, UFRRJ/CPDA: Rio de Janeiro, 2016.

BORDALO, Caroline A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco.** Dissertação de mestrado. CPDA UFRRJ, 2011.

_____. **Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas.** Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFF, 2005.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** Martins Fontes, 2005.

BONI, Valdeti. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas.** Tese de Doutorado. UFSC, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

_____. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ, 2004.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, 2006.

BRINGEL, Breno. ECHART, Enara. **Movimentos Sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”.** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

BUTLER, JUDITH. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAPPELIN, Paola. **Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas.** Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1994.

_____. **Trabalhadores Disparidades: Mulheres Invisíveis.** São Paulo: TEORIA E DEBATE, v. I, n.19, p. 59-63, 1992.

_____. **Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986.** UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.

CARNEIRO, M. J. **Mulheres no campo: notas sobre a participação política e a condição de gênero.** Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, 1994.

CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. **Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma agrária.** Relatório do 12º Encontro Temático – AIPSA. Campinas, 1987.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. (Org.). **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UNB, 2014. CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social.** Bauru, SP: Edusc, 2001.

CINELLI, Catiane. **Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: experiências e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas.** UNIJUI, 2012.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CYFER, Ingrid. **Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum.** Rev. Sociologia Política. Curitiba, v.18, n.36, p. 135-146, jun, 2010.

DEERE, Carmem Diana. **Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais na reforma agrária brasileira.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político.** São Paulo: EDUSC, 1999.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

FABBRI, L. **Desprendimiento androcéntrico. Pensar la matriz colonial de poder desde los aportes de Silvia Federici y María Lugones.** Bogotá: Universitas Humanística, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y La bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originária.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2015

_____. **Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas.** New York, PM Press, Common Notions, 2012.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003 - 2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais**

mistos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Unesp. Marília, 2017.

FRASER, Nancy. **O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

GADEA, Carlos A. WARREN, Ilse Scherer. **A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005.

GASPARETO, Sirlei A. K. MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GRYNSZPAN, Mario. **Luta pela terra e identidades sociais**. Hist. cienc. saude-Manguinhos . 1998, vol.5

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPE. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LERUSSI, Romina. **Como pensar hoy uma política feminista em plural desde los aportes de Chandra T. Mohanty?** Belo Horizonte: Sapere Aude, Dez, 2010.

LOPES, Adriana L., BUTTO, Andrea. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2014.

_____. **Colonialidad y Género**. Bogotá: tabula rasa, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: Norma Giarraca (org.). **Uma nueva ruralidad em América Latina**. Buenos Aires, EUDELA/CLACSO, 2001.

_____. MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Sindicalismo no campo**. Entrevistas. Avaliação, perspectivas, desafios. 01. ed. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. v. 01. 120 p.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes. 2001.

NAVARRO, Zander. (org) **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

MELLO, Márcio Antônio. **Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina**. XLIV Congresso da Sober. Fortaleza, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, Márcia. (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estudos. - CEBRAP Nº 86 São Paulo. Março. 2010.

PAIM, E. A.; GASPARETO, S. A. K. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27, 2007, p. 211-255

PAIVA, Ângela R. **Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais**. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 12, jan/dez, pp. 29-42, 201.

_____. **Cultura Cívica na consolidação democrática: a atualidade de um conceito**. In: Desigualdade e Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. Nº 9, p-193-214, 2011.

_____. **Movimentos Sociais e Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Brasileiras: a ação do movimento negro**. In: Anais do III

Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2010.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. **Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: reflexão sobre a questão agrária**, Debates CPDA Nº 1. Rio de Janeiro, 1997.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (Orgs.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PAULILO, Maria Ignez Paulilo. **Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho 2000.

_____. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

_____. PAULILO, Maria Ignez. **Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil**. (2007). Mimeo.

_____. **Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt**. Mimeo.

_____. **O Peso do Trabalho Leve**. Revista Ciência Hoje- nº 28, 1987.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. **A cidadã paradoxal**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Goiânia: Ver. Sociedade e Cultura, vol. 11, 2008.

_____. **Re-criando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PRADO, M. A. M. **Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

REIS, Elisa. **Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

RODRIGUES, Márcio Luiz. **Colônia e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925-1950)**. Santa Catarina: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SALVARO, Giovana Ilka. LAGO, Mara Coelho de S. WOLFF, Cristina S. **Mulheres agricultoras e mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades**. 2010: Psicologia & Sociedade, 25(1), 79-89.

SANTOS, Roselí Alves. **A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná.** Geo UERJ - Ano 12, n.º. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

SCOTT, James. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Publicado em Raízes. Vol 21. Nº01, jan-junho de 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica.** Recife: mimeo. 1991.

SIGAUD, Lygia. **Para que serve conhecer o campo.** In: MICELI, Sérgio. (org) Temas e Problemas de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

SCHMITT, Cláudia. *A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul.* In: NAVARRO, Zander. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

SIQUEIRA, Deis e BANDEIRA, Lourdes. **Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro.** Brasília: Série Sociológica Nº 153, 1998.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SEYFERTH, G. **Família, condição feminina e imigração.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, p. 1-13.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense.** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. **“O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho.** BIB, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 7-16, 1º semestre de 1991. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

SHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural: a luta por direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul.** Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.

TARROW, Sidney. **Power in Movement.** Cambridge, Un. Press: 1994.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Eric P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987)

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres.** Petrópolis: Vozes, 2007.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral**. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/87)

Fontes primárias:

Informativo Movimento de Mulheres Camponesas (2015)

Mapa da violência contra as mulheres: Relatório sobre violência contra as mulheres:

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf.

Acessado em 13 de outubro de 2014.

Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de histórias e conquistas reafirmando a luta camponesa e feminista. MMC/SC, 2013.

Economia (in) visível das mulheres camponesas. Cartilha, 2012.

Educação popular e organização das mulheres. MMC-SC, 2010.

Ter documento é um direito. Toda mulher quer respeito. Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Relatório de Gestão 2004-2006. SEPM/FAO/INCRA/PPIGRE/MDA. Brasília, 2007.

Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas. Cartilha do MMC, 2006.

Mulheres camponesas: luta e resistência. Cartilha de preparação para a 6ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas. Rio Grande do Sul, 2005.

Conhecer, prevenir, lutar e cuidar. Cartilha/MMC, 2006.

Fortalecer a luta, em defesa da vida. Jornal do MMC, 2004.

Movimento de Mulheres Agricultoras/MMC, 2004.

Gênero, Classe e Projeto Popular: compreender mais para lutar melhor. MMTR-RS, 2001.

ANMTR. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Cartilha do 1º Encontro Nacional. Passo Fundo, 1995.

Entrevistas realizadas em setembro de 2014:

1. Catiane Cineli (liderança do MMC Nacional e militante do MMC-SC)
2. Noeli Welter Taborda (liderança do MMC-SC)
3. Letícia (liderança do MMC-SC)
4. Isaura Isabel Conte (liderança do MMC-SC)
5. Adriana Mesadri (MMC e Via Campesina)

Entrevistas realizadas em junho de 2015

6. Rosalina Nogueira da Silva
7. Carmem da Rosa Kilian Munarini
8. Edel Schneider
9. Elizete de Oliveira Zucco
10. Neusa Taglian Spadotto
11. Lurdes Fátima Todeskatto Fochezatto
12. Gema Borin
13. Dosolina Belatto
14. Leonice Rebelatto
15. Andreia Fossá
16. Clementina Lurdes Del Chiavon

ANEXO

Fotos 1 e 2. Lurdes (militante do MMC) e o resultado do seu trabalho com as sementes criolas.

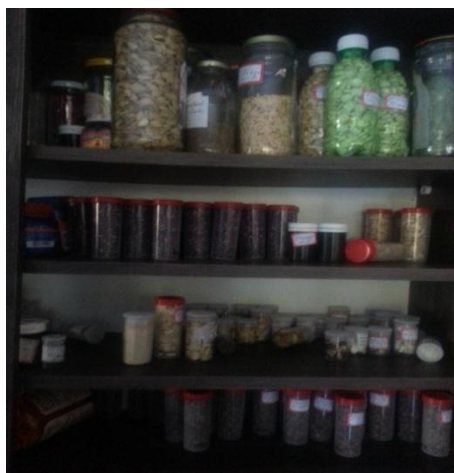


Foto 3. Produtos que são vendidos em feiras no Município.



Foto 4. Quadro exposto o centro de formação do MMC em Chapecó.



Foto 5. Rosa (Fundadora e liderança histórica do movimento) e os extratos naturais utilizados para a fabricação de fármacos



Fotos 6 e 7. Ethel (fundadora do movimento) trabalhando na área do seu sítio onde produz alimento orgânico e medicamentos a partir da manipulação de ervas



Fotos 8, 9 e 10. Atividades do Seminário realizado em Luziânia (Novembro)





Foto 11. Um dos primeiros encontros do MMA em 1983
Fonte: Gaspareto e Chiavini (2002, p. 237)



Figura 1. Jornal do Movimento de Mulheres Camponesas (2004)

***Nós não queremos favores,
nossa história a gente faz!***

Organizadas e decididas, participamos de mobilizações em bancos, praças, estradas, trevos, realizamos vigílias, audiências com o governo, protestos, passeatas, greve de fome... deixando claro que “nós não queremos favores, nossa história a gente faz!”.

Com nossa luta, conquistamos o reconhecimento da profissão, a aposentadoria, o salário maternidade, entre outros direitos. A documentação também foi uma luta assumida pelas mulheres agricultoras e, aos poucos, nós começamos ter os documentos pessoais e profissionais, como o bloco de produtora rural. Essas lutas e conquistas foram desvelando a face oculta da mulher camponesa na produção, na família e na sociedade, ao mesmo tempo em que vêm provocando conflitos.

Ocupação da empresa BUNGE realizada em Luziânia (GO) em março de 2015 como parte das atividades do Dia Internacional das Mulheres.



Foto: Mídia Ninja
Da Página do MST

<http://www.mst.org.br/2015/03/09/camponesas-ocupam-a-multinacional-bunge-no-entorno-de-brasilia.html>

Camponesas ocupam sede da Bunge, no entorno de Brasília

A ocupação é para denunciar o modelo do agronegócio e capital estrangeiro na agricultura, que atenta à vida de milhares de mulheres.

9 de março de 2015 12h00

Cerca de 800 mulheres camponesas, organizadas pela Via Campesina, ocupam desde o início da manhã desta segunda-feira (9), a multinacional Bunge, em Luziânia (BR 040- entorno de Brasília). O protesto denuncia o agronegócio e o seu modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

“A Bunge é uma das transnacionais que representa o capital estrangeiro na agricultura e que atenta à vida de milhares de mulheres. Esse modelo não produz alimentos saudáveis, dificulta o acesso à terra das camponesas e está envenenando o povo brasileiro com o uso intensivo de agrotóxicos”, explica Lucimar Nascimento, integrante da direção nacional do MST. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), levantados a partir da autodeclaração dos proprietários de terras entre 2003 e 2010, houve um aumento da concentração da terra e da improdutividade nesse período. Os dados apontam que mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários.

Além disso, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2009. Uma pesquisa recente da Universidade de Brasília concluiu que, na hipótese

mais otimista, 30% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são impróprios para o consumo somente por conta de contaminação por agrotóxicos. “Nesse contexto, a comercialização de produtos transgênicos só aumenta o uso de agrotóxicos.

Todos os transgênicos são somados a agrotóxicos, num pacote já patenteado por grandes empresas como a Bunge. O uso é tão intensivo que pesquisadores já encontraram contaminação de veneno agrícola até em leite materno, como aconteceu em Lucas do Rio Verde, no norte do Mato Grosso”, pontua Tábata Neves, coordenadora do Movimento Camponês Popular (MCP). A ação faz parte da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, que reivindica reforma agrária, moradia no campo e direitos previdenciários para as mulheres do campo. Além disso, a violência contra a mulher é destacada no conjunto das mobilizações.



Foto: Mídia Ninja

“De acordo com os dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, entre as mulheres do campo e da floresta, 93,7% afirmaram ter sofrido de violência doméstica e familiar, na frequência de 64,6% diariamente, 17,3% semanalmente, 4,8% mensalmente, evidenciando um cotidiano marcado pela violência”, afirma Noeli Taborda, da direção do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Além das organizações citadas, participam da jornada no DF o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Levante Popular da Juventude e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Nota sobre atividade de formação realizada em Chapecó durante o mês de agosto de 2015

Movimento de Mulheres Camponesas realiza seminário para debater os Direitos das Mulheres e Enfrentamento ao Conservadorismo



Com o objetivo de recordar a luta das mulheres na construção da identidade de gênero, a importância da organização na conquista de direitos e aprofundar a concepção e interesses presente na chamada “ideologia de gênero” em debate na sociedade atual, nos dias 29 e 30 de agosto de 2015, em Chapecó, SC, o Movimento de Mulheres Camponesas realizou um importante seminário com o tema “Em defesa dos direitos das mulheres e Enfrentamento ao Conservadorismo”. Além do MMC, participaram outros Movimentos Sociais do campo e da cidade, bem como Partidos Políticos, que acreditam que a luta em defesa das mulheres é uma luta de todas e todos que pensam numa sociedade justa, sem exploração, discriminação e submissão.

Verônica Ferreira, da organização feminista SOS Corpo, contribuiu com o debate, ela motivou o início da discussão através das experiências concretas vividas pelas mulheres, no que diz respeito ao que se ouve falar em relação ao conceito de gênero e quem são as vozes que tem falado sobre essa questão, em defesa ou contra. Muitas foram as questões colocadas pelas mulheres, mas o que chama mais atenção é o poder que a voz da grande mídia tem sobre homens e mulheres, pois proliferam o discurso da divisão sexual do trabalho, onde homens e mulheres têm funções definidas, também exploram o corpo da mulher como mercadoria para vender e lucrar.

Nesse sentido a discussão foi no sentido de que o patriarcado e o capitalismo estão intimamente ligados, um precisa do outro para se manter, pois o patriarcado diz que as mulheres são biologicamente determinadas, são intelectualmente inferiores, moralmente incapazes, que não têm capacidade de tomar decisões éticas nem de decidir sobre a sua vida, principalmente em relação à sexualidade, e por isso podem ser usadas, abusadas e exploradas para servir aos interesses do capital, onde o principal é gerar lucro.

Diante de toda essa problemática, o seminário apontou importantes desafios, pois há também muitas vozes de libertação, vozes de mudança, vozes feministas, dispostas a gritar e lutar por uma sociedade livre de submissão, de violência e exploração. A luta contra o capital e contra o conservadorismo é uma luta feminista.

Algumas ações concretas foram apontadas, como: articulação com demais movimentos para a continuidade deste debate, plenárias ampliadas, produção de materiais.

Esse é um momento de fortalecer as lutas em prol das mulheres trabalhadoras, por autonomia e libertação.

“Sem feminismo, não há socialismo”

Notícia sobre atividade de formação e avaliação promovida pelo MMC em novembro de 2015

Mulheres Camponesas construindo o Feminismo Camponês e Popular



Nos dias 20 a 22 de novembro de 2015 o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC realizou em Luziânia/Goiás, o 1º *Seminário Internacional*, com o tema *Feminismo Camponês e Popular*. O objetivo do evento foi resgatar a práxis feminista a partir da história de luta, de formação e de organização que emergem das experiências e vivências das mulheres, aprofundando as elaborações teóricas trazidas pelas militantes camponesas.

O seminário trabalhou com 3 eixos:

1- Enfrentamento a violência praticada contra as mulheres - Os trabalhos apresentados trouxeram elementos sobre a gravidade da violência na vida das mulheres e como ela se rearticula na atualidade de forma ainda mais brutal. Apontou-se a necessidade de dar continuidade a esta luta construindo caminhos de solidariedade, de denúncia e de jamais calar-se frente a qualquer forma de violência, opressão e discriminação contra as mulheres.

2-Projeto de agricultura camponesa - As apresentações levantaram o tema da invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas na produção. Em relação à divisão sexual do trabalho no campo, ocorre no espaço reprodutivo, sendo este obrigação para as mulheres e no trabalho produtivo como ajuda. Todo tempo e trabalho feito pelas mulheres é invisibilizado e não reconhecido como sua autonomia econômica. Outro aspecto constatado é que quando as mulheres não participam do processo de construção e efetivação das políticas públicas estas não contribuem para a sua emancipação.

3-Práticas feministas do MMC - O seminário permitiu fortalecer e reafirmar a necessidade identificada pelas mulheres quando da sua ousadia e sabedoria em

construir um movimento autônomo de mulheres do campo. Demonstrou que somente a luta e organização coletiva das mulheres, a participação política e a busca da autonomia econômica é possível romper com os espaços de opressão, as relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade.



Para o MMC o Feminismo Camponês e Popular se fundamenta na construção de novas relações igualitárias de poder entre homens e mulheres, destes com a natureza e com toda a humanidade. Exige enfrentamento ao sistema Capitalista, sua forma de expressão no campo o agronegócio, ao patriarcado e ao machismo. A luta de transformação da sociedade eliminando todas as formas de dominação humana e compreendendo-nos como iguais na diversidade e parte desta casa comum.

***Sem Feminismo
Não há Socialismo!!!***

HINO DO MOVIMENTO – MMA

Como o verde que brota intensamente em solo duro
A mulher agricultora busca um novo futuro
Futuro de igualdade, justiça e certeza
A mulher agricultora é parte da natureza
Conhece a enxada, a foice e a semente
Escreve sua história neste nobre continente

Mulher agricultora heroína da terra
Herói sem medalha que luta sem guerra
Queremos manter a ordem e o progresso,
Mas também queremos mais justiça nesta terra.

Mulher agricultora iniciando a humanidade,
Mostrou seu valor, perante a sociedade,
Não tinha estudo, mas tinha cultura.
Pois ela descobriu a primitiva agricultura.
Mostra a sua história que sempre foi escondida.
Cantando hino que será esclarecida.
Mulher agricultora cultiva o chão,
Produce alimentos para o povo da nação.
É uma mistura de muita fé e coragem,
Carregando na bagagem muita fibra e canção.
Quebrando correntes, derrubando a opressão
Mulher agricultora, força nobre da nação.

Mulheres que lutam de pele queimada,
Que levam adiante sua sublime jornada.
É casa, é comida, é roupa lavada,
É curral, é roça, é a família pra cuidar.
É cheiro da mata, o cantar dos passarinhos,
Mulher agricultora trabalha com carinho.

Produce o alimento, também gera a vida.
Mulher agricultora, tu jamais será vencida,
Leva a vida trabalhando fazendo o progresso,
Sabes que venhas comigo e cante esta canção.
Queremos mais justiça, muita paz e união.

Fonte: Arquivo MMC-SC